



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 9ª
(NONA)
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO
DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS
PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 27 DE ABRIL DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os atos antidemocráticos do Distrito Federal, ocorridos nos dias 12 de dezembro de 2023 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela *TV Câmara Distrital*.

Solicito aos Deputados que registrem as suas presenças. (Pausa.)

Encontram-se presentes o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Hermeto, o Deputado Fábio Félix, a Deputada Jaqueline Silva e o Deputado Joaquim Roriz Neto.

Sobre a mesa, a seguinte ata de reunião anterior:

- [Ata da 7ª Reunião Ordinária](#), de 13 de abril de 2023.

Informo que a 8ª Reunião Ordinária, prevista para o dia 19/4/2023, foi cancelada.

Como a ata é do conhecimento de todos os Deputados e Deputada, indago a V.Exas. se podemos dar como lida e aprovada a referida ata. (Pausa.)

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota “sim”.

A ata mencionada está aprovada com 5 votos favoráveis.

Indago aos Deputados presentes se há algum comunicado urgente a ser feito a esta CPI; se não, vamos seguir a pauta. (Pausa.)

Senhores e Senhoras, vimos a instalação da CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no Congresso Nacional. Do meu ponto de vista, e creio que seja também o desta CPI, ela não altera em nada os trabalhos aqui da nossa comissão

Eu até conversava com o Deputado Hermeto antes de ontem – não é, Deputado Hermeto? – e dizia a ele que vamos focar bem nas questões do Distrito Federal, vamos fazer a fiscalização, buscar as provas e tudo o que tem de ser feito. Acho que no final teremos aqui

aprovado um relatório à altura do trabalho que está sendo feito aqui na Câmara Legislativa.

Vamos agora aqui verificar os requerimentos existentes. Peço aos Deputados e Deputada que prestem bastante atenção aos requerimentos. Vou lendo e aprovando imediatamente, ou não.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a pauta disponibilizada pela CPI.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 136/2023, de autoria do Deputado Fábio Félix, que "Requer ao Ministério Público Militar a relação de procedimentos que apuram condutas de policiais por atuação nos atos antidemocráticos dos dias 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, com a indicação nominal dos policiais investigados em cada inquérito".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Deputado Pastor Daniel de Castro acabou de chegar. Como vota V.Exa.?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 137/2023, de autoria do Deputado Fábio Félix, que "Requer a reconvocação da senhora Marília Ferreira Alencar, para prestar os esclarecimentos especificados abaixo".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu realmente também estava com esse mesmo intuito de reconvocá-la, mas eu gostaria de trazer algo para nossa observação. Nós temos outros depoentes que são extremamente importantes e que precisamos ouvi-los primeiro. Por exemplo, o General Augusto Heleno e o General Gonçalves Dias. Então, eu gostaria que tivéssemos cuidado e zelo nesse quesito, *ok?*

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo com o Deputado Pastor Daniel de Castro. Aprovamos a convocação e deixamos na nossa lista. Na hora de construirmos tecnicamente o cronograma, priorizamos outros depoentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está de acordo, Deputado Pastor Daniel de Castro? (Pausa.)

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 3:

Discussão e votação do Requerimento nº 138/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer ao Ministro do Supremo Tribunal Federal - Alexandre de Moraes, imagens dos dias 12/12/2022 e do dia 08/01/2023".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Por meio da assessoria desta CPI, ontem nós conseguimos todas as imagens já. Já estamos com todas as imagens.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Só as do palácio. Eu estou pedindo todas as imagens da Esplanada, do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

DEPUTADO HERMETO – Só as do palácio.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, perdão. No total, são 180 horas. É isso o que estou pedindo. *Ok?*

DEPUTADO HERMETO – *Ok.*

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O referido requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 4:

Discussão e votação do Requerimento nº 139/2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que "Requer a convocação do Coronel Klepter Rosa Gonçalves, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos nos dias 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Pastor Daniel de Castro já fez esse requerimento, e nós já o subestabelecemos.

Acho que o momento de ouvir o Cel. Klepter, se houver necessidade, é no final de todos os outros depoimentos. Ele está exercendo o cargo de Comandante-Geral, ele não era o comandante-geral, enfim. Acho que temos de acatar o que o Deputado Pastor Daniel de Castro já colocou: ele já convocou e deixou sobrestado, para que a gente possa chamar.

Eu vou votar contra. Eu voto a favor do requerimento que o Deputado Pastor Daniel de Castro já fez.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, eu vou fazer uma sugestão aos demais integrantes desta CPI: vamos sobrestar esse requerimento. Portanto, ele não será aprovado no dia de hoje. Mais para a frente, vamos analisar se é preciso ou não convocar o Cel. Klepter.

Estão de acordo?

DEPUTADO HERMETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputada Jaqueline Silva?

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sr. Presidente, estou de acordo. Acho que, inclusive, o Cel. Klepter, como é o Comandante-Geral da Polícia Militar, a CPI pode convidar. A CPI pode fazer, primeiro, um convite para que ele venha. Acho que ele vai acatar o convite para dialogar com esta comissão. Posteriormente, caso seja necessário, apreciaremos o requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bem.

Deputado Joaquim Roriz Neto?

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – De acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Também estou de acordo. O Deputado Pastor Daniel de Castro está de acordo também.

Houve 6 votos pela não convocação do coronel neste momento. Houve 1 ausência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero fazer uma observação, se V.Exa. me permite.

Como há o sobrestamento, acho que fica até prejudicado um novo requerimento para a oitiva do Cel. Klepter. Então, enquanto não se retirar o sobrestamento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Na verdade, estamos retirando o requerimento. Não existe a convocação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É isso o que eu quero deixar claro

nas notas taquigráficas. Não existe a convocação do Cél. Klepter. Está retirado de pauta.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item nº 5:

Discussão e votação do Requerimento nº 140/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que "Convoca o General Marco Edson Gonçalves Dias, Ex Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos em 08 de janeiro de 2023".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não só concordo com a atitude do Deputado Hermeto de fazer essa convocação, mas também acho que ela é de extrema urgência. As imagens que foram reveladas pela *CNV* e que mostraram o envolvimento, a presença desse general, desse ex-Ministro-Chefe do GSI... O mais alarmante disso tudo foi a omissão dele durante esses três meses. Por que ele não falou que ele estava lá? Por que ele não falou dos atos que ocorreram? Isso, para mim, mostra que tem alguma coisa que ele está escondendo.

Eu não só quero aprovar esse requerimento. Eu gostaria, Presidente, depois que for aprovado, de fazer alguma possível alteração no cronograma das nossas convocações para colocá-lo não só como prioritário, mas como a próxima pessoa a ser convocada. Ele precisa de prestar esclarecimentos sobre os fatos que ocorreram no dia 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já foi aprovado o Requerimento nº 17, de minha autoria, no dia 17 de março. Ele já está, portanto, convocado a esta CPI. Já foram aprovados tanto o dele quanto o do General Heleno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, ele foi convidado por... Eu coloquei "convocação". Nós membros da CPI discutimos e preferimos transformar em convite. E, na última sessão, o Presidente, Deputado Chico Vigilante, falou que tanto ele quanto o General Heleno serão convocados. Não foi isso, Presidente, que ficou acordado?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Para que não haja nenhuma dúvida, nós estamos aprovando o requerimento. V.Exa. poderá entrar como coautor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, V.Exa., desculpe-me. Eu sou autor. O primeiro requerimento é meu. Eu falei com o Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO – Sem problema. Pode colocá-lo como autor. Eu não tenho problema com isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Acho que ficam vocês dois como autores.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pode ser, Deputado Hermeto. Beleza. Fechado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, ficam vocês dois como autores. Fica bom para a CPI assim.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O Requerimento nº 140 obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está convocado o General Gonçalves Dias.

Item nº 6:

Discussão e votação do Requerimento nº 141/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que "Requer a convocação do Senhor General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, para prestar esclarecimentos a respeito do envolvimento do GSI e de membros das Forças Armadas com os atos preparatórios e executórios praticados, nos dias 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, contra os Poderes da República".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix para discutir.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou fazer o registro no mesmo sentido que o Deputado Pastor Daniel de Castro. Esta comissão já aprovou esse requerimento de convocação. Diferente, inclusive, do requerimento do General G. Dias, o do General Heleno não foi convertido em convite. Inclusive, vai ser feita uma retificação na ata da CPI, porque o dele não foi... Houve uma proposta da Deputada Paula Belmonte, mas o Presidente não a submeteu à votação. Então, ele não foi convertido em convite. Já existe um requerimento aprovado. Mas eu concordo de votarmos novamente e, já que houve um mal-entendido há poucos dias, reafirmarmos votando o requerimento do Deputado Gabriel Magno. Só faço aqui o registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É importante que fique claro, até para as notas taquigráficas e para a ata, que estamos convocando como testemunha. Está claro? Existe uma diferença entre testemunha e...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como testemunhas os dois: o Heleno e o G. Dias?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Os dois. Está certo? É que, investigado, o cidadão pode dizer que não vem, e não acontece nada. A testemunha vai ter que vir. Eu jogo muito claro.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Houve uma falha aqui. O requerimento que é de autoria do Deputado Hermeto e do Deputado Pastor Daniel de Castro foi aprovado por 6 votos favoráveis e houve 1 ausência. Só para que não haja dúvidas e depois venham questionar vírgulas, não é, Deputado Pastor Daniel de Castro?

Item nº 7:

Discussão e votação do Requerimento nº 142/2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que "Requer a convocação da senhora Ana Priscila Azevedo, apontada como uma das organizadoras dos atos terroristas em Brasília, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 8:

Discussão e votação do Requerimento nº 143/2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que "Requer a convocação do senhor Adriano Machado, fotógrafo da Reuters, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Este requerimento é de autoria da Deputada Paula Belmonte e eu quero sugerir a ela que retire esse requerimento. V.Exa. quer que eu lhe explique por quê?

Eu já conversei com os Deputados aqui e nós estamos entendendo, Deputada, que isso aqui é uma censura ao trabalho da imprensa. Jornalista nenhum tem obrigação de vir a uma CPI contar o que viu. O jornalista tem o dever de manter segredo de imprensa. Portanto, não é correto convocar esse fotógrafo. Por isso, estou pedindo que V.Exa. retire. Se V.Exa. quiser mantê-lo, eu vou submeter à votação.

Concedo a palavra à Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o jornalista estava em um ato que foi gravado pelo GSI. Ele gravou. Ele será testemunha da nossa... da verdade que nós queremos. Aqui nós estamos respeitando a imprensa e precisamos que a imprensa continue séria.

Eu não retiro esse requerimento e faço questão de que esse fotógrafo esteja aqui, até porque, depois do ato que ele gravou – o empurrão –, ele ainda checkou as imagens com a pessoa que chutou a porta.

Então, eu peço sensibilidade de todos os membros desta CPI para que a gente faça,

sim, o requerimento de convocação do Sr. Adriano, a fim de que ele explique o que viu naquele momento em que o GSI serviu água para todos os membros e tudo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu estou encaminhando contra o requerimento.

Está em discussão e eu estou apontando a minha posição contrária.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Quero dizer que o fotógrafo ali era autor do ato também. Ele estava lá. Ele não estava só tirando foto, não. Portanto, eu pugno pela convocação dele a esta comissão também. É o meu voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix, V.Exa. quer discutir? (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (AGIR. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, eu cheguei a esta Mesa falando com o Deputado Fábio Félix sobre a minha preocupação. Nós temos uma série de pessoas que a gente precisa ouvir e a gente, infelizmente... Inclusive, após a nossa reunião aqui, eu acho que a gente precisava sentar para ver como é que vai fazer, porque, no ritmo em que está, se a gente não acelerar, de repente mudar a logística, pode ter dificuldade.

Eu também fui uma pessoa que questionou muito essas nossas convocações. Tenho muito respeito pela Deputada Paula Belmonte e pelo nosso Deputado Pastor Daniel de Castro, mas, neste momento, a minha posição é de haver um recuo nessa convocação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputada Paula Belmonte, com todo respeito à sua convocação, eu acho também o momento... Vamos focar no momento regional. A nossa CPI nacional, como bem disse o Presidente, vai para todas as outras vertentes. Como nós já estamos em andamento, temos outras prioridades e também pelo fato de o fotógrafo estar lá no local, ele pode mandar o material dele, perfeitamente.

Eu também sou adepto a que a imprensa tenha o direito de resguardar esse momento. Se a gente perceber que precisa, realmente, sem a convocação dele... da fonte, mais à frente... de convocá-lo.

Eu voto com o Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra Deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputados, com todo respeito, nenhum tipo de profissão isenta uma pessoa da lei. Ninguém é acima da lei. Eu não sei por que que ex-ministros, ex-secretários, ex-comandantes, todos entram nessa esfera da CPI, menos um jornalista que estava presente no local, ou melhor, um fotógrafo – desculpem-me – que estava presente no local e teve uma conversa com um dos supostos terroristas.

A gente precisa entender o que foi feito naquele dia. Eu vi essas imagens, Deputada Paula Belmonte. Foi extremante preocupante. Ali, claramente, dá para ver que alguma coisa está sendo ocultada. Eu sou totalmente a favor da convocação desse fotógrafo! Acredito que a gente precisa fazer um trabalho imparcial. E a imparcialidade é justamente isto: não fazer acepção de pessoas.

A gente precisa convocar, sim. É inocente? A gente faz a nossa convocação, faz a nossa linha de questionamento, e essa pessoa, certamente, vai ser inocentada. Se não tem nada a esconder, por que isentá-la de um depoimento?

Eu só quero manifestar o meu apoio a esse requerimento da Deputada Paula Belmonte e gostaria que os outros Deputados revissem esse posicionamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu também vou discutir.

Todo mundo aqui tem a obrigação de saber da lei. E a lei é clara: jornalistas, e o fotógrafo é um jornalista, têm a obrigação, o dever do sigilo da fonte.

As pessoas aqui... Há alguns que falam tanto de liberdade e estão chorando pelos cantos, porque vai ser quebrada, Deputado Fábio Félix, a questão de *fake news* vai ser criminalizada, como deveria ter sido sempre, mas agora querem trazer o fotógrafo que correu, inclusive, risco. Não sei quem é, nunca o vi, mas deve ter corrido risco de morte lá naquele...

Portanto, vou submeter à votação. A senhora já falou; já está encerrada a discussão.

Como vota a Deputada Jaqueline Silva? (Pausa.)

Ela já falou. Está encerrada a discussão.

Concedo a palavra à Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estou querendo dizer para o senhor que ninguém está questionando. O meu requerimento – quero deixar isso claro – não é questionando a fonte. Nós estamos falando de um cidadão brasileiro, que é jornalista e que estava, no momento, como dizem aqui, no ato de vandalismo. É isso o que estamos questionando. Ninguém está questionando aqui a imprensa.

Então, não deturpe o meu requerimento. O meu requerimento está claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ninguém está deturpando nada, Deputada Paula Belmonte.

Como vota o Deputado Hermeto?

DEPUTADO HERMETO – Voto com o Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Como vota o Deputado Fábio Félix?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Voto contra o requerimento, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Como vota a Deputada Jaqueline Silva?

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Voto com o Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Como vota o Deputado Joaquim Roriz Neto?

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Voto a favor do requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Como vota o Deputado Pastor Daniel de Castro?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Voto a favor do requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu voto contra o requerimento.

O requerimento obteve 4 votos contrários e 2 votos favoráveis.

Está reprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não, são dois, porque a Deputada não vota pois é suplente.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item nº 10:

Discussão e votação do Requerimento nº 145/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "Requer a convocação do General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira e dos Generais de Divisão Gustavo Henrique Dutra de Menezes e Marco Edson Gonçalves Dias,

todos na condição de testemunha, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal – CPP, combinado com o art. 3º da Lei Federal nº 1.579/1952.”

Deputado Hermeto, já existe o requerimento de V.Exa. e do Deputado Pastor Daniel de Castro, mas eu coloquei os três, só para reforçar a questão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Está bem reforçado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passo a Presidência à Vice-Presidente, Deputada Jaqueline Silva, tendo em vista que sou o autor do requerimento, para que ele não seja anulado.

(Assume a Presidência a Deputada Jaqueline Silva.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Assumo a Presidência.

Item nº 9:

Discussão e votação do Requerimento nº 144/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “Requer ao Supremo Tribunal Federal – STF, em regime de cooperação, as informações indicadas pela Coordenação de Investigação desta CPI, conforme relatório anexo.”

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado o Requerimento nº 144.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Peço a V.Exa. que continue na Presidência, porque há mais um requerimento de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Está certo.

Item nº 10:

Discussão e votação do Requerimento nº 145/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “Requer a convocação do General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira e dos Generais de Divisão Gustavo Henrique Dutra de Menezes e Marco Edson Gonçalves Dias, todos na condição de testemunha, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal – CPP, combinado com o art. 3º da Lei Federal nº 1.579/1952”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Esta Presidência vota "sim".

Declaro o voto favorável do Deputado Chico Vigilante, Presidente desta CPI.

Está aprovado com 6 votos o Requerimento nº 145/2023.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, peço a inclusão do Requerimento nº 146, extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Concedido.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 146/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "Requer a oitiva do Sr. Anderson Gustavo Torres, ex-secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Serei muito rápido, Presidente.

Acho que esta comissão está fazendo uma nova tentativa importante de oitiva do ex-secretário de segurança. O ex-secretário é investigado e peça fundamental no esclarecimento dos fatos, tanto do dia 8 de janeiro, quanto do dia 12 de dezembro.

É bom lembrar que ele era o Ministro da Justiça do Governo Bolsonaro no momento dos atos do dia 12 de dezembro. Era parte do núcleo duro do Governo Bolsonaro. Depois, no dia 8 de janeiro, já tinha sido escolhido pelo Governador Ibaneis Rocha como Secretário de Segurança Pública. Ausente no dia 8 de janeiro, mas nomeado. Então, ele é peça chave.

Sabemos que não depende só de nós essa convocação. Sabemos que é consenso a necessidade da oitiva do ex-ministro e ex-secretário, Anderson Torres, investigado, inclusive, pelas operações da Polícia Rodoviária Federal, no segundo turno. Estamos falando em tentativa de golpe, e essa tentativa teve fases. Uma das fases foi a tentativa de melar o processo eleitoral, desde desacreditar as urnas eletrônicas até incidir na base eleitoral do Presidente eleito, Lula, no dia da eleição.

Então, estamos falando de uma peça fundamental e investigada pelo Supremo Tribunal Federal. Seria muito importante a oitiva por esta CPI. É mais um requerimento que nós aprovamos. Portanto, sou favorável à aprovação do requerimento, mesmo sabendo que não depende só de nós a vinda do ex-ministro e ex-secretário de segurança.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – O que a imprensa noticiou em relação ao estado de saúde do ex-Secretário Anderson Torres ainda é pouco perto do que ele está passando neste momento. Então, vamos ver o ser humano que está ali também. Ele foi Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. Não estou aqui como advogado nem nada dele. Estou aqui como ser humano. Ele está numa situação deplorável. Tudo aquilo que a imprensa está noticiando é menos do que ele está passando. Ele está passando mais do que aquilo. Tenho notícias disso. Ele está preso no quartel da Polícia Militar.

Então, acho que o momento, Deputado Fábio Félix, é momento de vermos o ser humano. Ele está definhando. Ele tem doze quilos a menos. Eu acho que a gente pode esperar um pouco para reconvocá-lo, na minha concepção. Estou vendo a parte humana da coisa. Está certo? O ex-secretário realmente está precisando e está tendo cuidados médicos, psiquiátricos, em um estado terrível. Então, eu sou contra essa convocação nesse momento até para que ele possa realmente se recuperar um pouco para poder vir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Jaqueline Silva, eu vou atender aqui o pedido do nosso relator, porque a gente tem trabalhado muito unido, muito conjuntamente, e, como ele tem a opinião de deixar mais para frente, Deputado Pastor Daniel de Castro, eu vou retirar o requerimento e vou estar conversando com o relator qual o melhor momento para a gente convocá-lo, convocar o Anderson Torres, mas sem perder a chance de trazê-lo aqui.

Portanto, eu retiro o requerimento para o bom andamento desta CPI.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Presidente, eu vou passar para o Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Por mais que... o Presidente já tirou e eu acho que... Obrigado, parabéns, Presidente, mais uma vez, o senhor mostra a sua isenção na condução desta CPI, porque a dignidade da pessoa humana se sobrepõe a qualquer outra estrutura, e aqui ninguém está fazendo juízo de valor.

Eu tenho me pautado nesta CPI, continuarei assim até o fim. A maioria desses requerimentos, quase que absolutamente... Eu sou favorável a aprovar convocação, convite, oitiva, porque é a oportunidade de as pessoas virem aqui se defender. É simples, aqui ele vai ter oportunidade de, se está sendo acusado, vir aqui falar a verdade para nós, até para produzirmos o nosso relatório, e aqui se defender dos fatos imputados.

Realmente a gente está acompanhando. É interessante, eu vejo aqui falarem de golpe de estado, da PRF – Polícia Rodoviária Federal, Deputado Fábio Félix, mas ele foi nomeado, em 2 de janeiro, Secretário de Estado. Então, ele só tinha seis dias. E estão dizendo que o G. Dias não sabia de nada e ele foi nomeado em outubro para a comissão de transição. Ele trabalhou sessenta dias, preparatório antes, e aí está falando que ele teve do dia 1 ao dia 8, os atos foram no dia 8. Então, a gente sempre tem uma narrativa com dois pesos, duas medidas.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante, por retirar. A gente vai além, vai na questão da dignidade humana, mas fica aqui publicamente o meu pedido ao ex-Secretário de Segurança Pública que, quando ele for convocado, ele venha a esta Casa.

A CPI do Congresso Nacional falou que quer que ele seja um dos primeiros a ser interrogado lá. A gente respeita esse momento, porque a gente tem que ser sensível independentemente dessa questão, mas é importante, ele é uma peça chave. Quem sabe pode estar aí o destravamento de muita coisa tanto nessa CPI quanto na do Congresso Nacional. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Não, Presidente. Entendo a retirada de pauta.

Óbvio que discordo muito da tentativa de equilibrar a figura do Anderson Torres, que foi Ministro da Justiça, homem de força, do lado do Bolsonaro, Secretário de Segurança do DF duas vezes, conhecedor e totalmente a par da situação do Ministro G. Dias. Obviamente esse equilíbrio é inadequado, do meu ponto de vista, mas eu acho que é importante, inclusive, que, em outro momento, Deputado Hermeto, o ex-Secretário Anderson Torres venha, porque há uma série de notícias na imprensa de que ele tem sido ameaçado, porque ele trocou de advogado, ele escolheu um advogado autônomo que não é vinculado à família Bolsonaro, e ele tem sido ameaçado.

Então, é importante ele falar para se proteger. Esta CPI quer o bem de Anderson Torres para que ele não seja ameaçado como ele, me parece, tem sido ameaçado, inclusive, a não fazer delação premiada, a não falar o que sabe. E essa CPI quer ouvir a verdade, porque agora ele tem um advogado autônomo que não é o mesmo advogado da família Bolsonaro e ele pode falar o que de fato aconteceu, porque a minuta do golpe estava na casa dele.

Então, no momento apropriado, nós queremos, sim, ouvir – com respeito à questão humanitária –, queremos ouvir Anderson Torres.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Continua em discussão. Mais algum Parlamentar?

Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico, eu sei que já foi retirado, é só uma colocação importante, colaborando com o Deputado Fábio, Deputado Hermeto.

O sistema prisional é isso mesmo, são 14 mil pessoas presas definhando todo dia. E a CPI não é um tribunal de inquisição. O Presidente Chico já colocou ao ex-Secretário Anderson, inclusive, que a oitiva ia ser feita a portas fechadas, sem a presença da imprensa. E é importante a vinda dele para a colaboração do processo, até para entender a defesa dele. Quanto mais ele prolonga, mais há dúvidas sobre a conduta e a participação dele sobre todo esse processo.

Então, só colaborar com essa afirmação de que não vai ser. Tem um encaminhamento de que ia ser a portas fechadas, restritas, sem a publicização aí da fala dele ou até da imagem dele. Só para colaboração.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Obrigada Deputado.

Então, a pedido do autor, Deputado Chico Vigilante, declaro retirado o Requerimento nº 146.

Devolvo a Presidência ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Reassumo a Presidência.

Muito obrigado a V.Exa. pelo exercício que fez muito bom aqui da Presidência da CPI.

Já tendo sido devidamente qualificada pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta Casa de leis, convoco a comparecer a este plenário a senhora Cintia Queiroz de Castro, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal. Que venha ao plenário.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Cintia Queiroz de Castro, esclareço que a senhora está diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de investigada. E como está no seu direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesma e de ser assistida por advogado, a senhora tem direito a advogado aqui neste plenário. A senhora trouxe advogado?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora não tem advogado?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se tivesse, eu ia pedir para o Deputado Joaquim Roriz Neto ceder a cadeira para o advogado, porque a senhora tem direito.

Eu vou começando a fazer algumas perguntas aqui para a senhora, depois o Deputado Hermeto e assim seguiremos de acordo com a ordem de chegada de cada Deputado e cada Deputada.

Coronel Cintia, a senhora ocupa o cargo de Subsecretária de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. A senhora foi nomeada quando? E quem era o seu antecessor em tal cargo?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, Excelentíssimo Sr. Deputado Presidente da CPI, Deputado Chico Vigilante, Presidente desta Mesa, na pessoa a qual eu cumprimento todos os demais Deputados e Deputadas integrantes da CPI. Bom, eu tenho 29 anos de polícia, 47 anos, e fui para a Secretaria de Segurança Pública assumir inicialmente uma

coordenação no dia 12 de maio de 2021. E por ocasião do convite do Secretário Júlio Danilo para o Coronel Fábio assumir a corporação, a Polícia Militar, o Dr. Júlio Danilo me convidou, no dia 8 de abril de 2022, para assumir a Subsecretaria de Operações Integradas. A qual vai fazer... já tem um ano que eu estou à frente da Subsecretaria de Operações Integradas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora participou da reunião na qual foi confeccionado o PAI de 2023 referente a ações para reprimir as manifestações antidemocráticas que estavam marcadas para os dias 7 e 8 de janeiro de 2023? O que ficou acertado em tal PAI? Quem, da PMDF, participou da reunião? Qual seria o efetivo empregado pela PMDF naquele dia?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, vamos lá. Na sexta-feira, houve a reunião marcada para 10h da manhã, e nesse mesmo dia nós tínhamos uma reunião, às 10h da manhã também, com o Secretário de Segurança Pública Anderson Torres, que o qual ele estava recebendo o General Dutra para tratar do acampamento. Então, eu não tinha como estar em duas reuniões ao mesmo tempo. Então, eu participei dessa reunião convocada pelo Dr. Anderson Torres, às 10h da manhã, e, quando finalizou essa reunião, eu e o Dr. Fernando, que era o Secretário-Executivo, nós descemos para o CIOB e participamos da parte final da reunião.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem estava nessa reunião quando a senhora chegou lá?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Nessa reunião nós tínhamos integrantes da Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Detran, DF Legal, Senado – dois policiais legislativos do Senado. O STF estava presente. Polícia Militar, nós tivemos dois integrantes da Polícia Militar. Ministério das Relações Exteriores. E a própria integrante da Secretaria de Segurança Pública responsável pela pasta do planejamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora tem condição de citar nomes que representavam essas entidades? Porque uma coisa é a entidade.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O importante são os nomes.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor. O Coordenador de Eventos e Atividades Especiais, que é uma coordenação dentro da SOPI... Quem conduziu inicialmente essa reunião foi o Tenente-Coronel Rosivan. Da Polícia Civil, o ponto focal era o Dr. Paulo Henrique. Do bombeiro, Tenente-Coronel Rangel. Só para deixar claro, senhores, que normalmente os pontos focais dos órgãos que são chamados para as reuniões na SOPI – normalmente – são pontos focais relacionados ao planejamento dos seus órgãos. Então, pelo bombeiro, nós tínhamos o Tenente-Coronel Rangel; pelo DETRAN, a gente tinha o Agente Souto; pelo DF Legal, a gente tinha o Gilson, Vilson; pelo Senado, a gente tinha o Policial Legislativo Wesley e o Gabriel Dias; pelo STF, a gente tinha o Hipólito; pela Polícia Militar, nós tínhamos o Major Leonardo e também o Coronel Casimiro, que era o Comandante do 1º CPR; e do Ministério das Relações Exteriores, nós tínhamos o Igor Alves e, também, pelo Ministério das Relações Exteriores, o Sr. Vicente; e dentro da CEAT, também, a gente tinha o Major Figueiredo. Eram esses os participantes da reunião.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Coronel Cintia, a senhora entende que é normal que terroristas participem das reuniões de planejamento da Subsecretaria de Operações Integradas? Pergunto isso porque tenho em mãos uma relação de presentes numa reunião na Subsecretaria de Operações Integradas, no dia 7 de dezembro de 2022, para tratar de uma manifestação no Setor Militar Urbano e na Esplanada dos Ministérios, onde constam os nomes de Rodrigo Yassuo Faria Ikizele e da Sra. Klio Damião Hirano, identificados pela polícia como sendo participantes dos atos de vandalismo do dia 12 de dezembro de 2022 – ou seja, terroristas, e a última está, inclusive, presa por ter tentado invadir a Polícia Federal.

Não é irresponsabilidade – para não dizer crime – deixar que uma terrorista participe de uma reunião de onde sairia sabendo, exatamente, o que cada força policial iria fazer?

Eu peço que seja exibida a foto da ata com o nome dessas pessoas que eu acabei de citar para a Sra. Cintia.

(Apresentação da foto.)

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Uhum.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passaremos a segunda foto, também.

(Apresentação da foto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Essas pessoas participaram, Coronel Cintia. É normal?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – É normal. O que que acontece? Todas as... Falando especificamente de manifestações públicas, todas as reuniões, quando são solicitadas, quando nós tomamos conhecimento de manifestações públicas, a gente tenta reunir, tenta identificar quem é que está à frente desse movimento para a gente colher o maior número de informações para subsidiar as forças de segurança. É importante salientar que existem duas reuniões em uma. A primeira: a primeira é com todos os órgãos, onde eles repassam o que eles querem, o que eles querem fazer, a metodologia. Quando eles passam todas essas informações, essas pessoas são retiradas das salas e o protocolo, as medidas de segurança são definidas sem a presença de qualquer tipo de pessoas de partido a ou b.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eles disseram, nessa reunião, o que eles iriam fazer no dia 12?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Não, senhor, porque, no dia 12... O que tinha previsto para o dia 12 era a diplomação no TSE. Não tinha uma manifestação específica.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas eles estavam lá tratando de manifestação. É o que dizem os documentos que nós temos em mãos.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Deixa eu falar uma coisa para o senhor: existiam... O que acontece? A Secretaria de Segurança Pública, desde o dia 19 de março de 2021, ela não tem como... Os organizadores de manifestação pública, eles não têm mais obrigação de fazer nenhuma comunicação prévia à Secretaria de Segurança Pública de qualquer tipo de ato – ato público, reunião –, não têm essa obrigação, de forma que todos os informes ou conhecimento que a gente toma que vai ter algum ato público, a gente tenta identificar. Até mesmo, por exemplo, às vezes, eu encontrei, nas redes sociais, um fôlder do movimento de esquerda. Então, como eu conheço alguns organizadores do movimento de esquerda... o Rodrigo da CUT, por exemplo. Eu ligo: "Rodrigo, por gentileza, esse movimento está sendo organizado pelo senhor?" Ele: "Não, coronel, não está sendo". "Sabe me dizer quem está organizando?" Ele: "É fulano de tal". E aí a gente vai fazendo o contato até chegar na pessoa que está organizando, para colher as informações...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas essas pessoas da extrema direita estavam na reunião com vocês.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Estavam na reunião, mas, veja bem...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E não disseram nada do que iriam fazer no dia 12?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E como a senhora – uma oficial experiente, de inteligência e tudo – se sentiu na noite que os viu incendiando Brasília? Os mesmos que tinham estado na reunião com vocês?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O senhor está falando do dia 12 de dezembro?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim! Estou falando do dia 12 de dezembro.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Em 12 de dezembro não houve nenhum planejamento para aquilo que aconteceu lá. Não houve um planejamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas eles comunicaram que iriam fazer manifestações.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor. O que eles... Para o dia 12 de dezembro, não. Doze de dezembro, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aquele documento que está ali se refere a isso.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. O que eu estou querendo dizer para o senhor é que, no dia 12 de dezembro, a intenção deles não era fazer manifestação na Esplanada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Qual era a intenção?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Era descer para o Alvorada. Tanto é que a gente tinha três planejamentos naquele dia. Nós tínhamos o planejamento da proteção do hotel Meliá, nós tínhamos o planejamento da diplomação do TSE e tinha o planejamento da descida dos manifestantes para o Alvorada em razão que havia uma circulação nas redes sociais de que o ex-Presidente Bolsonaro poderia fazer o uso da palavra com esses manifestantes, né. E aí...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Cintia, eu vou repetir a pergunta, até pausadamente.

Coronel Cintia, a senhora entende que é normal que terroristas participem das reuniões de planejamento da Subsecretaria de Operações Integradas? Pergunto isso, porque tenho em mãos uma relação de presentes numa reunião da Subsecretaria de Operações Integradas no dia 7 de dezembro de 2022, para tratar de uma manifestação no Setor Militar Urbano e na Esplanada dos Ministérios, em que constam os nomes de Rodrigo Yassuo Faria e de Klio Damião. Essa é uma senhora: Sra. Klio, que está presa. Foi identificada pela polícia como sendo participante dos atos de vandalismo do dia 12 de dezembro de 2022. Ou seja, terroristas estavam na última... Inclusive presa por ter tentado invadir a Polícia Federal.

Não é irresponsabilidade – para não dizer crime – deixar que um terrorista participe de uma reunião de onde sairá sabendo exatamente o que cada força policial irá fazer? Eu peço novamente a exibição. A senhora está vendo aqui.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Essa é a ata da participação dessa gente nessa reunião. Estavam discutindo o quê? Porque ele não falou que ia pedir para rezar lá nas imediações do quartel.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim. Deixa eu falar uma coisa para o senhor...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, senhora.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Todas as pessoas que chegam para protocolar qualquer documento, a Sopi não faz uma investigação de antecedentes criminais e a gente não tem como prever os atos que essas pessoas vão cometer. Então, a gente não faz julgamento das pessoas que vão na secretaria. Todas as pessoas...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas eles estavam lá pedindo para fazer um ato, comunicando.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Como qualquer outra pessoa. A gente recebe qualquer outra pessoa. Eu não faço parte da polícia judiciária.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E à noite, quando a senhora viu a cidade pegando fogo, eles distribuindo botijão de gás nas avenidas e tudo? E eram os mesmos que tinham estado na secretaria.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Aí eu não tenho conhecimento de quem estava lá naquele dia, à noite, fazendo, cometendo os atos de vandalismo, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu pergunto para a senhora: a

senhora acredita que a inteligência da secretaria errou em estimar a gravidade de tais manifestações no dia 7 de janeiro de 2023 (*sic*)?

A senhora participou de uma reunião com órgãos federais, que é essa que a senhora acabou de comprovar aqui. Diante da chegada de ônibus com manifestantes nesta Capital, vindo de toda parte do Brasil, não seria o caso de rever o PAI de 2023? E, já naquela noite, a Secretaria de Segurança cobrar de todas as forças de segurança do DF efetivo reforçado, efetivamente na Esplanada, e não de sobreaviso, como aconteceu no caso da Polícia Militar do Distrito Federal? O que a senhora tem a explicar a respeito disso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Presidente, a Subsecretaria de Operações Integradas, a minha equipe, a gente faz o planejamento operacional. Nós reunimos todos os órgãos, fazem parte de uma mesa, e todos eles discutem a informação que eles têm, e ali é definido, por cada órgão, as ações que eles vão definir no dia da execução. Então, após o *briefing*, a conversa, cada órgão que diz o que vai fazer, a gente reduz isso no protocolo de ações integradas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora tem esse protocolo aqui?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Tenho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Para deixar com a gente?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Tenho, sim senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Naquele dia estava estimado colocar na rua quantos policiais?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Então, vamos lá. Se eu apresentar seiscentos protocolos de ações integradas ao senhor, o senhor não vai verificar em nenhuma linha, em nenhuma matriz de atividades, nenhum tipo de quantitativo de efetivo de nenhum órgão: nem do Corpo de Bombeiros, nem da Polícia Civil, nem do DF Legal, nem do SLU, nem da Polícia Militar. Isso é um desdobramento operacional de cada órgão. Nós definimos o planejamento como um todo, geral, e cada órgão é responsável em fazer o seu planejamento operacional, onde é definido a logística que vai ser utilizada, a quantidade de viaturas, vai ser definida a quantidade de efetivo. A Secretaria de Segurança Pública, através da Subsecretaria de Operações Integradas, nunca definiu efetivo em nenhum planejamento que foi realizado lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora acredita que a inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal errou em estimar a gravidade de tais manifestações no dia 7 de janeiro de 2023 (*sic*)? A senhora participou de uma reunião com órgãos federais diante da chegada de ônibus com manifestantes nesta Capital. Eu pergunto: a senhora acha que a inteligência errou?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Presidente, na quinta-feira, por volta das 8h, entre 8h30min e 9h da noite, nós tomamos conhecimento, eu e a minha equipe da Subsecretaria de Operações Integradas, que não é vinculada à inteligência, apenas de várias caravanas vindas de vários estados do Brasil para o Distrito Federal. De imediato eu fiz contato com o coordenador da CIAD, que é responsável...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem era esse coordenador?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Era o Tenente-Coronel Rosivan, e pedi para ele fazer contato rapidamente com todos os pontos focais, chamando essa reunião para sexta-feira, às 10h da manhã. Não havia tempo hábil de fazer nenhum documento via SEI. Primeiro, porque não tinha expediente nos órgãos, e esse documento não ia chegar a tempo dos pontos focais serem convocados. Então, como nós tratamos muito de manifestações inopinadas espontâneas, o protocolo que nós adotamos, quando a gente sabe, em cima da hora, que vai acontecer alguma coisa, é manter contato com os pontos focais. Foi mantido contato com todos os pontos focais. Nem todos compareceram, mas o contato foi mantido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem não compareceu?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Que eu me lembre, o GSI e a Câmara dos Deputados foram os órgãos que, de todos os chamados, não responderam às ligações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É importante a gente ficar sabendo que a Câmara dos Deputados e o GSI não compareceram.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor. Não compareceu à reunião. Sim, qual a próxima pergunta?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora acha normal tudo isso...

Outra coisa, a inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal ou da Secretaria de Segurança Pública... porque nós também sabemos que existem vários corpos de inteligência, não é?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eles estavam infiltrados dentro daquele acampamento?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, eu vou deixar algumas coisas claras aqui: eu sou Coronel da Polícia Militar. Não exercia minhas atribuições na Polícia Militar. Há dois anos, eu exerço minha função na Subsecretaria de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública, de forma que tem dois anos que eu não tenho contato de como tem sido, como que é o funcionamento dos órgãos dentro da Polícia Militar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal envolve a inteligência da Polícia Civil, a inteligência do Corpo de Bombeiros, a inteligência da Polícia Militar e da própria secretaria.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Uhum.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – São quatro corpos de inteligência.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Uhum.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Havia gente infiltrada dentro do acampamento terrorista?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A Subsecretaria de Operações Integradas não faz parte do canal de inteligência. Eu não faço parte do canal de inteligência. A subsecretaria não faz parte do canal de inteligência. A Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública é uma subsecretaria igualmente uma Subsecretaria de Operações Integradas, no mesmo nível.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quando vai tirar um acampamento, são vocês que organizam, não é isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Depende da forma. Nós somos informados, o secretário chama a uma reunião dependente, dependendo de como é o evento, e aí é feito o planejamento de acordo com o que é solicitado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou fazer uma pergunta que, com certeza, a senhora vai poder respondê-la agora: a senhora participou ou planejou alguma ação para a retirada dos acampados em frente ao Quartel-General do Exército antes do dia 8 de janeiro de 2023?

Por que aquele acampamento não foi desmontado antes já que ali existia um covil de marginais? Inclusive, eles já haviam realizado atos violentos e depredação no dia 12 de dezembro de 2022, nesta Capital. Também foi naquele acampamento que nasceu o plano de explodir o aeroporto de Brasília.

O Exército impediu a demolição do acampamento ou o Secretário de Segurança Pública Anderson e o Júlio Danilo foram coniventes com os acampamentos?

O que a senhora tem para falar a respeito disso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, com relação ao Secretário Júlio Danilo – eu permaneci mais tempo na gestão dele –, eu posso dizer que foram feitas três tentativas de retirada do acampamento do SMU.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Explica para a gente como foram

essas tentativas, por que elas não se concretizaram?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O que acontecia? O movimento crescia. Havia uma preocupação do governador, do secretário de segurança pública. A própria Polícia Militar, a Polícia Civil, todo mundo queria realmente que aquele acampamento fosse retirado. Como aquela área é uma área do Exército, a gente não tinha o poder de atuar lá dentro sem a autorização do Comando Militar do Planalto. Então, por três vezes, o Comando Militar do Planalto solicitou à Secretaria de Segurança Pública que fosse feito o planejamento, solicitou apoio para que fosse feita a tentativa. Só que o que aconteceu...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora leu esse documento do Comando Militar do Planalto?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim. O que é que acontece?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O que continha nesse documento, Coronel Cintia?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Ele pedia apoio para a retirada do comércio ambulante. A gente chegava nas reuniões e tinha a expectativa de que era para tratar da retirada do acampamento. Mas, quando chegava nas reuniões das tratativas para que fossem produzidos os protocolos, a gente meio que era surpreendido, por quê? O Comando Militar do Planalto informava que as operações que fossem desencadeadas dentro do SMU era apenas para tirar o comércio irregular de ambulantes. Que não era permitido, por exemplo, tocar nas barracas dos acampados, dos manifestantes. A gente não poderia mexer na cozinha coletiva, não poderia mexer na tenda religiosa que foi montada, a gente não poderia...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso o Exército dizendo, não é?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor. A orientação que a gente tinha era essa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas, nesse documento também dizia que havia drogas, porte ilegal de armas e prostituição.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Esse documento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora viu esse documento? Eu tenho aqui.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Normalmente esse tipo de documento tramita na inteligência. Como eu disse para o senhor, eu não faço parte do canal de inteligência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora não viu esse documento?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não tive conhecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Depois eu vou até dar uma cópia para a senhora.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – *Ok.*

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aqui diz que havia droga. Se há droga, é porque há tráfico. Droga não é para...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Havia prostituição. Se havia prostituição também é porque havia os responsáveis pelo quadro de prostituição. E disse que havia porte ilegal de armas.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso não chegou ao conhecimento da Subsecretaria de Operações Integradas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas, prossiga e nos diga por que não tiraram?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não tiraram o quê? O acampamento?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O acampamento.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Porque não foi permitido pelo Comando Militar do Planalto. As três vezes que nós tentamos tirar, foi disponibilizada uma tropa muito grande da Polícia Militar, do DF Legal, com apoiadores, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e foi concentrado na Rainha da Paz por volta de cinco e meia, seis horas da manhã. Todas as vezes que era desencadeado...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Foram três tentativas?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Foram. Todas as vezes que foram...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Foram com tropa nesse nível.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Nesse nível. Uma tropa superdimensionada, concentrada na Rainha da Paz. E todas as vezes que a gente ia iniciar a operação, sempre tinha uma resposta do Comando Militar do Planalto. Eu não sei se ele recebeu..., se essa determinação veio do Comando Militar do Planalto ou se ele recebeu essa ordem de cima.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eles iam *in loco* lá no local onde estava o...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Era cancelada na hora.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Chegavam e diziam: "Olha, não é para ter operação".

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Exatamente. As tropas eram desmobilizadas. Teve uma operação, uma reunião no dia 6 de dezembro que aconteceu para ser realizada uma operação no dia 7, e, quando a gente ainda estava fazendo o planejamento, nós recebemos a ligação – no caso, o secretário ligou para mim – falando que recebeu uma comunicação do Exército que a operação no dia 7 não era mais para ser realizada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora sabe quem do Exército ligou para o secretário no dia 7 de dezembro de 2022?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele não disse.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Não disse, porque também eu não participo das decisões em nível estratégico. Eu recebo ordens e cumpro. Apenas isso. Eu não questiono. Se o secretário falou, eu apenas cumpro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O sistema militar é isso mesmo. A senhora cumpre ordens.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Só não pode cumprir as absurdas.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Mas não foi cumprida nenhuma absurda.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas não retirar, no meu ponto de vista, era um absurdo. Se havia prostituição, droga e tráfico...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Aí, no caso, Presidente, o senhor tem que perguntar isso ao Comando Militar do Planalto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele vai estar aqui e será perguntado com toda...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Porque a Secretaria de Segurança Pública, em nome do governador, tentou várias vezes, né? Por inúmeras vezes...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E não deixaram.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não foi permitido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a senhora sabe se havia gente da inteligência lá dentro fazendo levantamento?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não sei informar. Não sei informar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas, eu insisto nesta pergunta: houve monitoramento, por parte da Subsecretaria de Inteligência, da chegada de manifestantes à Capital Federal, a partir do dia 6 de janeiro de 2023? Houve o monitoramento do acampamento em frente ao quartel-general nesses dias? E mais, houve o acompanhamento dinâmico da evolução do movimento? Se houve, por que a Subsecretaria de Operações Integradas não agiu rápido junto às forças de segurança para conter os manifestantes, impedindo a invasão e a depredação dos prédios públicos?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, a gente precisa dividir essa resposta em duas partes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, senhora.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Até porque foi falado aqui, em várias situações, de dois grupos. Nós tínhamos o grupo Perímetro de Segurança e o grupo Difusão. O grupo Difusão é um grupo de inteligência, do qual eu não participava. E o grupo Perímetro de Segurança, qual era o objetivo desse grupo Perímetro de Segurança? O grupo Perímetro de Segurança foi criado na época do 7 de setembro, por ocasião do Bicentenário da Pátria. Era um grupo formado 90% por órgãos de trânsito. E algumas vezes, por solicitação de alguns órgãos federais, ou até mesmo da inteligência, eles pediam: "Coronel, a gente pode participar do grupo?" Pode. Não havia problema nenhum. O grupo Perímetro de Segurança não é um grupo de inteligência, era um grupo onde era definida a articulação com relação às caravanas que estavam chegando. Então, quando a gente coloca a inteligência dentro do grupo Perímetro de Segurança é para que eles tenham a situação, uma análise situacional do que está acontecendo para que eles possam produzir um documento na área de inteligência. Quando o grupo Perímetro de Segurança foi criado, ele foi criado com qual base? Foi um grupo separado; foram, tipo, dois planejamentos em um. Então, nós tomamos conhecimento que estavam chegando caravanas. Lembrando que na sexta-feira, dez horas da manhã, a ANTT não tinha nenhuma confirmação de ônibus chegando no Distrito Federal. Mas, mesmo assim, nós fizemos o planejamento, o Protocolo de Ações Integradas, onde foi previsto todos os cenários possíveis, por dois motivos. Naquele momento, a gente não tinha informações assertivas do que realmente iria acontecer; dez horas da manhã de sexta-feira não havia confirmação, pela ANTT, de cadastro de nenhum ônibus, mas nós tínhamos feito a reunião – na qual eu cheguei no final – , e tinha, nessa reunião, relatos de que havia áudios circulando que manifestantes estavam vindo para o Distrito Federal com intenção de cometer atos de vandalismo, e a gente tinha a informação das caravanas das redes sociais. Baseado nessas duas informações, o Protocolo de Ações Integradas foi construído, considerando todos os cenários possíveis. Paralelo ao Protocolo de Ações Integradas, nós reativamos o grupo Perímetro de Segurança. O grupo Perímetro de Segurança foi utilizado em quatro ocasiões: Bicentenário da Pátria; quando chegou uma quantidade muito grande de tratores e caminhões no SMU; por ocasião da posse do Presidente da República; e foi acionado no dia 6 de janeiro, após a reunião. Qual era o objetivo? Era a ANTT municiar esse grupo com a quantidade de ônibus que estavam chegando. A PRF, cada caravana que passasse nos seus postos, ia informando. E a Polícia Militar...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eles não fizeram isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Como assim?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A ANTT e a Polícia Rodoviária Federal não prestaram as informações, é isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, prestaram informações, sim, senhor. Prestaram. A ANTT, na medida que ela tinha as informações, ela informava...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a senhora disse aqui que, até às dez horas da manhã, eles não tinham informado nada.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não informou porque não tinha cadastro de nenhum veículo. Às dez horas da manhã, não tinha cadastro de nenhum veículo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Dez horas da manhã do dia 7?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, de sexta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Dia 6.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sexta-feira, dez horas da manhã, no horário da reunião, não havia nenhum veículo cadastrado oriundo... com destino a Brasília. Não havia. O que tínhamos, até então, eram apenas informações de redes sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A gente precisa descobrir, Deputado Hermeto, por onde esse povo veio. Certamente não foi pelas BRs, não é? Deve ter vindo pelas estradas vicinais ou já há ônibus voador, porque...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – É importante dizer, Presidente, que sexta-feira, dez horas da manhã, não havia confirmação. Os ônibus, a ANTT começou a confirmar a entrada desses ônibus com destino a Brasília no período da noite. Aí, sim, houve a confirmação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Cintia, na questão do transporte e de ônibus de turismo, hoje, se eu combinasse agora, aqui com a senhora – não sei qual a religião da senhora, eu sou católico –, de alugar alguns ônibus para ir com alguns fiéis a Aparecida, você tem que ter a lista dos passageiros...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – ... o CPF de todo mundo. Tem que encaminhar isso para a ANTT, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, antes da viagem.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Hum-hum.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Portanto, é tudo com bastante antecedência. Como é que essa gente, às dez horas da manhã de sexta-feira, não sabia de nada?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, sexta-feira, dez horas da manhã, não havia nenhuma informação por parte da ANTT de veículo cadastrado oriundo ao Distrito Federal..., com destino ao Distrito Federal. E aí essa metodologia que a ANTT utiliza de cadastro, a periodicidade de informar, deveria realmente chamar alguém da ANTT aqui para poder explicar melhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos chamar. Não tenha dúvida de que, com o depoimento da senhora aqui, o Presidente da ANTT da época será convocado a vir a esta CPI.

Vou fazer mais uma pergunta à senhora. Em trecho dos extratos de dados telefônicos da senhora e do ex-Subsecretário Fernando de Oliveira, a senhora ameniza a situação e diz para o ex-Subsecretário Fernando que tudo estava dentro da normalidade, que a Polícia Militar do Distrito Federal era acostumada a fazer tais ações, e que ele não se preocupasse com as manifestações.

A senhora também garante ao Sr. Fernando que o efetivo da Polícia Militar seria suficiente. A senhora teria ignorado os informes de inteligência ao dizer ao ex-Subsecretário Fernando que estava tudo bem ou foi levada ao erro? Se foi levada ao erro, quem levou a senhora ao erro?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso, o senhor fala no dia 8 pela manhã?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, estou falando do dia 8.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Então, vamos lá. Eu não recebi informes de inteligência. O grupo Perímetro de Segurança não transitava informações de inteligência. Segundo, as informações que eu passei para o Dr. Fernando foram às seis horas da manhã, oito horas da manhã e nove horas da manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estava tudo bem?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Nesse momento, a gente tinha em torno de 20 a 25 manifestantes e em torno de 400 policiais militares. Essas informações...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso no dia 8?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Dia 8, pela manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Cintia, eu pergunto para a senhora: estavam lá, a senhora falou aqui, agora, quatrocentos policiais, não é?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A informação....

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por que, à tarde, por volta de 15h, 16h, só tinha duzentos cadetes na Esplanada?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Deixe-me falar uma coisa, explicar uma outra coisa para o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por favor, explique.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Eu não mexo com a parte da execução da Polícia Militar. Então, todas as vezes que eu faço contato com qualquer oficial, seja do Departamento de Operações ou do Comando do 1º CPR, perguntando sobre efetivo, eu sou demandada pelo Secretário de Segurança Pública. Eu não me envolvo nas atribuições de execução da Polícia Militar. Então, às oito horas da manhã, eu faço contato com o Coronel Casimiro, que era o comandante do 1º CPR, às nove horas e às dez da manhã: foram esses os horários na parte da manhã. Até então, no dia 8, não havia previsão de descida de nenhum manifestante à Esplanada no dia 8. Então, o efetivo que a Polícia Militar tinha naquele momento, com a quantidade de manifestantes que tinha naquele momento, a informação que foi repassada para o Dr. Fernando condizia com o que estava acontecendo no terreno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora pode explicar por que tinha quatrocentos homens, por volta de 8h da manhã, e mingou para duzentos no começo da tarde? Duzentos cadetes.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Aí, só o Departamento de Operações ou o comando da operação ou o Comandante do 1ª CPR vai poder explicar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bom.

É... Quatrocentos policiais e cem manifestantes.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, eu falei que na parte da Esplanada, na parte da manhã, tinha em torno de vinte e cinco a trinta manifestantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E quatrocentos policiais?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Foi o que me foi repassado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E depois viraram duzentos cadetes.

Coronel Cintia, havia comunicação entre a Subsecretaria de Inteligência e a Subsecretaria de Operações? Quem era o responsável por lhe passar essas informações para as tomadas de decisões? Se havia, quem era o responsável?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Vamos lá. A Subsecretaria de Inteligência assessora diretamente o Secretário de Segurança Pública. Qualquer informação que a inteligência passa para mim não é para que eu tome decisões.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas passaram alguma informação para a senhora?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A informação que foi passada para mim, na quinta-feira, à noite, era a das caravanas chegando e que havia uma preocupação com as refinarias. Apenas isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas aí a senhora se contradiz! A senhora disse que na sexta-feira, às 8h, não havia nada, nem previsão de chegada. Mas, agora, a senhora está dizendo que na quinta já estavam as informações das caravanas que estavam chegando.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. O senhor deve ter me interpretado

errado. Eu digo para o senhor que, na quinta-feira, por volta de oito horas da noite, começaram a surgir, nas redes sociais, vários fôlдерes de chamamento de várias caravanas rumo ao Distrito Federal. Por ocasião da quantidade de fôlдерes que estavam girando nas redes sociais, nós chamamos uma reunião para sexta-feira, às dez horas da manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Como a senhora ficou sabendo desses fôlдерes transitando nas redes sociais? A inteligência que passou para a senhora?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, isso é qualquer grupo. Não precisa ser de inteligência. Mas à Dra. Marília – nós conversamos a respeito disso – eu perguntei: “Dra. Marília, a senhora está vendo essas redes sociais, grupos, tal?” Ela: “É, estou tomando conhecimento agora também”. Aí eu falei: “Vou chamar uma reunião amanhã, às dez horas da manhã, para a gente tratar do planejamento do final de semana”.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Descreva para a gente aqui qual era essa preocupação com as refinarias, até porque Brasília não tem refinaria, mas tem o parque da PETROBRAS.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E, se botam fogo naquilo ali, Brasília toda vai pelos ares.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Há alguma preocupação com o parque da PETROBRAS?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. A gente fez uma... A gente tinha um planejamento próprio, específico, separado do protocolo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Qual era o planejamento?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A gente fez uma reunião com todo mundo do SINDICOMBUSTÍVEIS. A preocupação primeira era essa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Com os postos de gasolina?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Com os postos de gasolina.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Porque o SINDICOMBUSTÍVEIS não tem incidência sobre distribuidora, que é a PETROBRAS.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim. Mas tinha um protocolo, desde a época da posse do Presidente Lula, que a gente já tinha feito um planejamento, que chamava o planejamento dos pontos sensíveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Explique isso para a gente, Coronel Cintia. Vocês tinham informações seguras de que os terroristas queriam botar fogo na PETROBRAS?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a senhora falou que tinha preocupação com as refinarias?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Preocupação não é certeza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim. Mas, se tem preocupação, é porque alguém ameaçou.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se chegar ali agora e alguém disser para o Deputado Pastor Daniel de Castro que eu vou dar um tapa nele – coisa que eu não vou fazer nunca –, ele vai ficar com preocupação. Portanto, eu quero saber por que aqui, em Brasília, estavam com preocupação com as refinarias?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Porque isso surgiu em outros estados. Então, tudo o que surge em outros estados acaba havendo uma reflexão...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vocês colocaram a polícia para fazer a segurança lá na PETROBRAS ou não?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Eu posso trazer o protocolo dos pontos sensíveis e eu apresento para o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós queremos. Mas a senhora se lembra de algum ponto sensível?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Lembro da barragem...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Do Descoberto?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Barragem do Descoberto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eles queriam implodir também a barragem do rio Descoberto?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim. As pontes. A gente se preocupou.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Explique isso aqui para a gente: havia ameaça de explodir a barragem do Rio Descoberto? (Ininteligível.)

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Ameaça, não. Mas o planejamento, a gente...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim. Mas, se planejaram e colocaram a barragem como uma preocupação, é porque havia ameaça.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A gente levantou todos os pontos sensíveis. Inclusive, esses pontos sensíveis foram levantados pelo Corpo de Bombeiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – As pontes e viadutos também estavam inclusos?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A gente...Tudo que era ponto sensível na posse do Presidente Lula... Na posse do Presidente Lula...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A barragem do Paranoá também?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Também. A gente levou em consideração tudo, principalmente essa...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estou achando importante, Coronel Cintia, a explicação, os detalhes que a senhora está colocando, porque as preocupações colocadas por vocês... Certamente, se teve a preocupação, é porque tinha ameaça – viu, Deputado Pastor Daniel de Castro?

É muito preocupante tudo o que a senhora está colocando. E é importante que a senhora coloque mais ainda, para que a gente possa ir mais fundo nas investigações.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Hum-hum.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quero até louvar o trabalho da senhora nesse sentido da preocupação, da sensibilidade que vocês tiveram com os pontos fundamentais desta cidade. Se implodem a barragem do Rio Descoberto, a gente vai... Nem quero pensar nisso, seria o fim do mundo para Brasília. A mesma coisa com a do Paranoá.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso. Na posse do Presidente Lula, nós tivemos um mês e meio para fazer todos os tipos de planejamento. Então, qualquer tipo de levantamento, de ameaça que poderia surgir, nós fizemos esse protocolo de pontos sensíveis. Esse protocolo de pontos sensíveis envolveu os pontos da Neoenergia, envolveu barragens...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Os postes, não é? Porque havia ameaça de implodirem os postes.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não posso dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – As torres. Foi o que disseram aqui. Foi dito aqui.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A providência, em termos de planejamento,

que nós adotamos foi: policiamento aéreo por parte da Polícia Militar, envolvemos o Corpo de Bombeiros, envolvemos o DETRAN. Tinha fiscalização 24 horas de qualquer... Envolvermos a inteligência também da Polícia Militar para que passassem 24 horas monitorando esses pontos para qualquer atitude suspeita. Não que fosse acontecer, mas era apenas por questão de precaução.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tinha ameaças, não é?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Ameaça não tinha, mas existia preocupação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O que é ameaça para a senhora?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Ameaça é uma coisa, é como se tivesse uma confirmação que aquilo fosse acontecer. Isso estava vindo de outros estados. Então, como a gente está na Capital do Brasil, a gente não queria que isso acontecesse. Então, a gente se antecipou. A gente fez um planejamento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se antecipou para que não acontecesse em Brasília.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Exatamente. Graças a Deus, nada aconteceu.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bem. É porque havia ameaças.

Coronel Cintia, o planejamento de ação integrada foi cumprido totalmente? O que falhou em tal planejamento por parte da Secretaria de Segurança?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O planejamento de ações integradas das manifestações que ocorreram no final de semana previu todos os cenários possíveis. Não houve falha no planejamento. Houve falha na execução do planejamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem falhou?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Muita gente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem é muita gente? Dê nomes, por favor.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Pronto. As imagens... Por exemplo, a Polícia Militar, muita gente...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Cintia, eu vou dizer à senhora que tenho um respeito tão grande pelas mulheres. Eu estou sentindo...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Hum-hum.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu gostaria que o Deputado Hermeto, que é policial, prestasse atenção.

Eu estou sentindo que a senhora sabe mais do que está dizendo aqui. Estou sentindo que a senhora está com medo de dizer tudo o que a senhora sabe. E posso dizer à senhora que a senhora pode falar tudo o que sabe aqui. Ai de quem tentar ameaçar a senhora por ter falado as coisas aqui!

Portanto, quero pedir à senhora... Aqui todo mundo que tem o mínimo de experiência de investigação, Coronel Cintia, está vendo que a senhora está com vontade de falar as coisas e não está falando. A senhora está com medo de alguma coisa.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Estou não, Sr. Presidente. Estou tranquila. Vamos lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora sofreu alguma ameaça?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Alguém disse para a senhora: "Você não pode falar isso"?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por que a senhora está se

segurando?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Não estou. É porque eu preciso explicar algumas coisas. Vamos lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora tem todo o tempo para explicar.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Vamos lá. Eu vou fazer uma analogia aqui para os senhores poderem entender. Os protocolos... Todo planejamento que é feito por mim e pela minha equipe segue atos normativos. Então, por exemplo, se eu for fazer o planejamento de um jogo de futebol, eu sigo um ato normativo, que é o Estatuto do Torcedor; eu sigo um ato normativo que é do Ministério dos Esportes; os laudos técnicos. Se eu for fazer, por exemplo, uma desapropriação...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Desculpe-me interromper a senhora, mas veja bem: a senhora estava lidando, ou melhor, a Segurança Pública do Distrito Federal estava lidando com a possibilidade – senão não teria tomado providência – de implosão da barragem do Descoberto, de implosão da barragem do Paranoá, de derrubada de torres de alta tensão. Isso já foi dito aqui, nesta CPI. Vocês estavam lidando com esse tipo de coisa.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não é? Vocês estavam lidando com esse tipo, e por que não foi tomada uma providência?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, no termo de planejamento, foi tomada providência. Foi feito um planejamento. Todos os órgãos que estiveram envolvidos fizeram o seu papel de policiamento ostensivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem falhou na execução?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Do dia 8 de dezembro?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Do dia 8 de janeiro. Não estou nem mais falando do dia 12; estou falando do dia 8 de janeiro. Quem falhou?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – No dia 8, foi feito...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Dê nomes a quem falhou.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Dia 8 de janeiro, Presidente, foi feito um planejamento. Cada órgão é responsável pelos desdobramentos operacionais. Nós temos, por exemplo, no Corpo de Bombeiros, o Departamento de Operações do Corpo de Bombeiros, que faz seu planejamento de execução operacional; na Polícia Militar, nós temos o Departamento de Operações, que faz realmente o planejamento da execução do planejamento; assim como nas Casas federais. Nós temos o STF, que tem a Polícia Judicial.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas quem falhou, Coronel Cintia?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Aí, o senhor tem que perguntar para o Departamento de Operações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Polícia Militar falhou?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Presidente, estou há dois anos afastada da Polícia Militar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a senhora estava na secretaria em um cargo-chave.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – De planejamento e não de execução.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Executaram o planejamento que vocês fizeram?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não foi executado da forma que foi planejado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se não foi executado, quem não o executou? A senhora pode dizer nomes!

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, houve falha de planejamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De quem?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Por parte da Polícia Militar. Houve falha do...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nomes! Quem foram os coronéis que impediram?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, tem que verificar quem estava respondendo pelo Departamento de Operações da Polícia Militar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A senhora pode nos assegurar, aqui, que quem estava no Departamento de Operações, naquele dia, naquele fatídico dia, errou, não cumpriu o que vocês elaboraram. É isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Doutor, para eu poder afirmar...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não tenha medo.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não estou com medo, não. O que estou querendo dizer para o senhor é que, para que eu possa afirmar que alguém errou, eu precisava estar ocupando aquele lugar e saber...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a senhora pode afirmar, aqui, que eles não cumpriram o que foi elaborado por vocês?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O planejamento não foi cumprido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não foi cumprido?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não foi cumprido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu até tenho mais perguntas, mas essa sua resposta já me foi suficiente. Não o cumpriram. Está com a palavra o Relator por até 25 minutos. Para o Relator, não há tempo.

DEPUTADO HERMETO – Eu posso ficar até às cinco da tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, V.Exa. tem o tempo que achar necessário.

DEPUTADO HERMETO – Até às dez para meia-noite, a gente está aqui. É brincadeira.

Eu conheço a Coronel Cintia há muitos anos. Quero relatar isso antes de fazer as minhas perguntas. Acho que trabalhamos juntos – quando ela era capitã, eu era sargento. Ela sempre com competência, com dedicação ao seu trabalho. Não tenho nenhum tipo de amizade com ela. Eu a conheço só pelo trabalho dela dentro da corporação, que é muito respeitado pelos seus pares, subordinados e superiores.

Quero deixar isso registrado, Coronel Cintia, antes de fazer a primeira pergunta para a senhora, tanto é que a senhora continua na Secretaria de Segurança Pública. O novo Secretário, Sandro Avelar, a manteve no cargo. Isso quer dizer alguma coisa.

A senhora acha que fez o seu trabalho certo? É a pergunta que eu vou fazer. Em seguida, vou perguntar para a senhora: se a senhora acha que fez o seu trabalho certo, por que a PM indiciou a senhora, a corregedoria?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, vamos lá. Como eu estava tentando explicar, senhores, cada planejamento que é feito na Secretaria de Segurança Pública segue um ato normativo. Se eu for fazer um planejamento de jogo de futebol, eu uso o regulamento do Estatuto do Torcedor, eu baseio o planejamento na Portaria do Ministério dos Esportes. Se eu for fazer um planejamento de ações integradas de desconstituição de ocupações irregulares, eu tenho que usar o decreto que cria o Comitê de Gestão Integrada do Território, eu tenho que fundamentar o planejamento em diretrizes de aplicação de medidas que garantam a proteção da ordem pública, eu preciso utilizar medidas de enfretamento ao parcelamento de ocupações irregulares do solo. Por que eu digo isso? Porque, se eu não fundamentar o meu planejamento em atos normativos, aquelas pessoas, aqueles órgãos que estão na execução, eu posso colocá-los em risco de responder por abuso de autoridade.

Então, veja bem: quando eu falo de manifestação pública, eu tenho um ato normativo que define todas as medidas administrativas e operacionais que têm que serem cumpridas. Então, quando eu pego o Protocolo de Ações Integradas 0223, que foi feito no âmbito da Secretaria de Segurança Pública por mim e minha equipe, e confronto com o Decreto 26.903, que regula as medidas operacionais e administrativas para tratar de manifestação pública, não tem um artigo... Eu posso mostrar aqui para os senhores que tudo o que está marcado em vermelho foram todos os artigos contemplados no protocolo de ações integradas. Então, eu acho que, quando a Polícia Militar me indicia por prevaricação, o encarregado do IPM deixou de observar que qualquer planejamento que é feito dentro da Secretaria de Segurança Pública tem que ser seguido por um ato normativo. E esse ato normativo, creio eu, que o encarregado do IPM desconhece, porque, se ele conhecesse o Decreto 26.903, ele ia verificar que nenhum artigo deixou de ser contemplado no planejamento. E digo mais, senhores: no ano de 2022, na Subsecretaria de Operações Integradas, nós tratamos, demos o devido tratamento a 15.092 eventos que passaram na Secretaria de Segurança Pública. No ano de 2022... A gente precisa deixar algumas coisas muito claras aqui que eu, nas oitivas anteriores, vejo que é uma confusão. Por exemplo, nós temos dois protocolos: o Protocolo de Operações Integradas e o Protocolo de Ações Integradas. O Protocolo de Operações Integradas é um protocolo que é confeccionado com um tempo de dois, três, quatro, cinco meses antes de o evento acontecer, em torno de 45 reuniões. Cito como exemplos: Bicentenário da Pátria, eleições do primeiro e do segundo turno, diplomação do TRE, diplomação do TSE, posse do Presidente, posse do Governador, Réveillon, Morro da Capelinha, Pentecostes. Todos esses planejamentos começam, iniciam com planejamento com dois, três meses de antecedência e têm em torno de 40 a 50 reuniões, entre reuniões gerais e setoriais. E, no ano de 2022, nós fizemos, junto com esses 15.092 eventos que foram cadastrados, paralelo a esses eventos, nós tratamos em torno de quarenta planejamentos só desse nível de trabalho.

Bom, quando a gente fala de prevaricação, isso é uma coisa que me chateia muito, porque, se eu trazer experiências profissionais aos senhores... Um exemplo: quando eu ainda estava no 1º CPR... Quero deixar claro que, no 1º CPR, eu trabalhei lá por um período de oito anos. O 1º CPR é aquela área, Deputado, que é responsável por toda esta área central de Brasília, Esplanada, Rodoviária, Asa Sul, Asa Norte...

DEPUTADO HERMETO – Inclusive esta aqui.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Inclusive esta aqui, que era do 7º Batalhão, tá? Nessa época eu tive a oportunidade de trabalhar oito anos no 1º CPR e, nessa época, quero dizer aos senhores que, com 29 anos de polícia, eu nunca comandeí uma unidade da Polícia Militar. Nunca! Mas em 99% das operações enquanto eu estive no 1º CPR, em 99% das operações de manifestações quem estava à frente comandando era eu quando não estava planejando ou quando estava comandando parte da tropa. E, nesse período que eu estava no 1º CPR...

DEPUTADO HERMENTO – Só observando, o *impeachment* da Dilma, a senhora estava comandando?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Estava trabalhando também, sim, senhor.

DEPUTADO HERMETO – Quando se dividiu a Esplanada em dois?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor. Nessa época eu estava no DOP e fazia parte da equipe de planejamento do DOP.

DEPUTADO HERMETO – Nenhum incidente, nada?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Nenhum incidente. Da mesma forma, quando da posse do Presidente Bolsonaro também. Eu quero lembrar os senhores, trazer aqui um desabafo meu, pela prevaricação, porque, nesse período que eu trabalhei, eu fiquei um ano e meio trabalhando na Esplanada, devido à quantidade de eventos que tinha, com problema de saúde. Eu fiquei um ano e meio trabalhando sangrando, com uma hemorragia interna, e não tive tempo de parar para cuidar da minha saúde. Quando eu fui transferida para a Secretaria de Segurança Pública, foi na época da pandemia, os eventos reduziram, e eu fui procurar um tratamento médico. Só que já era tarde demais e a única opção que me restou naquele

momento, que foi em setembro de 2021, foi ter que retirar o meu útero. Três meses depois, eu já estava trabalhando na Esplanada e eu tenho os meus colegas aqui, que foram os meus motoristas. Várias, várias, várias manifestações as quais eu comandi eram à base de Tandrilax e protetor no joelho. E eu nunca procurei atendimento médico. Três meses depois que eu retirei o meu útero, eu procurei um médico ortopedista e me submeti a uma cirurgia onde reconstruí quatro ligamentos do meu joelho direito. Isso no dia 8 de dezembro de 2021. Fiquei um mês sem colocar o pé no chão. Quando foi no mês de fevereiro, que começaram as minhas fisioterapias, o médico falou: "Não adianta mais a senhora fazer fisioterapia, porque o seu joelho não vai dobrar mais porque deu fibrose nos quatro ligamentos". E no mês de março, eu me submeti novamente a uma outra cirurgia para quebrar as fibroses dos quatro ligamentos da cirurgia que eu havia feito em dezembro. Quinze dias depois, eu fui convidada pelo Dr. Júlio a assumir a Subsecretaria de Operações Integradas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Cintia, eu quero pedir licença a vocês aqui, nós vamos registrar, Deputada Jaqueline Silva e demais Deputados, a presença de uma delegação nacional de procuradores do Legislativo, porque eles pediram para entrar aqui no nosso plenário e verificar o nosso funcionamento.

Portanto, eu estou autorizando a entrada deles e louvando a passagem deles aqui pelo nosso Poder Legislativo.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à Sra. Cintia.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Então, no mês de março, eu reconstruí, eu tirei a fibrose do meu joelho, a qual... Eu tenho dificuldade de subir e descer escada, porque o meu joelho é atrofiado. E aí eu pergunto para os senhores: quinze dias depois eu assumi a Subsecretaria de Operações Integradas, tem um ano que eu estou à frente da Subsecretaria de Operações Integradas, e eu pergunto aos senhores: sabe quantas fisioterapias eu consegui fazer? Nenhuma, porque o meu tempo todo foi dedicado ao planejamento da Subsecretaria de Operações Integradas. No mês de dezembro, quando eu estava fazendo o planejamento da posse do Presidente Lula, o meu sogro ficou internado na UTI por quinze dias, porque ele teve um AVC. E eu não consegui visitar o meu sogro por um dia. O único momento que eu consegui me ausentar do meu serviço foi quando a minha filha, que tem 22 anos, com uma crise de ansiedade, tomou cinco comprimidos de Rivotril. E eu tomei conhecimento, larguei tudo e fui para casa socorrer a minha filha. Então, esse foi o único momento de ausência que eu tive da Secretaria de Segurança Pública. E, por mais que meu marido esteja aqui e faça parte da Polícia Militar, ele é um sargento da Polícia Militar, nós tivemos vários embates dentro de casa, porque ele não entendia por que eu ficava até às duas, três, quatro, cinco horas da manhã resolvendo problemas de planejamento e não dava a devida atenção à minha família. Então, eu pergunto aos senhores: a Polícia Militar me indiciou por prevaricação e omissão quando todo o planejamento de operações integradas foi cumprido baseado em todo um ato normativo que regula. Todo o ato normativo foi estabelecido, foi contemplado, dentro do planejamento. E aí eu pergunto aos senhores: realmente, essas são as atitudes de uma oficial que prevarica? Se houve algum tipo de prevaricação, algum tipo de falha da minha parte, foi com a minha saúde e com a minha família. Eu nunca prevariquei com a minha corporação, com a Secretaria de Segurança Pública, com os órgãos que trabalham integrados e, especialmente, com a sociedade brasileira, com a qual sou comprometida desde 1994, quando ingressei na Polícia Militar.

DEPUTADO HERMETO – Quero registrar, Presidente Chico Vigilante, a presença da Associação Nacional dos Procuradores e Advogados do Poder Legislativo, a ANPAL. Sejam muito bem-vindos a esta sessão de hoje, de uma CPI que está investigando os atos antidemocráticos do dia 8. Quem está depondo é a Coronel Cintia, que era Subsecretária de Operações da Secretaria de Segurança Pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, inclusive, o presidente dessa associação é o Procurador Ricardo Benetti Fernandes Moça.

DEPUTADO HERMETO – Ricardo Benetti. Seja muito bem-vindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É importante ter a presença de vocês aqui. Muito obrigado, fiquem à vontade.

Peço às meninas do café que sirvam um cafezinho e um chazinho para quem quiser. Aqui no Legislativo do Distrito Federal, a gente gosta de tratar bem as visitas, não é, Deputado Hermeto?

DEPUTADO HERMETO – Com certeza. Coronel Cintia, a senhora quer continuar em seu raciocínio?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Então, assim, nesses 29 anos de polícia, quem me conhece sabe que eu tenho por atitude o dever de agir. E me enquadrar por prevaricação e omissão fere profundamente os meus deveres, os meus valores éticos e morais da Polícia Militar. Quem me conhece, quem acompanha o meu trabalho... Um exemplo: no 7 de setembro do ano passado... Eu sou uma pessoa tão técnica que, no planejamento, estavam previstas duzentas, trezentas mil pessoas na Esplanada dos Ministérios por ocasião do Bicentenário da Pátria. E não era permitido, no planejamento – isso em acordo com os órgãos –, nenhum tipo de manifestação pública, mas naquele dia tinha um carro de som, a pedido do GSI, para que o ex-Presidente Bolsonaro fizesse uso da palavra. Isso ocorreria entre 11h50min e meio-dia. E a gente só autorizaria manifestação após as 13h, porque o evento cívico iria terminar por volta de meio-dia, então não teria problema nenhum...

DEPUTADO HERMETO – Essa ordem veio do GSI?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Foi um acordo que foi feito com todos os órgãos. E, para garantir que a manifestação pública não ocorresse, eu me aproximei do carro de som, onde o ex-Presidente Bolsonaro fez uso da palavra. E quando ele terminou de fazer uso da palavra, senhores... Nesse carro de som, havia vários políticos, dos quais eu não me recordo o nome, várias autoridades. Após o uso da palavra, eu tive que desligar o microfone, porque aquilo ia começar a se transformar numa manifestação pública. Como no planejamento aquilo não estava previsto, eu tive que desligar o som. Eu quase apanhei e fui jogada do carro de som abaixo, porque eu estava cumprindo o protocolo, porque era aquilo que estava previsto. Da mesma forma, aconteceu também quando eu estava no 1º CPR. Eu estava comandando uma linha de contenção em frente ao Itamaraty. Naquela época, os movimentos de direita queriam muito descer para a Praça dos Três Poderes, porque queriam ter acesso ao STF. Por qual motivo, não sei. Nós negociamos, várias vezes, que não, que o limite da manifestação era até ali. Nesse momento em que eu estava comandando essa linha, por mais de uma hora de negociação, eles não conseguiram entender a negociação, derrubaram os gradis, tentaram passar por cima da minha linha de contenção, e eu usei os mesmos...

DEPUTADO HERMETO – Isso no dia?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Foi em maio de 2020.

DEPUTADO HERMETO – Só uma observação, Coronel Cintia. Eu já participei de diversas manifestações na Esplanada dos Ministérios. Eu já disse isso aqui, em outros momentos. Quando passam dos gradis... Quando chegam ali... Quando passou da rodoviária, chegou à Catedral e passou dos gradis, ninguém controla. Concorda, Coronel Cintia? Ninguém controla mais. A partir do momento em que você não segura os manifestantes ali nos gradis, é muito difícil conter o que pode acontecer com eles na Praça dos Três Poderes. Pode continuar.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Pois, é. Então, nesse dia, eu até pedi para os meus filhos, porque meninos nessa idade, dessa geração Z, são conectados o tempo todo. Fui avassalada, a tarde toda, com todos os nomes possíveis e imaginários, porque eu joguei gás de pimenta, porque eram os meios necessários que eu tinha, para impedir aquela descida ao STF. Mas cumpri com a minha missão, mesmo tendo o meu nome avassalado em todas as redes sociais. Com todos os nomes possíveis e imaginários eu fui denegrida nas redes sociais. Mas me mantive em pé porque cumpri, mais uma vez, a minha missão. Então, eu não entendo o motivo pelo qual o encarregado do IPM deixou de observar que o Protocolo de Ações de Integradas, nos dias 7, 8 e 9, foi cumprido, na íntegra, o decreto, o ato normativo que diz exatamente o que tem que ser feito.

DEPUTADO HERMETO – A senhora acha que a Corregedoria – a senhora responde se

quiser – quer dar uma resposta ao Ministério Público, alguma coisa, e imediatamente estão fazendo esses indiciamentos sem critérios?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Relator, eu não sei dizer. A única coisa que eu posso dizer ao senhor é que, no momento adequado, eu vou provar, com todas as minhas convicções, que o planejamento foi cumprido em acordo com o ato normativo que existe no âmbito do Distrito Federal.

DEPUTADO HERMETO – A senhora acha, Coronel Cintia... Eu tenho muitas perguntas aqui, mas dentre elas, o Deputado Chico Vigilante fez quase todas.

Eu vou bater no efetivo por conhecimento de causa. O efetivo da Polícia Militar que foi levado à Esplanada dos Ministérios – eu vou repetir as palavras do interventor Cappelli – foi levado para um massacre. Os policiais que estavam lá estavam correndo risco de vida, uma armadilha. E, o pior de tudo, os que estavam entrando nos prédios públicos estavam sendo bem preparados, aqueles que avançaram brutalmente contra o Poder Público.

Coronel Cintia, quando a senhora viu aquele efetivo, com a experiência que a senhora tem, que eu sei que tem... A Secretaria de Segurança Pública, o Chefe do Departamento de Operações da Polícia Militar, que é o responsável pela operação... Aquele efetivo jamais daria para conter aquela multidão. A que a senhora atribui isso se a gente tem a secretaria que faz o planejamento? Por que aquele efetivo naquele dia, ainda mais com policiais recém-formados... Não sei se eles estavam recém-formados. Acho que ainda nem havia tido a formatura. Nisso não tiro mérito. Eles são bem capacitados, são bem treinados, têm um curso... O que houve com o efetivo? Por que não teve aquele efetivo?

Eu me lembro muito bem de algumas manifestações de que a gente participava. A gente ficava até chateado dentro do ônibus: "Poxa, trouxeram quinhentos, seiscentos policiais para cá, e tem dez manifestantes". A gente sempre errou para mais. É uma gíria nossa militar. A gente erra para mais, Deputado Chico Vigilante, mas não para menos. E por que não erraram para mais naquele dia? Ao contrário, erraram para menos. A que a senhora atribui isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, existe... Respondendo como Coronel da Polícia Militar pelo tempo que eu estive lá, pode ter acontecido dois tipos de planejamento. Poderia ter ocorrido planejamento pelo DOP ou planejamento pelo 1º CPR. Como eu trabalhei no 1º CPR no período de oito anos, eu fiz alguns planejamentos de manifestações públicas. Então, a primeira coisa que precisa ser dirimida aí e esclarecida junto à Polícia Militar é a quem coube o planejamento daquele dia.

DEPUTADO HERMETO – Do efetivo.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, planejamento, quando eu falo, é logística, semóvel (*sic*), forças especiais, efetivo, disposição no terreno. Isso tudo engloba o planejamento. Está *ok*? Não é só o efetivo que é o planejamento. É um conjunto de várias coisas. Então, primeiro que precisa saber: a quem cabia o planejamento naquela circunstância? Era do Departamento de Operações ou coube ao 1º CPR? Então, os senhores têm que chamar aqui o DOP e o 1º CPR para que essa resposta seja solucionada. Com relação... E, como eu falo para os senhores que eu sou uma pessoa extremamente técnica e a minha equipe, a gente trabalha de forma técnica e, quando a gente pega o Decreto 26.903, ele traz claramente a atribuição tanto da Secretaria de Segurança Pública quanto da Polícia Militar e dos outros órgãos. Então, tudo, senhores, que está no Protocolo de Operações Integradas... desculpa, de Ações Integradas não é uma invenção, é retirado do ato normativo. A exemplo, art. 10, que diz que compete à Polícia Militar, além das atribuições anteriores, "III – avaliar, com a antecedência possível, o caráter e os números da manifestação para o emprego compatível dos meios". Agora, eu não sei afirmar aos senhores a quem coube essa responsabilidade: se foi ao 1º CPR ou se foi ao DOP. Então, os senhores têm que chamar aqui os integrantes da Polícia Militar, por eu estar afastada da Polícia Militar há dois anos e não estar no meio para saber, realmente, quem é que ficou com o encargo dessa responsabilidade.

DEPUTADO HERMETO – Mas a senhora concorda que, pela experiência que a senhora tem de várias manifestações, de tudo isso que a senhora falou, a senhora concorda que o

efetivo era muito pequeno para aquela manifestação?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O efetivo da Polícia Militar para o que aconteceu no dia 8 não foi o necessário. Assim como também a gente precisa deixar claro que nós contamos, também, com o apoio da polícia judicial do STF, contamos com o apoio da Polícia Legislativa do Congresso Nacional, do Senado, da Câmara dos Deputados e contamos, também, com o apoio dos militares do Palácio do Planalto, com efetivo também, e contamos, naquele dia, com o efetivo da Força Nacional. E aí, também, eu não posso responder aos senhores se o efetivo deles também era suficiente ou não. Por quê? Estamos tratando de órgãos federais, e o GDF, ele não atribui competências ou determina nada aos órgãos federais. Eles têm legislações próprias. Então, eles aplicam ao terreno. Eles fazem seus planejamentos próprios também.

DEPUTADO HERMETO – A senhora tem conhecimento de que, no dia em que invadiram o Palácio do Planalto, um determinado coronel estava impedindo o trabalho da Polícia Militar na retirada?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. No dia 8, eu estava no terreno. No momento da invasão do Palácio do Planalto, eu me encontrava exatamente em frente ao Itamaraty. Então, eu não me aproximei, não conseguia me aproximar, não estava próximo. Então, eu não presenciei e eu não posso confirmar.

DEPUTADO HERMETO – Mas há a imagem de um coronel, que, inclusive, nós já vamos convocar – eu esqueci o nome dele agora –, que impedia o trabalho da Polícia Militar dando, no jargão militar, chave de estrela na Polícia Militar.

A senhora teve conhecimento de que quase houve um confronto entre as forças do Exército e a Polícia Militar para retirar o acampamento?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, porque eu estive presente em todos os momentos.

DEPUTADO HERMETO – Chegou o Exército a ameaçar a Polícia Militar dizendo que teria um poder de fogo maior?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, eu não vou falar o termo “ameaça”, mas o que aconteceu...

DEPUTADO HERMETO – Intimidar?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O que aconteceu é que, quando as tropas da Polícia Militar estavam se aproximando do SMU, por determinação do então interventor Ricardo Cappelli, que era para fazer a prisão de todos os manifestantes que se deslocaram para o SMU, quando nós chegamos na frente do SMU, tinha lá, sim, uma tropa de choque do Exército e blindados apontados para a Polícia Militar.

DEPUTADO HERMETO – A senhora tem conhecimento de que, durante esse período antes mesmo da posse, tentaram fazer diversas tratativas para retirar aquele acampamento e o Exército impedia?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor. Houve várias tratativas para tentar retirar o acampamento, mas, todas as vezes, era impedida. Até porque era proibida a entrada da Polícia Militar dentro daquela área.

DEPUTADO HERMETO – O Exército tem o Batalhão da Guarda Presidencial.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO HERMETO – BGP. Se eu não me engano, o efetivo é de 1.500 a 2 mil homens. Você pode olhar aí na internet, Bitencourt, o efetivo, mais ou menos do BGP?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Dois mil e quinhentos é o batalhão. Olha, são 2.500 homens para cuidar da guarda presidencial, ou seja, do prédio do Palácio do Planalto, do Palácio da Alvorada, de toda aquela área ali, da Granja do Torto, que são as residências oficiais do Presidente, e do Palácio do Jaburu – que eu acho que é do Vice-Presidente também, se eu não

me engano.

E tudo isso, naquele dia 8, esse efetivo tinha vinte e poucos homens. A senhora tem conhecimento disso? De vinte a trinta homens?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Quantidade do efetivo, eu não tenho conhecimento de nenhuma (Ininteligível).

DEPUTADO HERMETO – Mas não havia efetivo para combater os invasores? A Polícia Militar, praticamente, foi a primeira linha que impediu a entrada no Palácio do Planalto, na sua concepção, porque a senhora estava perto do Itamaraty? A Polícia Militar era a única linha que havia lá, para que pudessem impedir os vândalos?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não sei responder. Porque eu não estava lá, e, num momento de crise, senhores, a gente realmente não controla tudo, né? Eram várias frentes, eram manifestantes tentando invadir o STF, invadindo o Congresso, tentando invadir o Palácio do Planalto. O que eu vi foi a Polícia Militar atuando, né? Tanto é, que tinha uma van cheia de munição química. Foi uma hora e meia, tanto a polícia de choque, quanto a ROTAM, no combate ali na lateral, tanto da via S1, como na N1. Enquanto os manifestantes ocupavam ali a cúpula do Senado e da Câmara dos Deputados, incessantemente, eu vi tanto a ROTAM como o choque tentando impedir que aqueles manifestantes ingressassem tanto na S1, para ocupar o STF, como na N1, para ocupar o Palácio do Planalto.

DEPUTADO HERMETO – Eu vou fazer esta pergunta, que já fiz para outros. A Polícia Militar, hoje, tem um efetivo muito, muito abaixo do que necessita. Todos nós sabemos disso. Não há nem dez mil homens. A Coronel Ana Paula está aqui. Há quantos? Não há nem dez mil, não é, Coronel Ana Paula? Nove mil e oitocentos.

Olha só. Tirando os que entram de férias, os que estão de restrição médica, enfim, tudo isso, esse efetivo foi colocado, durante o ano de 2022, praticamente direto na Esplanada dos Ministérios: manifestação, eleição polarizada entre Bolsonaro e Lula, toda hora a Esplanada era usada e os policiais iam.

Houve o dia 12, em que foi a diplomação. Dia 1º, uma posse perfeita. O efetivo reduzido, cansado. Eu sei que estava cansado. A senhora acha – vou fazer a pergunta que fiz para o Coronel Naime ou que fiz para todos – que houve uma certa acomodação, ou seja, “Espera aí, não aconteceu nada no dia 1º, eu acho que nós já estamos...” Houve o dia 12. Houve o 7 de setembro, com a Polícia Militar praticamente toda na Esplanada dos Ministérios, em relação ao que senhora falou.

Então, é um mês atípico janeiro. Em Brasília, é um mês parado. Nós sabemos disso. Essa falta de planejamento que houve tem a ver com uma certa acomodação, ou seja, “não, não aconteceu nada, nós fizemos o nosso trabalho certo no dia 1º, agora nós vamos... quem tiver que entrar de férias que entre, quem tiver que fazer entre.”

A senhora acha que isso contribuiu para – não vou dizer acomodação –, uma certa... dos que planejaram o efetivo, planejaram tudo? Disseram assim: “Não. Nós vamos ficar mais tranquilos, porque agora a coisa que tinha que passar já passou.” A senhora concorda com isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Deputado, eu não estava no DOP, não tinha acesso a quem estava. Eu não sabia quem estava de férias. Não sabia quem estava responsável pelo planejamento. Mas uma coisa eu posso dizer para o senhor: como Subsecretária de Operações Integradas, naquele momento, eu vinha de... Por exemplo, o Bicentenário da Pátria, a gente começou a planejar: junho, julho, agosto, setembro. Acabou o Bicentenário da Pátria, nós engatamos no primeiro turno das eleições, segundo turno das eleições, diplomação do TRE, diplomação do TSE, posse do Presidente Lula, posse do governador e Réveillon. E, quando tudo isso acabou, nós já estávamos no mês de janeiro, planejando o carnaval. Como Subsecretária de Operações Integradas e em nome da minha equipe, eu digo ao senhor: por parte da Subsecretaria de Operações Integradas, nós mantivemos o mesmo ritmo, porque os eventos de Brasília não param. Agora, pela Polícia Militar, eu não posso responder, porque eu estou há dois anos afastada da Polícia Militar. Então, eu não posso responder por quem estava lá. Eu não tinha os meios, eu não tenho os

meios para saber o que a Polícia Militar estava empregando, quais eram os outros tipos de operações que a Polícia Militar estava desencadeando. Eu posso responder pela Subsecretaria de Operações Integradas.

DEPUTADO HERMETO – Coronel Cintia, o Coronel Naime informou que, no final do dia 6 de janeiro de 2023, deixou, na Subsecretaria de Operações Integradas, com o Tenente-Coronel Rosivan, um relatório informando sobre a possibilidade de invasão de prédios públicos na manifestação do dia 8. Ele disse isso, o Coronel Naime.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O Coronel Naime ou o Coronel Henrique?

DEPUTADO HERMETO – O Coronel Naime. Jorge Pinto não é o Coronel Naime?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

DEPUTADO HERMETO – Então, desculpe-me.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – É o Coronel Henrique.

DEPUTADO HERMETO – Eu me confundi. O Coronel Naime também é Jorge.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso.

DEPUTADO HERMETO – É o Jorge Pinto – está certo, eu me confundi, desculpe-me –, ele deixou um relatório de inteligência, informando sobre a possibilidade de invasão de prédios públicos nas manifestações do dia 8.

A senhora tomou conhecimento desse documento? Adotou algumas providências? Houve algum tipo de ruído entre a Subsecretaria de Operações Integradas e a Subsecretaria de Inteligência?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, ao relatório, eu não tive acesso, está *ok*? Não tive acesso, porque ele foi entregue por volta de 17h42min, na SOPI. Eu estava numa reunião externa, que terminou por volta de oito e meia, nove horas da noite, e não retornei à subsecretaria na sexta-feira. No entanto, o Protocolo de Ações Integradas foi confeccionado levando em consideração o nível máximo de alerta por dois motivos: primeiro, pela quantidade de caravanas que, já na quinta-feira à noite, a gente tinha tomado conhecimento que estava para chegar em Brasília, em que pese não tinha confirmação até dez horas da manhã de sexta-feira. E, na memória de reunião, o Coronel Casimiro trouxe a informação de que havia recebido vários áudios de tentativa de ato de vandalismo. Quando acabou essa reunião, eu chamei a minha equipe da Coordenação de Eventos e Atividades Especiais e falamos: "Vamos fazer o planejamento considerando o nível máximo de alerta. Vamos ligar para o pessoal do SINDICOMBUSTÍVEIS e vamos alertá-los. Vamos deixar um telefone próprio para eles, se houver venda suspeita de combustíveis, para eles nos informarem de imediato." E deixamos todo mundo em alerta. Então, mesmo eu tendo ou não lido o relatório de inteligência que foi entregue no final do dia da sexta-feira, o planejamento foi feito considerando o nível máximo de ameaça. É só o senhor pegar o Decreto nº 26.903 e verificar que nenhum artigo dele deixou de ser contemplado no protocolo.

DEPUTADO HERMETO – A senhora tinha conhecimento do major da Polícia Militar que ensinava técnicas de entrada em prédios e técnicas de... A senhora tinha conhecimento de que ele dava aula lá no acampamento?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Como eu falei para o senhor, provavelmente esses tipos de assuntos eram tratados na inteligência. Eu não faço parte do canal Inteligência, eu não fazia parte do grupo Difusão. As informações de inteligência não tramitavam na SOPI dessa forma. Essas informações sensíveis, não. Não, não.

DEPUTADO HERMETO – A senhora não sabia quem fazia?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, não. Não, senhor.

DEPUTADO HERMETO – Coronel Cintia, ainda com relação aos atos do dia 8, a senhora se recorda de ter mandado uma mensagem acalmando o ex-Secretário-Executivo Fernando, argumentando, para tanto, que já estavam acostumados com esse tipo de manifestação, porque o secretário municiou o governador com um áudio...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Hum-hum.

DEPUTADO HERMETO – ... dizendo que estava tudo tranquilo, tudo bacana, e o governador acreditou. Mas a senhora mandou alguma mensagem para ele dizendo que estava tudo tranquilo...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, sim, senhor.

DEPUTADO HERMETO – ... dizendo que ele não se preocupasse?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Foi às seis horas da manhã e oito horas da manhã. Nesse dia, foi às seis horas da manhã e oito horas da manhã de domingo. Não havia previsão de descida para a Esplanada, inclusive se dizia que essa descida iria ocorrer na segunda, dia 9, e as informações de efetivo, essas informações que eu repassava ao Dr. Fernando eram informações que eu fazia contato com o Coronel Casimiro e Coronel Casimiro me assegurava que aquelas informações que eram repassadas ao Dr. Fernando... Aquelas informações que eram repassadas ao Dr. Fernando eram informações que eram asseguradas pelo Coronel Casimiro, que era o Comandante do 1º CPR. Entendeu?

DEPUTADO HERMETO – Mas o governador recebeu mensagem, se eu não me engano, Presidente, por volta das 13h, 14h, dizendo que estava tudo tranquilo.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Mas aí já não fui eu que mandei. Aí tem que ver com o Dr. Fernando qual foi o oficial que falou com ele.

DEPUTADO HERMETO – O Presidente se lembra direito do horário em que ele recebeu? Foi às 3h03min?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Treze.

DEPUTADO HERMETO – Às 13h30min, o governador recebeu a mensagem do secretário. Tudo tranquilo, tudo bacana.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A última informação que eu passei para o Dr. Fernando de tranquilidade...

DEPUTADO HERMETO – Foi às oito horas da manhã.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Nove horas da manhã.

DEPUTADO HERMETO – A senhora que está na Secretaria de Segurança Pública há muito tempo, há dois anos, é considerado um bom tempo. A senhora acha que a troca do secretário, da secretária, não a troca da cúpula toda, mas foram umas três trocas: o secretário-executivo, a Dra. Marília e mais alguns. De certa forma, isso desestabilizou ou atrapalhou o trabalho da Secretaria de Segurança Pública?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Deputado, o que eu posso afirmar para o senhor é que houve tempo exíguo, né? O tempo foi muito pouco para poder conhecer a equipe.

DEPUTADO HERMETO – Conhecer.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Então, assim, eu quase não tive contato com a equipe. Eu acho que eu vim ter contato com a equipe na quinta-feira, né. Então, assim, eu não tive oportunidade de saber qual era a metodologia que eles queriam que adotasse para os eventos futuros, tanto que o planejamento que foi feito pela Subsecretaria de Operações Integradas seguiu a mesma metodologia da gestão anterior, e metodologias de planejamentos que deram certo.

DEPUTADO HERMETO – A senhora já tinha trabalhado anteriormente com o Secretário Anderson Torres em algum momento?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Nunca. A primeira vez que eu o vi, pela primeira vez, pessoalmente, foi na sexta-feira, dez horas da manhã, porque ele me chamou para uma reunião para participar junto com o comandante militar do Planalto.

DEPUTADO HERMETO – Ele relatou se iria manter a senhora no cargo?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Até aquele momento, eu não tinha

conhecimento se eu permaneceria ou não.

DEPUTADO HERMETO – Tenho algumas perguntas aqui, mas o nosso eminente Presidente já as realizou sobre esses... Mas tenho uns colegas que vão chegar até às cinco da tarde. Tenho certeza.

Quero terminar a minha participação e fazer simplesmente uma colocação aqui em relação ao trabalho que é executado pela Polícia Militar nas manifestações. Na Polícia Militar, eu fiquei trinta anos praticamente na corporação. Vou repetir, de novo, já disse várias vezes aqui, participei do *impeachment* do Collor, acho que a coronel estava entrando na polícia nessa época ou ainda não tinha nem entrado. Era 1992.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Eu entrei em 1994.

DEPUTADO HERMETO – Então a senhora estava estudando para o concurso. Desde quando eu me entendo por policial, sempre a Polícia Militar fez um trabalho impecável no que tange à segurança pública em relação às manifestações. Sempre foi uma polícia extremamente competente, como é em todas as áreas dela. Técnica.

Então, nós ficávamos lá dezesseis horas, vinte horas às vezes. A gente só ia em casa. A farda molhava, secava no sol, e a Polícia Militar sempre ali. Coronel Cintia, eu conheço o trabalho da senhora. Às vezes a senhora até, como dizem lá, peca pelo excesso. É o que a gente escuta dos praças: "Não. A Coronel Cintia é muito arrochadora, porque ela quer tudo certo." Não foi de um ou de outro, não. Foram de vários que eu escutei isso. Sei da sua competência. E nesta CPI a senhora teve a oportunidade de dizer aqui por que foi indiciada pela corregedoria.

E quero aqui dizer, Sr. Presidente, eu, como policial militar, não estou aqui para passar a mão. Estou aqui pela verdade, pelo que nós estamos vendo que está acontecendo. Em um primeiro momento dos atos antidemocráticos, jogaram toda a culpa na Polícia Militar, toda, e hoje nós estamos enxergando – tanto é que a CPI nacional vai aprofundar isto – que não é bem assim.

Quando o Deputado falou – não está mais aqui, o Thiago – que você tem todo o tempo de transição, como o General Dias teve – ele participou de toda a transição do Governo do Presidente Lula... Foi o Daniel de Castro, nosso... E você tem... Ele teve oito dias. E a gente sabe que aqui no GDF existe um decretão para exonerar todo mundo. Tamanha era a contaminação do GSI ao longo desses quatro anos, na visão do governo que estava entrando, que ali teria que ser feito um decretão, principalmente no GSI – esta é a minha opinião, Presidente Chico Vigilante –, exonerando todos os membros do GSI. Esse decreto já teria que estar pronto no primeiro dia útil do governo. E com os nomes que ele iria substituir – eles tiveram noventa dias para a transição – todos já colocados, nomes de confiança do General Dias, de confiança do Presidente Lula.

Então, errou muito o GSI, porque, pela experiência que nós temos aqui, quando se muda um comando, se muda um governo, você muda logo... Como o Governo Federal é enorme, não tem como você mudar todos, o GSI tinha que estar entrando dentro do Palácio do Planalto, no primeiro dia, com o decreto pronto, mudando do soldado que faz a guarda, que fica paradinho lá, na entrada da rampa, até o coronel, o general mais antigo, e colocar toda a equipe ali.

Eu não vejo como justificativa o General Dias dizer que não teve tempo de mudar toda a equipe do Palácio do Planalto, porque eu teria mudado, qualquer um teria mudado, tamanho era o envolvimento dos militares que estavam ali com o presidente que tinha saído. Seria o primeiro ato, Deputado Chico Vigilante. É igual acontece aqui, o decretão, quando muda o governo. É um "barata voa". Se não podem fazer no governo todo, tinham que ter feito no GSI. Então, o General Dias tem muito a explicar, muito a explicar.

Fico satisfeito com as palavras, com o depoimento da Coronel Cintia. Desejo-lhe boa sorte, Coronel Cintia. Tenho certeza absoluta de que tudo isso será esclarecido.

No meu relatório, que já começou a ser feito, nós vamos fazer justiça com toda imparcialidade, e, claro, discutindo com o Presidente, discutindo com todos os senhores. O meu relatório será feito com todas as mãos. Está certo?

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Hermeto.

Pela ordem de chegada, está com a palavra por até 25 minutos o Deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado, Presidente.

Primeiro, antes de me dirigir à Coronel Cintia, eu queria só comentar o final da fala do Deputado Hermeto, porque acho que é importante a gente pegar um pouco o histórico recente de transições da República brasileira.

A gente viveu um período de transição muito delicado. É um período de transição em que houve planejamento para golpe, em que houve conspiração, em que houve um Presidente da República que sequer reconheceu o resultado das urnas. Então, não foi uma transição tranquila. Ninguém que eu conheço que trabalhou na transição do Governo Bolsonaro para o Governo Lula teve facilidade de acesso a dados técnicos para a transição dos ministérios. Acho que esse é um elemento importante também para a gente levar em consideração no processo de avaliação em relação a responsabilidades. Transição se dá quando um governo tem capacidade de exposição para entregar os dados e construir as condições para uma transição, mas quando esse governo trabalha para que o novo governo não tome posse e não aceita o resultado das urnas, isso tem um impacto enorme no processo de transição.

Segundo, eu queria me dirigir à Coronel Cintia. A gente já se encontrou muitas e muitas vezes ao longo desses últimos anos. É alguém por quem tenho um respeito enorme pelo trabalho. Ela sabe disso, porque a gente já participou de inúmeras reuniões. É alguém que tem o perfil, até onde eu conheço e onde eu participei, extremamente técnico, sério, qualificado, sempre aberto ao diálogo e, de fato, muito trabalhadora. Não faço isso com qualquer testemunha. Nesta CPI, todo mundo sabe disso porque testemunhei de perto. Então, a gente já se falou de madrugada, de manhã, de tarde para resolver problemas relacionados à segurança pública, especialmente no perímetro da Esplanada dos Ministérios, sempre com muita competência, seriedade e firmeza. Já divergimos muito, mas sempre com sensibilidade para ouvir as diferenças. Então, eu fico muito à vontade para conversar e dialogar porque também inicio demonstrando o meu máximo respeito. Não poderia fazer diferente nesse depoimento, tendo em vista o histórico de trabalho conjunto que nós tivemos ao longo dos últimos anos na defesa dos direitos humanos, do direito à manifestação nesta cidade. Então, faço esse registro com muita tranquilidade sabendo da imparcialidade do papel que nós precisamos cumprir aqui.

Ressalto que acho que a senhora é uma testemunha fundamental porque, por ser extremamente técnica, tem muito conhecimento tanto da corporação da Polícia Militar, quanto da segurança pública. Eu acho que pela capacidade e pela visão ampla dos atores, dos agentes que atuam nas forças de segurança, o seu depoimento pode nos ajudar a esclarecer. Para além de culpabilizar pessoas específicas, eu acho que o depoimento da senhora pode nos ajudar a não passar por momentos difíceis, momentos duros, como a gente passou no dia 8 de janeiro e no dia 12 de dezembro.

Eu quero começar perguntando à senhora sobre o acampamento que começou logo após o resultado das eleições. A senhora sabe qual foi o primeiro PAI do acampamento?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Esse PAI é referente ao que? De onde partiu essa demanda do primeiro PAI do acampamento golpista que ficava em frente ao QG do Exército?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Foi uma manifestação pública. Foi o PAI 188 em decorrência de uma manifestação que ocorreu no dia 4 de novembro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A senhora sabe quem foi o demandante desse PAI?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Foi o Comando Militar do Planalto através do Ofício 86, de 4 de novembro de 2022.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Qual era o objetivo do Comando Militar do Planalto nesse

PAI?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Ele pediu para assegurar livre circulação e a segurança das vias nos mais diversos pontos de acesso ao local. Por exemplo, ele pediu para autorizar, porque como lá era uma área militar, e o cadastro de carro de som é feito na Secretaria de Segurança Pública, então, vinham vários pedidos de carro de som para adentrar o SMU. Então, eu pegava, fazia contato direto com o General Dutra e comunicava a ele: “General, entrou tantos pedidos aqui para carro de som dentro do SMU.” E a resposta que ele me deu: “Só autoriza aquele que eu determinar.” Eu: “Sim, senhor.” Então, no dia 4 de novembro, veio nesse documento que foi autorizado o carro de som Coyote a permanecer na Avenida do Exército pelo Comando Militar do Planalto pelo período de 4 a 6 de novembro. Quanto à presença de caminhoneiros, isso também veio no ofício, foi autorizado pelo Comando Militar do Planalto o estacionamento na via que liga a Avenida do Exército à Avenida Guararapes, próxima à sede da Poupex. Foi inclusive por ocasião dessa manifestação que estavam chegando muitos caminhões para dentro do SMU e a gente ficou preocupado que eles não fossem para a área central, especificamente a Esplanada, e a gente acionou pela segunda vez o grupo Perímetro de Segurança.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É comum o Exército intermediar a autorização de carro de som?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Mas como é na área deles, só eles poderiam autorizar. E eu não tinha...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Só eles poderiam autorizar.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A Secretaria de Segurança Pública não tinha autonomia de autorizar nada dentro do acampamento, lá dentro da área do SMU.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, nesse documento do PAI, ele é provocado a partir de um ofício do Comando Militar do Planalto onde expressamente eles autorizam um carro de som específico a atuar na manifestação?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Acho que é importante ficar registrado isso porque há um questionamento sobre o teor da manifestação, e a gente tem um documento das próprias Forças Armadas, do Comandante Militar do Planalto, autorizando um trio elétrico nessa manifestação. Já havia acontecido alguma outra vez? Há um histórico, há um...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix, não é qualquer trio elétrico! É um trio elétrico contratado por aquele cidadão que esteve depondo aqui, o Joveci, e pelo Adauto, o Coyote, de que ela acabou de falar aqui.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No período em que a senhora estava, houve alguma outra manifestação naquela região, esse tipo de intermediação por parte do Exército? Não, não é?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Teve. Nós tivemos uma manifestação lá, também, no dia 2 de novembro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ah, sim. Mas digo no período pós-eleitoral. Todas no período pós-eleitoral.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso. Depois teve um chamamento também, que foi observado um caminhão desembarcando estruturas no acampamento. Esse chamamento foi em redes sociais. As manifestações, todos os dias, passaram a acontecer no dia 5 de novembro às 9h da manhã, com assistência 24 horas, banheiro, alimentação, água potável e cozinha, que já estavam montados lá. Dia 6 de novembro, que foi um domingo, continuou a descida, continuou a manifestação; 7 de novembro, também houve convocação nas redes sociais para lotar ônibus com destino a Brasília.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em todas elas houve carro de som? Ou algumas delas?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A maioria delas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A maioria delas.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A maioria delas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sobre o acampamento, ainda, coronel, a senhora citou hoje três tentativas. Em outros depoimentos, alguns outros representantes da polícia falaram em quatro tentativas de desocupação. A primeira teria sido no dia 12 de novembro, que seria para coibir o comércio ilegal, e ela não foi completada. É correto?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim. Eu vou fazer um resumo aqui. Primeira tentativa: 12 de novembro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Objetivo? Então, o objetivo não era remover o acampamento golpista? O objetivo era coibir o comércio ilegal?

SRA. CÍNTIA QUEIROZ DE CASTRO – A reunião era chamada com foco no acampamento, mas, quando chegavam as tratativas, eram tratados apenas do comércio ilegal. Só que o que que acontece?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, quem convocava essa reunião?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O Comando Militar do Planalto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E na hora em que vocês chegavam lá com a expectativa de desfazer o acampamento golpista, quando chegavam lá, a matéria, o objeto da reunião era só o comércio ilegal.

SRA. CÍNTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso. O que que acontece? O DF Legal, pela *expertise* de trabalhar com a Polícia Militar, eles têm muita confiança na Polícia Militar, por conta da quantidade de operações que a gente faz juntos. E a Polícia do Exército não tem essa *expertise*. Então, no dia 12 de novembro, a gente tinha solicitado para o Exército fazer um convencimento junto aos manifestantes que lá estavam, que o DF Legal entrasse e tivesse o apoio deles para retirar o comércio ambulante. Porque o que foi nos repassado é que nem os manifestantes que lá estavam instalados queriam aquele comércio ambulante lá. Então, na parte da manhã, quando a gente começou essa operação, foi tranquilo. Então, muitos ambulantes que estavam em situação de irregularidade, eles saíram por vontade própria. Como havia uma circulação muito grande de manifestação dentro do acampamento, na parte da tarde, já tirando quase os dois últimos ambulantes lá, o DF Legal passou a ser hostilizado. E aí ele já não teve mais aquele apoio da Polícia do Exército. Aí, quando houve a segunda retirada...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Foi dia 6 de dezembro?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Dia 6, houve a realização de uma reunião, às 16h, no Comando Militar do Planalto, foi confeccionado o PAI 215 para que essa retirada acontecesse no dia 7.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E qual era o objetivo dessa?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Mesma coisa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O objetivo, então, era coibir o comércio ilegal?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso. A concentração das forças de segurança...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Acho importante registrar isso, Coronel Cíntia, porque muitos dos que vêm aqui falam que houve quatro tentativas da Polícia Militar de remover o acampamento golpista. Mas, na verdade, os PAIs são claros. A tentativa era de coibir o comércio ilegal. Então, existia uma expectativa da Secretaria de Segurança e da Polícia Militar de retirada do acampamento golpista, mas, quando chegavam lá, o Comando Militar do Planalto só tratava de um objeto.

SRA. CÍNTIA QUEIROZ DE CASTRO – Exatamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Coibir o comércio ilegal. Tanto a reunião do dia 6 de dezembro e, depois, a operação que foi cancelada, que seria no dia 7 de dezembro, correto?

SRA. CÍNTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso, tanto é que, quando a Polícia Militar... Todas as vezes que a Polícia Militar colocava um efetivo concentrado na Rainha da Paz, ela

superdimensionava o efetivo, e isso meio que amedrontava o Comando Militar do Planalto, né? Teve uma vez que eu me lembro que falaram assim: "Para que esse incentivo todo?" E o Coronel Fábio falou: "É porque a gente não sabe o que vai acontecer. Então, a gente está aqui em condições, a gente não vai fazer nada que o senhor não determine" – porque aquela área era dele. Mas no dia 6, foi feita essa reunião. A ação era para acontecer numa quarta-feira, as forças se concentraram 6 e meia da manhã, na Rainha da Paz. E aí a retirada dos vendedores ambulantes irregulares... Ele autorizou, inclusive, a retirar as ligações irregulares de energia, água e internet, bem como atuar. Isso, houve um ofício também do Comando Militar do Planalto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas essa operação foi cancelada?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Essa operação foi cancelada.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Por ordem de quem?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A pedido do Comando do Exército, por falta de condições de segurança das equipes de fiscalização. Por quê? Porque o Exército não permitia que a Polícia Militar apoiasse o DF Legal. E o DF Legal não queria entrar sozinho no acampamento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, vamos fazer esse registro claro para todos os Parlamentares que estão aqui ouvirem, e as pessoas que estão assistindo a nós: o DF Legal não tinha condições de entrar porque tinha medo pela sua segurança, naquele acampamento que algumas pessoas acham que era extremamente pacífico, – pessoas orando, rezando o tempo todo. O DF Legal não queria entrar sozinho por medo, porque já tinha sido hostilizado no dia 12 de novembro naquele acampamento extremamente pacífico, e ele não tinha coragem de entrar.

Isso não é contra a senhora, viu? Eu estou me exaltando contra o senso de realidade que falta a algumas pessoas.

No dia 6 de dezembro, o DF Legal não tem coragem de entrar sozinho, por isso a Polícia Militar tem que entrar acompanhando o DF Legal. E quem não permite isso, mais uma vez, e a operação do dia 7 é cancelada, é o Comando Militar do Planalto.

SRA. CÍNTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso. Agora, a percepção – sem eu querer fazer juízo de valor – é que havia uma animosidade por parte dos manifestantes porque eles temiam que o acampamento fosse desmobilizado, quando, na verdade, a orientação do Comando Militar do Planalto...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Coibir.

SRA. CÍNTIA QUEIROZ DE CASTRO – ... era apenas tirar o comércio irregular. Então houve ali uma falta de informações do objetivo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A gente ouviu aqui muitas pessoas, inclusive outras representações relacionadas a outras áreas da Polícia Militar. A gente viu notícias da imprensa, jornalistas sendo agredidos, jogados no chão. A gente viu um servidor, Presidente – temos que convocá-lo para ele dar seu testemunho aqui –, da Vigilância Sanitária do DF que foi agredido, enxotado daquele acampamento extremamente pacífico – como dizem aqui – dos golpistas. Então, o efetivo da Polícia Militar estava correto naquele momento: empregar um efetivo de retaguarda caso as hostilidades crescessem.

Depois, e isso me surpreende um pouco, Coronel Cíntia – eu vou seguir porque meu tempo é mais curto. Eu não sou do nível dos meus colegas aqui que podem falar à vontade –, no dia 29 de dezembro, outra operação foi cancelada. O objetivo dela era coibir o comércio irregular, correto?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso. Houve ações de enfrentamento do comércio irregular, e foi feito o Protocolo 215. Essa do dia 29 foi remarcada lá no dia 7. Quando desmarcou do dia 7, ficou remarcada a próxima para o dia 29.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Para o dia 29.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – As forças se concentraram às 6h30min da

manhã para retirar o comércio ambulante. E houve o Ofício nº 113, do Comando Militar do Planalto solicitando. Só que o que acontece? Isso estava, inclusive, no relatório do DF Legal: "Operação cancelada por falta de apoio da Polícia do Exército. O General Dutra não autorizou a entrada da Polícia Militar no SMU para apoiar os auditores do DF Legal. Repercussão extremamente negativa para o DF Legal, que foi exposto como sendo expulso do acampamento, inclusive com relatos de atritos entre a PMDF e o Exército".

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Exatamente. É muito evidente o nível de hostilidade e violência que aconteceu. Quando a gente fala que o acampamento golpista foi a antessala da tentativa violenta de golpe do dia 8 de janeiro, acho que esse dado do dia 29 relata isso para nós.

Acho que outro dado que a senhora traz para nós é que, mais uma vez, o objetivo não era... É bom dizer que, por mais que na sua intenção originária, a Polícia Militar ou a Secretaria de Segurança quisessem remover o acampamento golpista, nenhuma das reuniões encaminhou isso. As reuniões eram para coibir o comércio ilegal. Isso dirigido pelo Comandante Militar do Planalto, naquele momento, o General Dutra. Isso tem que ficar muito claro para nós, porque é uma situação que chama bastante a nossa atenção.

Coronel Cintia, vou direto ao ponto para algumas perguntas que eu acho que são importantes: o dia 12 de dezembro... Esta CPI também tem o objeto de investigar o dia 12. A senhora já nos falou que não houve planejamento, e outros representantes da Polícia Militar, que foi algo inusitado, mas chama a atenção da sociedade toda ninguém tem sido preso. Vou exibir um vídeo rápido, de 30 segundos. Peço que se coloque o vídeo 1, um vídeo da *CNN*, que mostra os manifestantes e o efetivo da Polícia Militar no 12 de dezembro, por favor.

(Exibição de vídeo.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A gente vê um grupo...

(Exibição de vídeo.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o efetivo da Polícia Militar aqui, e uma retaguarda grande atrás da Polícia Militar. Mesmo assim, Coronel Cintia – já que a senhora é uma pessoa muito técnica em relação ao trabalho das instituições – não chama a atenção ninguém ter sido preso no dia 12 de dezembro?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Vou tentar explicar, rapidamente por causa do tempo do senhor. Eu estava na SOPI, estava tendo a diplomação do TSE, estava tendo a situação do Alvorada. Eu recebo uma ligação do Secretário Executivo, Dr. Milton, falando: "Coronel, liga urgente para o Naime e pede para ele a Tropa de Choque para dar apoio porque estão quebrando tudo na Polícia Federal". Quando o Secretário Milton fala comigo, ele fala "superintendência". Então, eu ligo para o Coronel Naime, o Coronel Naime desloca rapidamente toda a Tropa de Choque para a Superintendência da Polícia Federal do Setor Policial Sul. E, aí, quando o Coronel Naime chega no Setor Policial Sul, ele liga bravo para mim: "Cintia, não tem nada aqui"! Aí eu pego: "Espera aí". Aí eu ligo para o Dr. Milton: "Dr. Milton, o Coronel Naime chegou lá com a Tropa de Choque e falou que não está tendo nada lá". Aí ele falou assim: "Você o mandou ir para onde"? "Para onde o senhor mandou, para a Superintendência da Polícia Federal". Ele: "Espera aí, espera aí, espera aí... Eu esperei segundos, e ele falou assim: "Não, coronel, me mandaram o endereço errado. É lá na sede da Asa Norte"!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quem deu esse endereço errado primeiro?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não sei. Não sei. Eu sei que secretário executivo passou "superintendência" como se alguém tivesse passado para ele. Naquela correria, não é? Então, quando a Polícia Militar chega no terreno, toda a crise já está instalada. Os ônibus já estavam queimados em frente ao McDonald's, já tinha havido a invasão do ônibus lá na sede da Federal, já tinha ocorrido a tentativa na 5ª DP. E a Tropa de Choque da Polícia Militar – falando como coronel da Polícia Militar, e eu estava presente também novamente nesse dia, só que eu estava no hotel Meliá – era uma tropa que estava de capacete, escudo, bernal, com equipamento pesado. Não houve o planejamento para essa ação. Foi ligado e foi acionado os meios necessários. A Polícia Militar de Choque naquele

momento, devido ao terreno ser um terreno muito aberto, inclusive por à frente da sede ter um *shopping* que estava lotado de crianças e pessoas de família –, a intenção da polícia naquele momento era que não houvesse mais depredações.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então houve um equívoco de comando, lá atrás, para a localização da polícia, que pode ter atrasado uma ação policial mais efetiva.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso. Agora, veja bem: com relação a essas imagens aí, como eu estive no local, essas imagens foram bem depois do que aconteceu. Da mesma forma que aconteceu...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Por isso que eu achei estranho não haver prisão, porque eles já estão sentados, e o efetivo da polícia já está muito grande.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Eu acredito que essas prisões aí não foram realizadas porque as pessoas que fizeram o ato de vandalismo não foram exatamente essas, está *ok*?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Entendi.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Outra coisa, a gente tem que tomar muito cuidado. Por exemplo: a imprensa, às vezes, divulga uma imagem fora do contexto. Por exemplo, a Polícia Militar... Foi divulgada uma imagem de três policiais no dia 8 de janeiro tomando água de coco como se aquilo tivesse acontecido às 15h da tarde, no horário da invasão, mas isso aconteceu 8h da manhã.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Entendi. Mas coronel, sobre o dia 12 ainda, para encerrar essa questão do dia 12, acho que é importante a informação que a senhora trouxe. Assim: houve um erro de referenciamento, de orientação, que atrasou a atuação da Polícia Militar. Eu assisti a essas imagens no dia, ao vivo, aquelas imagens que passaram, e elas me causaram estranhamento na hora, porque eu já vi manifestação que teve muito menos incidentes com sessenta, oitenta pessoas presas por desacato e desobediência. E essas pessoas estavam obstruindo a via.

Eu já participei de manifestação com sessenta, oitenta pessoas sendo levadas pela Polícia Militar para a 5ª DP, em uma condição de desacato ou desobediência, e essas pessoas naquele momento estavam obstruindo a via. Eu faço esse registro sobre o dia 12, mas acho importantes as informações que você traz.

Para tentar concluir, porque o meu tempo está acabando, eu vou direto ao relatório da inteligência, que eu acho que é importante. A senhora teve acesso ao Relatório da Inteligência nº 6?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A senhora não teve acesso. A senhora disse que foi porque sexta-feira ele chegou muito tarde.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Existe recibo de acesso a esse relatório?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Meu, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Seu, não? Mas existe um protocolo de recibo?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Desconheço.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Desconhece. É porque o Relatório de Inteligência nº 6 coloca pontos importantes. A possibilidade de invasão e ocupação de órgãos públicos, participação de grupos com intenção de ações adversas, bem como orientação para que o público participante fosse adulto em boas condições físicas, participação de pessoas que pertenceriam a segmentos de colecionadores, atiradores e caçadores, portanto poderiam estar armados, possíveis ações de bloqueios de refinarias e distribuidoras. Então, há esse elemento, não é? Ele foi feito antes do dia 8 e deveria provocar uma ação.

Se a senhora não teve acesso, não teve. Mas o PAI prevê uma série de coisas. Então, para ficar muito claro: a senhora fala que depois do PAI tem que haver um ato normativo que

regula um outro plano operacional. Então, além do PAI, o Departamento de Operações da Polícia Militar precisa escrever um detalhado, é isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Normalmente, todas as forças de segurança pública, quando recebem o protocolo de ações integradas, fazem uma ordem de serviço, um plano próprio onde, nesse planejamento, é definida a quantidade do efetivo e o local que eles vão atuar, o horário de chegada, onde vai ficar o comando móvel, logística, hidratação da tropa. É feito um planejamento nesse nível pela Polícia Militar, pelo Bombeiro, pela Polícia Civil também.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nesse caso, não foi feito?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Eu tomei conhecimento, depois dos atos do dia 8, pelo relatório do interventor de que o planejamento não foi realizado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A senhora acredita, pelas imagens que a senhora viu, pelos diálogos que a senhora teve, pela posição que a senhora continuou ocupando, que o efetivo da Polícia Militar que estava em campo aquele dia – e a senhora esteve lá também no terreno – era um efetivo suficiente para aquele nível de manifestação?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Qual era o clima dos manifestantes? Eles estavam rezando, orando na frente do Congresso ali, quando eles estavam descendo? Ou eles estavam, pelo menos como falou outro coronel que esteve aqui, alguns deles estavam armados, preparados para a invasão, gritando, incitando? Qual era o clima que a senhora viu no terreno?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Olhe, na hora que saiu a marcha, eu estava em frente ao Itamaraty. De acordo com o decreto, está previsto a Polícia Militar fazer contato com alguém responsável pela marcha, para fazer um tipo de negociação e também acompanhar essa marcha. É o decreto. Não é invenção.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Claro.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Então, no momento em que foi feito esse contato no acampamento, nós fomos recebidos por pessoas de idade, pessoas que não tinham...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No acampamento? A negociação foi feita por um grupo aparentemente que estava tranquilo?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Muito tranquilo. Eram pessoas de idade.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas no terreno, na hora?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Aí, quando a marcha se deslocou – entendeu? –, durante o deslocamento da marcha, o Comandante de Policiamento de Trânsito, Coronel Edvan, observou que alguns manifestantes estavam com estilingues, bolinhas de gude, e efetuou a prisão na hora, entendeu? Então, os ânimos se alteraram assim...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Muito rápido.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Muito rápido.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o clima que a senhora viu lá era um clima de invasão, era um clima absolutamente tenso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – No Itamaraty, quando invadiram a linha do Congresso Nacional, eu nunca tive uma experiência, em 29 anos de polícia, com um grupo daqueles. Nunca tive.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em 29 anos de Polícia Militar, a senhora nunca teve uma experiência com um ato daquele nível de violência naquela região?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Acho que é importante, Presidente, que isso fique claro. Muito obrigado, Coronel Cintia.

Nós estamos falando de um ato que era uma tentativa de golpe de Estado que aconteceu naquele momento. São manifestantes que foram alimentados por sucessivos erros, no meu ponto de vista, de vários órgãos, obviamente, mas especialmente relacionados à negligência e omissão do Comando Militar do Planalto, que permitiu que aquele acampamento – que não tinha nada de religioso, de pacífico – continuasse acontecendo e escalou para aquele nível de depredação... – a gente viu, inclusive, a violência que aconteceu contra a própria Polícia Militar.

Eu tinha muitas perguntas ainda a fazer, mas a gente vai ouvir outros colegas que também vão fazer.

Muito obrigado, Coronel Cintia, pelos esclarecimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, pela ordem de chegada, a Deputada Jaqueline Silva, por até 25 minutos. Deputada, V.Exa. chegou antes dos outros. Aqui eu controlo isso direitinho.

Depois, falarão o Deputado Pastor Daniel de Castro e o Deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (AGIR. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, meu Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar a Coronel Cintia e deixar claro, coronel, que, como mulher, eu sei dos nossos desafios – desafios esses que, por diversas vezes, abrimos mão, sim, da nossa saúde; abrimos mão, sim, da nossa família sempre, sempre, para cumprir essa missão quando realmente temos, no nosso coração, essa disposição de servir.

Então, a senhora, relatando tudo que a senhora passou, nos faz refletir muito. Eu tenho certeza absoluta de que não só eu, Deputada Jaqueline Silva, mas a Deputada Paula Belmonte e os demais Deputados homens que participam desta CPI, desta comissão importante, nós conhecemos as lutas que são diárias, quando, nós mulheres estamos na posição – como a que eu e a Deputada Paula Belmonte estamos – de Deputada, e também na da senhora de coronel, não é?

Então, eu quero registrar aqui a minha gratidão pelo seu trabalho e pela sua entrega. E, quero, aqui, também registrar esse seu profissionalismo, que a senhora possa continuar assim.

Espero, de verdade, que, ao final desse processo todo – é o que tenho falado muito aqui nesta CPI –, esta Casa possa exercer o papel dela. É um papel – como a gente fala sempre aqui – que não é o do julgamento prévio, é um papel em que se tem a oportunidade, nestas nossas reuniões, de vocês colocarem as posições de vocês. Até porque a senhora, coronel, é a responsável pela elaboração de um protocolo muito importante. Todas as pessoas que por aqui passaram, Presidente, sempre batem muito no PAI, que é esse protocolo.

Então, eu tenho a certeza absoluta de que a sua vinda aqui, as intervenções que já foram feitas... Inclusive, eu tive várias dúvidas que foram sanadas e perguntadas pelo meu Presidente. Eu falo que a nossa comissão é muito bem conduzida. O nosso Presidente elabora perguntas que, tenho certeza, são dúvidas de vários Deputados. Mas, eu fiquei aqui só com uma questão que acho importante que a senhora esclareça para nós.

A gente entende que a senhora hoje é a responsável – não é isso? – pelo protocolo de ações, chamado PAI. A senhora é a pessoa responsável. Existiu o PAI nº 2/2023, que, na página, lista uma série de órgãos públicos, de seguranças e seus respectivos representantes. Além de vários órgãos do DF, coronel, são mencionados representantes do STF, da Câmara dos Deputados, do Senado e do Itamaraty. A minha dúvida é: existe um representante do GSI? É comum que, dentro desse protocolo, vocês coloquem esse representante?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim. O que acontece? O GDF, quando a gente trabalha com manifestação pública, estabelece as atribuições dos órgãos do Governo do Distrito Federal. Nós não definimos atribuições das casas federais, e também nós não temos o poder de convocá-los, nós convidamos. E, aí, eles aparecerem se quiserem ou não. Na quinta-feira, todos os contatos foram feitos.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Com o GSI também, coronel?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim. Mas nem todos foram respondidos. Tanto é que o GSI e a Câmara dos Deputados foram os únicos que – normalmente comparecem à reunião – não foram na reunião de sexta-feira, tá? No entanto, independente das casas federais estarem ou não presentes à reunião, nós não... Eu posso trazer seiscentos protocolos aqui para a senhora, nós nunca definimos as atribuições das casas federais, porque eles têm decretos e legislações próprias. Está bom?

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Entendi. A senhora, então, os convidou?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim.

Quando se faz esse convite, existe um nome? É direcionado a uma pessoa?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim. Normalmente, a gente encaminha para a casa. O que que acontece? Essa reunião nós estamos tratando aqui, senhores, de manifestação inopinadas, espontâneas, aquela que acontece do dia para a noite, que ninguém sabe, que não há cadastro, que não uma comunicação prévia. Isso acontece demais aqui no Distrito Federal. E aí, quando acontece isso, não dá tempo de a gente pegar, ir para um processo SEI, fazer um ofício, encaminhar, principalmente à noite, após o expediente. Era melhor a gente ter ligado do que correr o risco de ter feito o documento e não comparecer ninguém. Então, é uma medida que a gente adota para tornar, dar celeridade ao processo administrativo. Então, os contatos foram feitos. Isso não significa que todos foram respondidos, mas a maioria dos órgãos – como a lista de presença que a senhora viu – compareceram. Eu acredito que aqueles que não compareceram é porque não visualizaram a ligação.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Então, chegou a ser feita uma ligação?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Chegou a ser feita a ligação pelo Tenente-Coronel Rosivan.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Certo. E não conseguimos, então, contato com ninguém de lá do GSI, é isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhora. E, normalmente, os contatos são feitos pelos pontos focais. Então, tem casos que tem dois, três, quatro pontos focais. Por exemplo, no Ministério das Relações Exteriores, eu tenho o Igor, eu tenho a Rebeca, eu tenho o Dr. Vicente, não é? No STF, eu tenho o Hipólito; no Senado, eu tenho o Morales, eu tenho o Gilvan; na Câmara dos Deputados, eu tenho o Barros; no GSI, eu tinha o Coronel Amorim, eu tinha o Coronel Vanderli, eu tinha o Capitão Nicomedes. Então, eu tinha vários pontos focais, mas, na noite de quinta-feira, essa missão de fazer contato com os pontos focais ficou por conta do Tenente-Coronel Rosivan, que me garantiu que ligou para todo mundo, porém, nem todo mundo havia respondido as ligações dele.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Então, pelo que a senhora nos fala, o Tenente Rosivan...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Tenente-coronel.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – O Tenente-Coronel Rosivan tentou fazer esses contatos, não teve retorno, e, com isso, a gente não teve a participação.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – De dois órgãos apenas.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Exatamente. Eu fiz questão, Presidente Deputado Chico Vigilante, de sanar essa dúvida minha, até mesmo porque havia outras que V.Exa. já sanou por meio de suas perguntas. Acho importante a gente refletir um pouco acerca disso, porque a gente está falando de uma situação complexa. Sem dúvida nenhuma, se houvesse tido participação desses representantes, talvez a gente pudesse, no mínimo, ter amenizado tudo o que aconteceu.

Então, mais uma vez, eu quero só deixar claro, Coronel Cintia, o respeito pelo seu trabalho. É o que tenho dito aqui nos últimos dias nas nossas reuniões, tenho certeza absoluta de que, ao final desse processo – o nosso Relator colocou muito bem que tem feito todo um

trabalho junto com o nosso Presidente, sempre em comunhão com os demais Deputados –, eu espero, de verdade, que a gente possa voltar aqui, para recebê-la outras vezes, mas com os problemas resolvidos, tirando essas dúvidas, tirando as mágoas e, talvez, alguns julgamentos prévios que não podem existir.

Enfim, Presidente, era essa dúvida que eu tinha, uma dúvida importante, porque eu considero que houve uma falha muito grande no fato de não ter conseguido esse contato e não ter tido a participação dessa representação tão importante. Muito obrigada!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigada, Deputada Jaqueline Silva!

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro, por até 25 minutos. Em seguida, o Deputado Joaquim Roriz Neto. Ele chegou primeiro? Se V.Exa. está dizendo que ele chegou primeiro, fala ele, mas eu vi que V.Exa. chegou primeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Roriz Neto por 25 minutos.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Boa tarde a todos e a todas! A maioria das perguntas, realmente, que eu tinha, Sr. Presidente, já foram feitas e respondidas. Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar a nossa Coronel Cintia. Agradeço a presença da senhora.

Antes de qualquer coisa, eu queria prestar solidariedade ao depoimento que a senhora fez em relação aos problemas pessoais que a senhora teve. Realmente, eu acho que, às vezes, falta um grande discernimento na hora de tomar essas decisões que são feitas de forma muito acelerada e julgamentos que são feitos de forma equivocada.

Eu desejo melhoras para o seu sogro, para a sua filha. Realmente, o que a senhora falou é verdade. A sua filha tem quase a minha idade, coronel, e a gente vive em um mundo onde a ansiedade, a depressão, realmente, são problemas muito sérios. Eu queria prestar solidariedade à senhora.

Eu só tenho quatro perguntas muito rápidas para fazer. A senhora afirmou que o GSI não participou da reunião de elaboração do PAI. Eu só queria saber se essa conduta de não participação era corriqueira ou ela ocorreu pontualmente nessa elaboração do protocolo do dia 8 de janeiro?

SRA CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, deixa eu explicar a questão das casas federais. As casas federais, elas participando das reuniões ou não, dos protocolos de ações integradas, elas não eximem as suas responsabilidades. Até porque, no protocolo, eu não trago as atribuições. Um exemplo: a ABIN é subordinada diretamente ao GSI. Então, se a gente tinha a informação, o GSI também, a princípio, deveria ter as mesmas informações. Então, como eu não determino ao GSI, eu não determino ao Senado, eu não determino à Câmara dos Deputados, eu não determino à Polícia Judicial do STF, a equipe, se eles vão colocar o operacional de choque deles, então, isso pouco interfere. Então, normalmente, as casas federais são convidadas a participar da reunião para tomar conhecimento de como o policiamento vai ser desencadeado, e, às vezes, eles fazem solicitações. Exemplo: às vezes, a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados pede para a gente interditar a S2. Da mesma forma, às vezes, o Senado pede para interditar a N1. Então, muitas vezes, as casas federais vêm na reunião para tomar conhecimento do que está acontecendo e solicitar algum tipo de apoio.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu tenho certeza de que o não comparecimento, certamente, não exime de responsabilidades, como a senhora falou. Mas, com certeza, a participação e a presença elevam o nível de contribuição desses órgãos, não?

SRA CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Mais ou menos. Se o senhor olhar o protocolo, a contribuição que as casas federais apenas fazem com as forças de segurança é praticamente relacionada a gradis – que, praticamente, estão ali o dia inteiro. Então, por exemplo, o MRE, a responsabilidade, o Ministério das Relações Exteriores, o gradil no MRE; STF, gradil no STF; Congresso, o Congresso tem uma coisa, o Congresso ele divide o contrato de locação dos gradis com o Senado ou a Câmara dos Deputados. Então, a responsabilidade dos gradis ou é de uma casa ou é de outra. E a mesma coisa o GSI. Então, por exemplo, o GSI não compareceu à reunião, mas o Palácio do Planalto, em que pese não estava com o efetivo

suficiente igual à Polícia Militar, estava com gradeamento.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, mesmo com o não comparecimento, houve o encaminhamento desses planos para esses entes?

SRA CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O GSI não.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Para o GSI não?

SRA CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – A senhora afirmou que ocorreram três tentativas de retirada dos acampamentos do SMU, que falharam, em razão das dificuldades impostas pelo Comando do Exército, como a senhora já relatou. A senhora se recorda se houve alguma tentativa de remoção após a posse do Presidente Lula?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Deixe-me ver aqui. A última tentativa, Deputado, foi no dia 29 de dezembro – tentativa.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Após o dia 29 de dezembro, não foi mais tentativa, foi a retirada, que aconteceu no dia 9 de janeiro, por determinação, se não me engano, do Ministro Alexandre de Moraes.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, após a posse do Presidente Lula, não houve tentativa de remoção antes dos atos do dia 8 de janeiro?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, mas houve uma reunião, no dia 6, às 10h da manhã, motivo pelo qual eu não participei integralmente da reunião. Houve uma reunião às 10h da manhã, com o Secretário Anderson Torres, a Secretária de Desenvolvimento Social e o General Dutra. Naquele momento, às 10h da manhã, o General Dutra relatou que, naquele dia, havia 300 acampados no acampamento, e estava pedindo apoio ao GDF porque, dos 300 acampados que tinha no GDF, 150 eram manifestantes oriundos de outros estados que perderam seus ônibus e não tinham dinheiro para retornar aos seus estados de origem, e os outros 150 manifestantes que estavam lá eram pessoas em situação de vulnerabilidade social. Porque, como o acampamento fornecia alimentação praticamente diariamente, houve uma migração das pessoas em situação de vulnerabilidade social para o acampamento. Então, na sexta-feira, o General Dutra garantiu que só tinha 300 acampados lá e pediu o apoio da secretaria. Nós chamamos a Secretária de Desenvolvimento Social, que participou da reunião. Ela queria já começar esse trabalho no final de semana, porque a Secretária de Desenvolvimento Social faz um trabalho prévio: ela chega, notifica e faz um relatório de economicidade com esse pessoal em situação de vulnerabilidade social, para saber o que ela vai ofertar. Ela sugeriu começar a fazer o trabalho naquele final de semana, mas o General Dutra aconselhou que não o fizesse, porque a Praça dos Cristais já estava virando um ponto turístico. Ficou marcado, se não me engano, para esse trabalho de tirar os 300 acampados ser na quarta-feira.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Coronel, vou fazer uma pergunta agora para tirar uma dúvida com relação ao que a senhora pensa. É claro que a senhora pode declinar de responder. Depois da eleição do segundo turno, em que o Presidente Lula foi eleito, uma das prioridades que ele falava abertamente era justamente a remoção desses manifestantes dos quartéis. Ele falava que era um absurdo, que não poderia se manter.

A senhora não acha um pouco estranho que isso não tenha sido algo extremamente prioritário assim que o Presidente Lula tomou posse? Por que a senhora acha que a remoção dessas pessoas à frente dos quartéis não foi feita imediatamente após a posse do Presidente Lula?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Olha, houve determinação, por parte do Governador Ibaneis. Houve determinação ao Secretário de Segurança Pública que a gente adotasse a medida de retirar o acampamento. Mas, como ali se tratava de uma área militar – e nós sabemos que a Polícia Militar não poderia adentrar –, então o Secretário Júlio Danilo tentou, de todas as formas, fazer uma negociação com o Comando Militar do Planalto para poder retirar. Tanto foi difícil essa negociação, que a gente só conseguiu retirar o

acampamento com a decisão do STF.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, vocês continuaram identificando essa dificuldade e embarreamento dos militares após a posse do Lula?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Tendo em vista que, por força do art. 142 da Constituição Federal, o Presidente da República é a autoridade suprema das Forças Armadas do Brasil, do Exército, não é possível afirmar que o desmonte dos acampamentos não ocorreu antes do dia 8 de janeiro por conviência do Presidente eleito?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não posso afirmar porque eu não trabalho, Deputado... Essas decisões tramitam num nível estratégico, e eu não faço parte do nível estratégico. Eu não faço parte dessas reuniões, eu não faço parte dessas tratativas. Então, o meu campo é planejamento operacional. Então, essa informação nunca chegaria para mim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Claro, a senhora dá respostas muito técnicas. Mas, em termos de uma opinião pessoal, a senhora acha que o Presidente Lula deveria ter priorizado a remoção desses manifestantes, como ele dizia tanto, em 2022? Ou a senhora acha que a forma como ele agiu foi adequada?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Eu não sei opinar.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não pode opinar?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não posso opinar a respeito disso.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Tudo bem.

Essas eram as minhas únicas perguntas, Presidente.

Eu gostaria, de novo, de agradecer pela presença da senhora e pela colaboração com esta CPI. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou suspender a reunião por cinco minutos, para que a depoente possa ir a um lugar a que muitos já foram.

Está suspensa a reunião. (Pausa.)

(Suspensa às 13h01min, a reunião é reaberta às 13h03min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a reunião.

O Deputado Pastor Daniel de Castro fez um entendimento com o Deputado Robério Negreiros. A vez agora seria do Deputado Pastor Daniel de Castro, mas sigo os entendimentos.

Portanto, se há entendimento, está com a palavra o Deputado Robério Negreiros, por até 25 minutos.

DEPUTADO HERMETO – Ficou acertado – eu sei que o Deputado Robério Negreiros será breve – que todos os Deputados que queiram participar e fazer perguntas devem chegar até às 11h, só para ficar registrado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Fazendo o registro a V.Exa., ao amor ao debate, eu cheguei antes das 11h. Como Líder de Governo, estava na Presidência da Casa escutando a CPI, em reunião com o Presidente Deputado Wellington Luiz, resolvendo temas que são de projetos inerentes à reunião que nós teremos no Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Robério Negreiros, vamos às perguntas.

DEPUTADO HERMETO – Mas o acordo é para estar no plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos às perguntas.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – É desnecessário. É o tipo de coisa desnecessária.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos às perguntas.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de

fazer três perguntas, Presidente, e agradecer ao Deputado Pastor Daniel de Castro por passar a vez. A senhora pode nos confirmar quais os órgãos estavam presentes na reunião de planejamento do PAI? O GSI foi convidado a participar dessa reunião? Também é uma pergunta. Houve alguma manifestação sobre a ausência do GSI nesta reunião? Eu sei que algumas perguntas também podem ser correlatas com o que se falou, mas eu não vi uma resposta precisa em relação a isso. Eu gostaria que V.Sa. fosse bem objetiva em relação às respostas.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Quinta-feira, oito e meia, nove horas da noite, nós fizemos contato com todos os pontos focais, inclusive do GSI, por telefone. Nem todos os órgãos responderam aos contatos, mas nós só ficamos sabendo na segunda-feira, às 10h da manhã. Então, os órgãos que estiveram presentes na reunião foram: Polícia Civil do DF, Corpo de Bombeiros, Detran, DF Legal, Senado, dois representantes do Senado, um representante do STF, dois representantes da Polícia Militar e dois representantes do Ministério das Relações Exteriores.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – O GSI foi convidado?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Foi convidado. Como eu disse para o senhor, todas as ligações foram feitas, porém ninguém respondeu, *ok*?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Finalizando essa primeira pergunta, houve alguma manifestação sobre a ausência do GSI na reunião?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, até porque, eu expliquei para o Deputado que está aqui ao meu lado – desculpa, eu esqueci o nome do senhor –, Joaquim Roriz Neto, as atribuições dos órgãos federais. Eles não são postos no Planejamento de Ações Integradas, porque o GDF não tem a competência de dar atribuição a órgãos federais. Então, normalmente, nós convidamos os órgãos federais para eles saberem o que está acontecendo. Então, se o senhor olhar todos os protocolos de operações integradas – à exceção do Presidente Lula, da posse do Presidente Lula –, em todos os protocolos de ações integradas de manifestação pública, as Casas federais só falam, elas só apoiam o GDF com gradil, que normalmente já está no local. Em qualquer momento o senhor passa lá, os gradis já estão lá. É tipo assim: as casas federais não acrescentam muito no planejamento. Então, a ausência ou não do GSI não ia mudar em nada o fato que aconteceu no dia 8 de janeiro.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Segunda pergunta, com uma questão de outro tema: a senhora tem conhecimento do relatório da Abin que fala da possibilidade de invasão no dia 8?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor, porque eu não faço parte do canal de inteligência.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – *Ok*. Por último, a senhora falou com alguém na manhã do dia 8 sobre o andamento das manifestações?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Falei às 6h da manhã e 8h da manhã com o Dr. Fernando. Ele perguntava para mim qual era o efetivo que estava na Polícia da Militar e o ânimo. Aí, eu fiz contato com o Cel. Casimiro, que era o comandante do 1º CPR, e as informações que foram repassadas do Cel. Casimiro para mim foram as mesmas repassadas ao Dr. Fernando. Dr. Fernando recebeu a informação minha e do Cel. Casimiro – a mesma informação.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Existiu algum contato da senhora com alguém do GSI?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Que tipo de contato?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Telefônico.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Tinha. Tinha. Eu tinha um contato... Eu tenho um contato de quase...

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Não! Eu quero saber se a senhora fez contato.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, porque essa missão ficou com o meu

coordenador, que era o Cel. Rosivan. Eu tinha outras missões. Então, eu pedi para ele, na noite de quinta-feira, entre oito e oito e meia da noite, fazer contato com os pontos focais chamando para a reunião do dia 10, porque, enquanto isso, eu estava tratando com o gabinete sobre a reunião do dia 10 com o General Dutra.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Então, ótimo.

Já finalizando agora, a senhora determinou ou fez diretamente alguma ligação ao General Gonçalves Dias?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim... No dia 8 de janeiro?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Antes, durante, depois.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Eu... Se eu não me engano, eu tive contato telefônico com o General Gonçalves Dias, mas foi durante o planejamento da posse do Presidente Lula. Ele não era GSI. Ele fazia parte da equipe de transição. Então, foram feitos vários contatos. Eu tinha vários contatos... Eu e a minha equipe tínhamos vários contatos com a equipe de transição do Presidente Lula, por quê? As diretrizes do planejamento da posse do presidente eram definidas pela equipe de transição. Então, eu não tinha como fazer um protocolo, um planejamento sem as diretrizes definidas por eles. O único momento que eu tive, inclusive contato pessoal por telefone, foi com ele, mas para resolver algum problema de planejamento.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Então, só corrigindo, é Gonçalves Dutra.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Ah... É do General Dutra que o senhor está falando?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Isso.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Vamos lá. Então, o Gonçalves Dias era...

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Eu cometi um equívoco.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – É Gonçalves Dutra.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Vamos lá. Agora deixa eu retomar aqui. O General Dutra, o senhor está perguntando em qual ocasião?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Se fez alguma ligação telefônica a ele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Robério Negreiros, é só uma correção, porque eu acho que o General Dutra, que é Comandante Militar do Planalto, não é Gonçalves Dutra. Vou buscar o nome correto aqui.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Eu falei Gonçalves Dias, eu acho. É porque comentaram aqui que era Dutra, mas eu creio que é Gonçalves Dias.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Do Comando Militar do Planalto, é o General Dutra.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Eu me dou por satisfeito.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Está ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra por até 25 minutos o Deputado Pastor Daniel de Castro.

V.Exa. está com a palavra e está liberado o som.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos. Deputados e Deputadas que estão aqui, pessoal da imprensa, assessores, pessoal que nos acompanha pela *TV Câmara Distrital*, é uma honra estar aqui. Agradeço muito a Deus por participar desse momento.

Quem me conhece, sabe: eu procuro ter um posicionamento aqui, Presidente, de muito equilíbrio, de muita sensatez. Aliás, eu tenho conversado com V.Exa., algumas vezes,

nesse contexto, em que eu entendo que é o tempo de a gente trazer essa discussão mais para o centro. Precisamos ser equilibrados. O País precisa andar. Brasília precisa andar. A Câmara precisa andar. Mas louvo a Deus, e essa Câmara tem sido muito protagonista. Ela sai à frente. Creio que compartilharemos muita coisa com a CPMI, o que vai mostrar o protagonismo desta Casa.

Mas, antes de formular as minhas perguntas, eu preciso fazer algumas ponderações que eu entendo serem muito importantes. Eu tenho uma conduta, eu tenho uma linha, eu tenho uma defesa. Eu cheguei a esta Casa por isso. Eu já mencionei, em outras oportunidades, que eu sou um pastor da Assembleia de Deus do Ministério de Madureira, sou advogado, sou pedagogo. E, quando eu fui eleito para esta Casa, eu assumi um compromisso de trabalhar em favor da sociedade civil, com transparência, com coerência, com respeito ao Estado Democrático de Direito.

Então, eu faço novamente esse registro, porque pastorada, advocacia e mandato parlamentar conquistado nas urnas exigem de mim observância dos meus valores, de tudo a que eu cheguei aqui, que foi proposto lá atrás, quando disputei a eleição. Lutar pelo justo, pelo que é justo, ser fiel aos meus princípios de fé, ter coerências nas minhas decisões é algo de que eu não abrirei mão nesta Casa.

Estamos diante de um momento vergonhoso na história. Certamente os verdadeiros culpados devem ser encontrados, julgados e punidos nos ditames da lei. Nesse ponto eu acredito não haver divergência nenhuma, entre nenhum membro desta comissão.

Quantas vezes, Sr. Presidente, nós ouvimos aqui neste plenário expressões como: golpistas, criminosos, terroristas. Só que vale só para um lado. Aí usa o nome do Bolsonaro o tempo todo. Os bolsonaristas são tudo golpistas, fascistas, criminosos, terroristas. E quantas vezes eu insisti que nós precisávamos ter acesso às gravações das invasões, pois compreendia que a nossa investigação deveria ser isenta, justa e coerente.

Para isso, a gente precisa ter acesso a todas as gravações de todos os Poderes. E as imagens apresentadas pela CMV há uma semana desnudaram uma parte da investigação que até o momento era desconhecida pela maioria da sociedade brasileira. O homem de confiança do Presidente Lula, que trabalhou nos dois mandatos anteriores do atual Presidente, que trabalhou no Governo Dilma, que foi designado para coordenar a posse do Gabinete de Transição, conforme Portaria nº 52, de novembro de 2022, caminhava tranquilamente dentro do palácio, que estava ocupado pelas pessoas que eles dizem que são terroristas. E pessoas que nós precisamos encontrar, inclusive, para trazê-las aqui.

A equipe de segurança, escolhida pelo General Gonçalves Dias, ao invés de agir para proteger o patrimônio público ou para deter os verdadeiros criminosos, cumprimentava-os tranquilamente, até água oferecia a eles. Aliás, essa mesma equipe apontou o caminho da fuga como se nada tivesse acontecido. Está aqui crime. Não vou entrar na seara disso, porque não é a nossa. Vai ser o Ministério Público com a individualização da conduta, obedecendo aos trâmites do Código de Processo Penal, que vai dizer.

Qual a justificativa que o Partido dos Trabalhadores apresenta? Segundo a Deputada Gleisi Hoffmann, aquela equipe era de bolsonaristas. Como se a sociedade brasileira não soubesse que o governo de transição, composto por mais de mil integrantes, estava trabalhando há dois meses e, portanto, teve tempo de sobra para levantar informações e, no dia 1º de janeiro, fazer o que o Relator, Deputado Hermeto, falou: meter uma caneta, demitir todo mundo e trazer outra equipe.

Não fez porque não quis. Além disso, durante seu depoimento à Polícia Federal, o General Gonçalves Dias declarou que trabalhou no GSI entre 2002 e 2010, e, portanto, não havia absolutamente nada que lhe fosse estranho na sua função de general, de comandante, de Ministro do GSI.

Deixem-me fazer um breve resgate das informações que já são de domínio público.

A Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, em seu art. 2º, inciso VI, afirma que o Gabinete de Segurança Institucional passaria a integrar a Presidência da República. Matéria do portal *UOL*, de 12 de janeiro de 2022 (*sic.*), revela que o GSI dispensou

um batalhão inteiro que reforçava a segurança do Planalto, apenas algumas horas antes do dia 8. Em 18 de janeiro de 2023, o Presidente Lula, em entrevista concedida à jornalista Natuza Nery, afirmou, claramente: "Nós temos filmagens de quem participou e de quem não participou".

Peço autorização, Sr. Presidente, para passar um vídeo de dois minutos dentro da minha fala, por gentileza.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ah, estão arrumando. Oh, meu Deus.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O tempo é de V.Exa. O vídeo pode ser exibido agora. Pode ser até de quinze minutos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quando estiver pronto, avise-me, minha assessoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não está pronto, não?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu acho que tem algum probleminha.

Deixe-me continuar.

O *Folha de São Paulo*, em 6 de fevereiro de 2023, publicou que o Governo Lula impôs sigilo sobre as imagens de vandalismo. O *Revista Oeste*, em 6 de março de 2023, publicou que o Deputado Ubiratan Sanderson acusava o Governo Lula de oferecer 60 milhões para cada parlamentar tirar a assinatura do requerimento da CPI. Eu não estou acusando, mas o governo não se defendeu. Não veio ninguém falar alguma coisa.

Além disso, esta CPI aqui requisitou as imagens das invasões, e o GSI informou que o arquivo era grande demais e, por isso, não poderia disponibilizá-lo. É brincadeira. Esse foi o argumento técnico apresentado, por mais absurdo que pareça.

Para finalizar, Sr. Presidente, o *Revista Oeste* do dia 21 de abril de 2023 entrevistou o General Gonçalves Dias, e ele disse o seguinte: "Fiquei surpreso com a afirmação do Presidente Lula", pois, segundo o General, o Presidente sabia que ele estava no Palácio do Planalto.

Vamos analisar as ações adotadas pelo governo. Às 18h do dia 7 de janeiro, véspera dos atos de vandalismo, a Polícia Federal encaminhou ofício ao Ministro da Justiça, Ofício nº 5/2023, por meio do qual o Dr. Andrei, Delegado da Polícia Federal, alertou o Sr. Flávio Dino de que o grupo que estava vindo para Brasília pretendia se deslocar para a Esplanada e promover ações hostis, dano contra os prédios dos ministérios, contra o Congresso Nacional, contra o Palácio do Planalto e contra o Supremo Tribunal Federal. O que fez o ministro? Naquele mesmo dia, ele elaborou a Portaria nº 272, autorizando o emprego da Força Nacional de Segurança Pública nos dias 7, 8 e 9 de janeiro. Mas o art. 2º dessa portaria deixava claro que ela entraria em vigor na data da sua publicação, e a publicação dessa portaria só ocorreu no dia 10 de janeiro, terça-feira, portanto, dois dias depois da invasão.

Eu estou fazendo o relatório porque aqui está tudo para esta CPI extrair e, depois, individualizar a conduta. Como advogado – e eu atuo na área criminal –, eu sei o que há de crime já perpetrado aqui. Eu estou falando de várias pessoas e de várias matizes.

Por que e para que essa portaria foi publicada na terça-feira ninguém sabe, já que os ataques ocorreram no dia 8. Além disso, às 19h55min daquele dia 7, o Ministro da Justiça encaminhou um ofício ao Governador do Distrito Federal requerendo, apenas e tão somente, o bloqueio das vias para que os ônibus de turismo não circulassem entre a Torre de TV e a Praça dos Três Poderes. Por que não ligou para o governador? Por que não foi mais incisivo no ofício já que havia confeccionado a Portaria nº 272? Por que não sugeriu ao governador o uso da Força de Segurança Nacional e publicou uma edição extraordinária no diário daquele mesmo dia, dia 7? Por que foi fazer no dia 10? E aí vale lembrar que o Decreto nº 5.289/2004, que disciplina o uso da Força Nacional de Segurança, afirma que o Ministério da Justiça deve assegurar contingente permanente, no mínimo, de quinhentos homens para o emprego da força imediato. Se essas simples ações tivessem sido realizadas na manhã do dia

8 de janeiro, haveria quinhentos homens na Esplanada do Ministério. Apenas para concluir esse breve relato, Sr. Presidente, a Portaria nº 272, então publicada no dia 10 de janeiro sequer observou as diretrizes determinadas pelo Decreto nº 5.289/2004.

Sinceramente, meus amigos, amigas, algumas perguntas precisam ser feitas. Espero que a CPMI as faça. Aliás, espero muito que o Congresso Nacional tenha a mesma lisura que teve a Câmara Legislativa do Distrito Federal, aqui no Distrito Federal, quando elegemos o Deputado Chico Vigilante, Oposição ao governo local, Presidente dos trabalhos dessa CPI. É importante registrar inclusive o excelente trabalho que V.Exa., Deputado Chico Vigilante, vem realizando, tratando todos os membros dessa comissão com o mesmo respeito e cordialidade.

Retornando à minha breve reflexão, sinceramente esses fatos não podem ser relativizados como algo normal. Somos representantes do povo. Devemos respeitar a inteligência do povo que nos vê, sabe quais são os nossos procederes.

Não tenho procuração para defender nenhum investigado, mas temos um delegado da Polícia Federal preso, com depressão, recebendo atendimento psiquiátrico. As informações que nos chegam é de que a sua esposa está doente, se não me engano, com câncer, fazendo tratamento de um câncer, seus filhos sofrendo depressão, e esse delegado está preso porque estava nos Estados Unidos durante as invasões. Não estou fazendo defesa dele, estou fazendo uma analogia.

Por outro lado, temos um assessor direto do Presidente da República que estava no Palácio na hora das invasões e da quebradeira, e ele está solto. Eu fico estarrecido com dois pesos e duas medidas. Parece que quem foi Bolsonaro está canceroso. Não querem nem chegar perto. Nós somos os piores. Embora o governador do Distrito Federal tenha sido afastado no início das investigações, o ministro de Estado que, mesmo sabendo da gravidade da situação, não fez o que deveria ter feito, continua ministro. O mais grave de tudo isso, Sr. Presidente, é que os invasores foram tratados como convidados pelo GSI do Governo Lula, saíram tranquilamente pelas portas do palácio. Entretanto, no dia seguinte, todas as pessoas que estavam em frente ao QG, inocentes! Vige no Direito o princípio da inocência! Alguém só é dito culpado com sentença transitada em julgado. E me estarrece mais ainda ver a Coronel Cintia dizendo que para lá, para aquele acampamento, foi um monte de pedinte, porque tinha comida.

Então, tem pedinte preso na Colmeia e na Papuda! Nós não estamos obedecendo ao tripé de segurança deste Estado no que diz o Direito. Devido processo legal, individualização de conduta, ampla defesa e contraditório. Aliás, a nota de culpa é *control + c, control + v*. O preso, Sr. Presidente, ele precisa saber do que ele está sendo acusado para poder se defender. Se não for isso, a sua defesa é uma defesa frágil. Portanto, está rasgado o processo.

Mas essas pessoas que estavam diante do QG foram presas e vou continuar dizendo: inocentes. E estavam sim orando. E me estarrece mais ainda ver autoridades da polícia aqui dizer que lá tinha tráfico de drogas e que não prenderam essas pessoas. Prevaricaram e deixaram de fazer o que lhes é de ofício, porque a autoridade policial é obrigada a prender. O povo pode, mas eles devem.

Foram presos sem individualização de condutas. Todos com a mesma nota de culpa. Sem a observância do devido processo legal. As audiências de custódia não obedeceram aos prazos legais. Já deveriam estar soltas só por conta disso! E ainda há quem insiste, sustente que houve justiça naquelas prisões.

Eu vou iniciar minhas perguntas já, já, Sr. Presidente, mas ainda é preciso lembrar que o Estado de Direito é um sistema institucional, no qual todos são igualmente submetidos ao império da lei. Todos. Sem distinção de cor, de raça, de credo, de religião partidária, ideologia. Todos são iguais e precisam ser submetidos.

Uma CPI é para buscar a verdade real. Narrativa? Vamos esquecê-la, senão nós vamos entrar no campo da briga pessoal, da discussão de Bolsonaro, de Lula. Esqueçamos Bolsonaro e Lula. Um está governando, e o outro está aí fazendo o seu papel. Nós temos que pensar nas pessoas que estão presas. Nas inocentes, para que sejam libertadas e nas culpadas, para que sejam punidas ao rigor da lei da Nação.

Quando o devido processo legal não é obedecido, quando a presunção da inocência é mitigada, quando a igualdade perante a lei não é observada, quando a individualização de conduta é relativizada, quem está sendo golpeado é exatamente, Doutor Thiago Manzoni, o Estado Democrático de Direito. E aí tem uma ruptura na estrutura chamada Direito. Todos precisam ter seus direitos observados. Chega de chamar de terrorista! Até quando vocês vão subir nesta tribuna e chamar gente inocente de terrorista? Se porventura, no final do processo, eles forem condenados como terroristas, eu subirei nesta tribuna e vou fazer um discurso pedindo desculpas e vou chamá-los de terroristas! Mas também se eles não forem condenados como terroristas, os senhores terão que subir nesta tribuna e pedir desculpas a essas pessoas.

Nós temos pais, mães de famílias presos. Aliás, no dia da ação, crianças foram presas! Onde está o devido processo legal dessa Nação? Nós somos Deputados e aqui estamos colocados pelo povo que acredita na gente. Os da esquerda. Os da esquerda acreditam nos senhores; os da direita, eles acreditam em nós. E nós não podemos furtar-nos de fazer as defesas. Se tem de direita que errou, vamos condená-los, Deputada Paula, e no rigor da lei. Assusta-me quando eu leio o processo e vejo que pessoas humildes que saíram das suas casas para manifestarem um direito, como disse a senhora aqui... Eu posso dizer "Fora Lula" a hora que eu quiser. Chamavam o Bolsonaro de genocida, de tudo que é nome que não presta, e a gente aceitou! Eu posso me manifestar. Eu não posso é injuriar, caluniar, difamar. Se eu o fizer, há a lei para me inquirir, há a lei para me penalizar.

Agora, tem gente inocente preso – meu Deus, eu estava lendo os crimes, Deputado Thiago Manzoni –, podendo pegar até trinta anos de cadeia. E nós temos o Cabral, condenado a quatrocentos anos, solto! Nós temos os delatores da Odebrecht, da OAS, do próprio PT, extesoureiros do PT que foram condenados e estão soltos. Aliás, agora, eles estão querendo devolver o dinheiro da leniência. Estão devolvendo aeronave que servia para transporte de órgãos para bandido! Onde é que está a Justiça deste País?

Louvo muito a Deus pela condução do Ministro Alexandre de Moraes. Eu tenho minhas divergências, mas eu louvo. Eu louvo pela coragem de enfrentar esse sistema jurídico. Ele esteve recentemente na Colmeia e na Papuda e, no dia seguinte, soltou um monte de gente. É importante ir lá.

Pena que esse tempo vai embora, mas eu faço esse registro dizendo que o Estado Democrático de Direito está sendo golpeado. Faço este registro, Sr. Presidente, porque, conforme afirmei no início, não tenho medo. Assumi um compromisso com a sociedade do Distrito Federal de lutar pelo que é justo, ser fiel aos meus princípios de fé e ter coerência nas minhas decisões.

Nós vamos apresentar um relatório. A minha mão vai estar lá, meu DNA vai estar lá, meu CPF vai estar lá! Eu temo a lei dos homens. Respeito a lei dos homens, porque sou advogado, mas, além da lei dos homens, eu temo a lei de Deus. Longe de mim colocar a minha caneta para penalizar um inocente ou para inocentar um culpado. Longe de mim! Meu CPF não vai estar nisso. Se necessário for, até um relatório paralelo, a minha assessoria estará comigo para fazer, haja vista que há vários advogados na minha assessoria.

Mas não é isso que eu quero. Eu acredito no meu Presidente, eu acredito no meu Relator, eu acredito nesta comissão. Esta comissão é vanguarda, ela deu exemplo, ela vai ser chamada ao Congresso Nacional para compartilhar. V.Exa., na condução desses trabalhos, tem dado um exemplo de equilíbrio, de equidade, de isonomia a todos nós.

Precisamos hoje... Tem gente muito grande, mais do que nós, na política. Esses homens precisam ter mais equilíbrio, sensatez, moderação! O País não pode sofrer. A economia está despencando!

Meu tempo foi embora. Não vou passar vídeo mais, não. Quero ir direto às perguntas. Obrigado, Presidente. É o desabafo de um cidadão. Eu choro na minha casa. Eu sei que tem gente da direita e da esquerda presa lá, mas são inocentes. Se for o contrário, não tenho dificuldade de subir à tribuna e pedir desculpa, dizer que errei. Eu acho que esse é um gesto grande. Peço perdão se, lá na frente, alguém for condenado como terrorista.

Coronel Cintia Queiroz de Castro. Daniel de Castro, pastor da Assembleia de Deus, Ministério de Madureira, advogado, pedagogo. Gosto sempre de falar isso aqui, porque isso me leva ao equilíbrio. Eu quero fazer uma inquirição a V.Sa., porque, para mim, é importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Acho bom ficar claro que V.Exa. não é parente da depoente, Coronel Cintia.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, é mesmo. Coronel Cintia de Castro. Daniel de Castro. Mas não somos parentes, não.

No dia 6 de janeiro, foi encaminhado a V.Sa. o relatório da inteligência. Nós temos convicção, já se perguntou aqui várias vezes, e a senhora deu a resposta de que não, mas eu vou fazê-la novamente porque é uma oportunidade. A senhora não pode mentir nesta tribuna e, se mentir ou faltar com a verdade, a senhora vai ser inquirida outras vezes como os outros. E nós não estamos aqui para condenar. Nós estamos aqui lhe dando a oportunidade de defesa. Deixo registrado aqui. Esse relatório foi produzido pela Dra. Marília, Subsecretária de Inteligência. Inclusive, eu já pedi a esta comissão que requeira ao Supremo Tribunal Federal esse relatório da polícia, que foi feito pela PM. O Supremo Tribunal Federal já requisitou, e esse processo está lá. Mas foi encaminhado a V.Sa. esse relatório de inteligência. Qual o destino e tratamento a senhora deu a esse documento?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Eu não recebi esse documento. Foi entregue sexta-feira na Subsecretaria de Operações Integradas por volta das 17h42min, e eu estava numa reunião externa. Não foi deixado na minha sala. Foi recebido pelo Tenente Coronel Rosivan. Eu só fui ter acesso a esse relatório na segunda-feira à tarde.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Esse relatório não chegou a suas mãos, Coronel?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Peço ao Presidente – vai chegar um ofício a V.Sa. – que também peçamos as imagens da Secretaria de Segurança, porque, para nós, é interessante. Quando chega um relatório, eu entendo que ele tem que ser analisado, independentemente do teor. Eu fiquei sabendo que esse relatório sequer foi analisado. Só foi analisado na segunda-feira pós-ato. Procede isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Mas as informações que tinha no relatório, Deputado, não mudaria nada o planejamento, porque todas as providências em nível de alerta máximo da Esplanada dos Ministérios foram adotadas no protocolo. Então, mesmo que eu tivesse lido o relatório no horário que eu recebi, se eu tivesse na secretaria, não mudaria muito o planejamento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Depois que a senhora recebeu esse relatório, a senhora leu antes ou depois?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Segunda-feira.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Nem depois?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Li só segunda-feira.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Só leu na segunda-feira?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Só.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não o leu antes?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Até porque, se mudasse alguma coisa no planejamento, seria em nível de efetivo policial, aumento de efetivo policial. E isso não é tratado com a SOP.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu estou satisfeito. Eu só fiz questão de reforçar porque o meu tempo está se esgotando, Presidente.

Mas a gente percebe que apagão violento que houve. Na posse do Presidente Lula, tudo funcionou a contento, extraordinariamente bem, sem confusão. No acampamento, essas pessoas estavam lá sessenta dias antes se manifestando. Nós não tivemos depredação. Sujava-

se, limpava-se. E, da noite para o dia, virou todo mundo terrorista, fascista, criminoso.

A senhora pode afirmar com segurança que o grupo que estava acampado em frente ao QG do Exército é o mesmo grupo que invadiu o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo? A senhora consegue afirmar isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Deputado, a única coisa que eu posso dizer é que o grupo que entrou no Congresso Nacional é o grupo que veio da marcha do SMU, que eu tomei conhecimento. Eu não vi grupo oriundo de outro local. A marcha foi concentrada saindo do SMU, e esse grupo que foi para a Esplanada dos Ministérios. Não tenho conhecimento de outro grupo vindo de outro local.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Meu tempo se exauriu, Presidente. Eu vou ser obediente ao tempo. Muito obrigado. Estou satisfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro.

Esta Presidência vai suspender a reunião por cinco minutos, para que a nossa depoente possa comer um sanduíche. É bom que se diga que fui eu que paguei o sanduíche. (Risos.) A senhora pode ir até a salinha para tomar um café e comer. Vá lá com ela, Relator.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 13h36min, a reunião é reaberta às 13h46min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Retomamos os nossos trabalhos.

Está reaberta a nossa comissão.

Concedo a palavra, por quinze minutos, à Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos. Que Deus nos abençoe. Coronel Cintia, primeiramente quero falar aqui de mulher para mulher. Quando a senhora falou da sua ausência em sua família, eu me identifiquei muito, porque nós mulheres demoramos muito para chegar aonde chegamos. Os nossos filhos sentem! Eu, como mãe de seis filhos, nossos filhos sentem, nossos maridos sentem. Ontem, por exemplo, cheguei quase 1h da manhã em casa, trabalhando. Eu sei o tanto que a senhora trabalhou para chegar aonde a senhora chegou. São 29 anos de uma carreira exitosa, são 29 anos de uma mulher que, sim, enfrentou o machismo de uma corporação e que, hoje, tem o respeito dessa corporação.

Então, quero registrar isso. Vi outros Parlamentares falando isso e quero registrar isto para a senhora: que a senhora tem o respeito de todos os Parlamentares. Todas as informações que me passaram em relação à senhora foram exatamente da sua competência, da sua inteligência e da sua tecnicidade. Isso é importante deixar registrado. Precisamos valorizar, cada vez mais, mulheres em lugares de liderança.

Primeiramente, o Relator falou algo a respeito de que a senhora está sendo indiciada pela Polícia Militar. A senhora falou aqui várias vezes que está afastada da corporação porque a senhora está em um cargo que é do Executivo; como que é isso? Eu quero entender porque eu não sou da corporação, eu não consigo entender. Como a senhora está respondendo a uma investigação... É investigação que é o nome?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É um IPM – Inquérito Policial Militar.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Inquérito Policial Militar, que é, realmente, quando um policial está na sua função do cargo, e a senhora não está na função do cargo. Por que a senhora está respondendo isso? Eu não consigo entender ainda, a senhora pode me explicar?

Eu peço só uma gentileza à senhora. Eu tenho menos minutos que os outros Parlamentares, então se a senhora puder ser a mais objetiva possível eu agradeço.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Deputada, primeiramente obrigada pelas palavras, pelo reconhecimento. Não é fácil, realmente, ser mulher em uma função tradicionalmente masculina. Quero até registrar que sou a primeira mulher que ocupa o cargo de Subsecretária de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública. Nunca houve

uma outra mulher que comandasse essa subsecretaria. E a pergunta que a senhora acabou de me fazer eu também não tenho resposta. Não sei. Não sei como isso aconteceu.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Quem assina esse inquérito?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O encarregado do inquérito é o Coronel Sarmiento, e foi homologado pelo Comandante-Geral, respondendo há época o Coronel Adão, porque o Coronel Klepter estava de afastamentos regulares da Polícia Militar.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu gostaria de entender também como que é essa questão. Na época, nós tínhamos um comandante-geral, que era o Comandante Fábio, e na sequência vinha quem?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O subcomandante-geral.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O Subcomandante-Geral, que é o Comandante Klepter?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Na época, era o Comandante Klepter, hoje ele é o atual Comandante-Geral da Polícia Militar.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu quero ler aqui, e eu gostaria que a senhora me fizesse uma observação por isso. Hoje, mais uma vez, foi postergada por essa CPI, com todo o respeito ao Comandante da Polícia Militar, mas mais uma vez esses Parlamentares que estão aqui votando estão postergando a vinda do Comandante-Geral da Polícia Militar.

Há uma revista, que é uma revista, inclusive, muito citada pelo PT, pela esquerda, a Revista *piuí*, da UOL, que coloca isto aqui: Na noite do dia 7 de janeiro, o Coronel Klepter Rosa Gonçalves, então Subcomandante da Polícia Militar do Distrito Federal, enviou uma mensagem a um grupo de WhatsApp, do qual participavam outros oficiais da Polícia Militar, com a seguinte ordem, reduzida tal como foi escrita: “Boa noite. Considerando a possibilidade de emprego massivo da nossa tropa na manifestação prevista para amanhã, domingo, determinem aos respectivos efetivos de toda estrutura dos senhores que permaneçam de sobreaviso a partir das 7h da manhã”.

Qual é a diferença – eu gostaria que a senhora falasse aqui para o público que esteja nos escutando –, qual a diferença entre sobreaviso e prontidão?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Prontidão é quando o policiamento está no quartel, fardado, equipado, com ônibus em condições, com motorista em condições de ser acionado pelo comandante do policiamento ou departamento de operações, para o deslocamento imediato para o local do evento.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – É comum fazer esse tipo de ação em uma situação para a qual há relatório de inteligência? Como eu disse aqui, para um acampamento com algumas situações, com a expectativa, como a senhora disse, de prevenção? É comum deixar os policiais de sobreaviso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, mais uma vez, faço um pedido a esta CPI para que a gente traga o Comandante Klepter, para esclarecer isso aqui, para a gente entender o que aconteceu. Nós estamos aqui a toda hora tentando colocar os inocentes como culpados e os culpados como inocentes. É fundamental a vinda do Comandante Coronel Klepter. É fundamental a vinda do Sr. Casimiro. Isso é fundamental.

Então, a senhora está me dizendo que quem colocou esse sobreaviso foi o Comandante Klepter?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A senhora que disse que estava na Revista *piuí*.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não, mas eu estou perguntando para a senhora. A senhora estava sabendo disso? A senhora estava no grupo de WhatsApp em que ele colocou isso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – A senhora não estava nesse grupo.

Deixe-me perguntar outra coisa para a senhora. Foi também colocado nessa revista que o Comandante Fábio, várias vezes, falou para que o contingente viesse para cá, mas ele não foi escutado.

A senhora ouviu algo a respeito disso?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, isso é outra coisa, Sr. Presidente. Nós temos que trazer aqui o Comandante Fábio para esclarecer essa situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputada Paula Belmonte, só para que fique claro, quero dizer o seguinte...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Só que V.Exa. vai me conceder mais alguns minutos. Pode ficar à vontade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputada, eu não vou pegar um minuto de V.Exa., só vou esclarecer.

Quem estava no comando naquele dia era o Coronel Fábio, que já está convocado; não era o Klepter, que nem sei quem é.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Está bem.

O Klepter hoje é o Comandante-Geral e me surpreende V.Exa., como Presidente da CPI, não saber quem é. Por quê? Porque foi ele que deu o sobreaviso para as pessoas. Nós temos que trazer clareza. Nós não podemos ter político de estimação. Nós não podemos ter comandante de estimação. A gente tem que ter a população de estimação. E aqui eu não sou de direita nem de esquerda, eu sou uma representante do povo, e nós não podemos ter medo de falar isso.

Sr. Presidente, no tempo que me resta, quero pedir a V.Exa. se posso passar um vídeo, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Dentro do tempo que V.Exa. dispõe, o vídeo será exibido. Completando os quinze minutos, a gente corta.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Está ótimo. Eu vou precisar só de uns 14 ou 15 segundos que foram utilizados do meu tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passe o vídeo, por favor, dentro do tempo.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Olhem o vídeo e o cinegrafista.

Aí eu quero fazer uma pergunta à senhora, como uma pessoa que trabalha há vinte...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Vamos lá. Ele mostra para checar se a foto ficou legal. Olha só! Todo mundo conversando. Faz a cena.

Sabe quem é esse senhor? É um invasor. Sabe quem é esse senhor e esses senhores? São, sim, os vândalos. Por que esse senhor... Olhe: batendo palmas. É uma vergonha.

Esse senhor é o senhor que invadiu. Esse senhor é o Sr. Adriano, e esta CPI hoje negou o primeiro requerimento. É esse senhor aqui que, quando nós estávamos lá com o Ministro Alexandre de Moraes, falou: "Invadiu, está cometendo crime". É esse senhor, Sr. Adriano, que muitos aqui falaram que, quando pisou dentro de um órgão, está cometendo crime. E, agora, vem tirar onda de que nós estamos falando de sigilo da fonte? Desculpe-me, sigilo da fonte é esse PL que estão querendo aprovar da *fake news*! É a censura desse governo petista! Imparcialidade? Que imparcialidade é essa que tem um comandante-geral da polícia – e quero dizer que estou defendendo a polícia, mas, se ele colocou as pessoas de sobreaviso, vem aqui responder por que colocou? E também esse cara que invadiu, não é

porque ele está com uma fotografia que ele pode invadir qualquer órgão policial ou federal ou qualquer órgão de ninguém.

A senhora, como policial, se aquilo, ali, fosse uma loja e nós tivéssemos a filmagem, eu quero saber: todos ali ficariam presos? Ou a pessoa que está portando uma máquina fotográfica estaria, simplesmente, liberada, porque ela é portadora de uma máquina fotográfica? Estou perguntando isso para a senhora.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Deputada, eu não tenho...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Com essas imagens, se a senhora tivesse que analisar, como policial, a invasão de uma loja, a senhora prenderia todos? Ou quem está portando máquina fotográfica seria liberado?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Eu chamaria todos para serem ouvidos e faria uma apuração.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – É isso o que esta CPI precisa fazer. É ser imparcial, porque todos esses aqui que estão na imprensa, eles são cidadãos. Eles são cidadãos e eles respondem à mesma lei que eu respondo e que aquela senhora que estava entrando lá também responde. Nós não podemos ter é pessoas de estimação. Nós temos que ter princípios. Surpreende-me algumas pessoas falarem em nome de Deus, falarem em nome de Nossa Senhora, porque o espírito cristão verdadeiro traz a justiça.

E eu vou dizer para a senhora: hoje, eu saio daqui extremamente decepcionada com a política, porque uma coisa é nós defendermos ideologia, nós defendermos uma categoria; outra coisa é nós defendermos a injustiça e sermos participantes de uma injustiça, como muitos que entraram aqui.

Comandante Cintia, parabéns pelo trabalho que a senhora vem fazendo. Parabéns. E que a gente possa aqui, nesta CPI, conduzida pelo Presidente, Deputado Chico Vigilante, pelo Relator, Deputado Hermeto, realmente, ser imparcial. Imparcial, porque hoje nós temos um comandante que está há 30 anos na polícia e que os senhores sabem que, para entrar na polícia, as pessoas sofrem. Hoje, nós temos uma mulher aqui que está há 29 anos tentando se provar – tentando se provar, porque os senhores não sabem o que que é ser mulher!

Muitas vezes eu estou sendo calada aqui! Estão fechando meu áudio, apertando um botão! Isso é cercear a palavra da representação. Eu sei o tanto que a gente se esforça. E eu não vou admitir isso, por mim, pela senhora, pela minha filha e por todas as mulheres! Não vamos dar peso a quem não merece e ao que não é justo.

Que Deus abençoe a senhora, este Plenário e a consciência de todos os Parlamentares que estejam aqui, para que a gente possa ser justo e pegar esses vândalos que a senhora disse que estavam ali invadindo o Palácio do Planalto! E eu vou dizer mais: posso falar que aquele chutinho ali até o meu filho de 5 anos consegue dar para abrir aquela porta. A gente está falando da porta da Presidência da República! Aberta por um cinegrafista que estava lá filmando! Isso aí é brincadeira, é palhaçada! Vamos chamar, sim, aqueles vândalos para cá! E que essa CPI tenha a coragem...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu não vou conceder quinze segundos, eu vou conceder um minuto para V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, sinto-me muito grata! Parabéns! Eu fico muito feliz! E que essa CPI possa ser imparcial! Como foi dito aqui, esse relatório vai ser amplamente divulgado! Terei, sim, a oportunidade de analisá-lo. Porque uma coisa é falar: "Vamos fazer todos juntos". Outra coisa é acontecer. Acontecer. Como disse aqui o Deputado Pastor Daniel de Castro, se for preciso, ele também fará um relatório para ser votado. Que a gente possa estar junto para ser justo! Por um Brasil melhor! Que não seja nem de direita, nem de esquerda, mas que seja um Brasil justo para todos os brasileiros.

Sinto-me muito grata, comandante!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – V.Exa. ainda tem 36 segundos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, eu agradeço a gentileza de V.Exa. Eu só peço para V.Exa...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bom, obrigado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não, agora V.Exa. me dá os trinta segundos para usar. Eu agradeço a gentileza de V.Exa. e peço que V.Exa. seja sempre gentil comigo dessa maneira. Porque hoje, mais uma vez, V.Exa. fechou a minha fala quando eu estava defendendo o requerimento que foi, infelizmente, rejeitado – o requerimento para convocar um vândalo que tentou invadir o gabinete do Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel, por até quinze minutos.

Se V.Exa. quiser falar por cinco minutos, eu agradeço.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu farei o máximo para ser o mais breve possível, e não ser repetitivo.

Agradeço a condução tanto de V.Exa. como Presidente, como do Deputado Hermeto como Relator.

Antes de fazer perguntas, Coronel Cintia, quero agradecer por estar aqui presente e quero fazer uma fala importante direcionada ao nobre amigo Deputado Pastor Daniel de Castro.

Eu sou de uma formação política anticárcere. Há 60% da população carcerária brasileira que sequer foi julgada. Então, eu sou adepto dessa tese e gostaria muito que, na Câmara dos Deputados, o partido do qual V.Exa. participa somasse esforços para a gente mudar a lei penal deste País. Porque não é só um grupo de pessoas que está lá privado de liberdade, sem família, sem filhos, sem a mãe, não. São várias pessoas acusadas por infrações de menor potencial ofensivo, sobretudo aquelas que são pegas por crime análogo a tráfico de drogas com algo como 10 gramas, o que é um absurdo, e estamos mantendo em cárcere privado neste País. E olha, Deputado, eles não estão em cela separada, não. Estão convivendo com várias superlotações e violações de direitos. Então, eu sou dessa tese de que, sim, nós temos que pensar uma lógica, mas não para um grupo específico.

E outro ponto, meu caro Deputado: não sou advogado de formação, mas colocar uma bomba em um aeroporto, para mim, é terrorismo. Invadir a sede de uma Polícia Federal, para mim, é terrorismo. Fazer uma fala, ato, faixa, mobilização que questione o processo democrático e que incite e peça a intervenção militar é crime previsto na Constituição Federal.

Então, estou adepto à tese de que há muitos inocentes, como há no sistema inteiro, ou, se não é inocente, tem que esperar o transitado em julgado. Mas também quero pontuar que nós estamos levando em consideração aqui atos e ações previstos constitucionalmente como ilegais na democracia do Estado brasileiro. Estou dialogando muito com o senhor, meu amigo Deputado Pastor Daniel de Castro, só para dizer que nós estamos nessa caminhada.

Coronel Cintia, só para a gente fazer um apanhado geral, muitos têm falado da corresponsabilidade do Governo Federal sobre o dia 8. Eu queria fazer uma pergunta, dentro da sua experiência como oficial da Polícia Militar. Na sua experiência, na história, a senhora acompanhou em algum momento a ida à Praça dos Três Poderes ou a ocupação dela sem que isso fosse autorizado?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Já aconteceu. Principalmente, como a gente trata de manifestações inopinadas, espontâneas, que não têm obrigação de comunicação prévia na Secretaria de Segurança Pública, as forças de segurança já foram surpreendidas, sim, com alguns ônibus que chegaram e desceram rapidamente na Praça dos Três Poderes, e a gente teve que mobilizar forças para retirada desses manifestantes, sim. Já aconteceu.

DEPUTADO MAX MACIEL – Diante disso, quem responde pela segurança da Praça dos Três Poderes?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – A Polícia Militar.

DEPUTADO MAX MACIEL – Do Distrito Federal?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO MAX MACIEL – Obrigado, Coronel Cintia. É porque, para nós, há ocasiões que de fato podem surpreender a força policial presente. Mas, se ela não for autorizada, ela pode usar de força seletiva, uso seletivo da força e dispersar aquela manifestação.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Como foi feito no dia 8.

DEPUTADO MAX MACIEL – No nosso caso, não foi.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – No dia 8 de janeiro, sim. Quem dispersou todos os manifestantes das três casas federais foi a Polícia Militar do Distrito Federal.

DEPUTADO MAX MACIEL – Mas ela não foi pega de surpresa. Houve uma linha de contenção, foi avisado que ia haver uma manifestação, existia e houve um ator de segurança pública da Polícia Militar preparando a marcha para seguir ocupando uma faixa e indo a determinado local. A polícia estava avisada, estava mobilizada. Se a Praça dos Três Poderes é de responsabilidade da PM – aquela praça que é um tombamento –, há uma corresponsabilização de uma ausência completa de atuação desse espaço na condução do que está acontecendo.

Eu não estou falando do quantitativo, não estou falando se foi pego de surpresa porque eram mil e apareceram 3 mil. Eu estou falando do *modus operandi* que está estabelecido. Por que eu digo isso, Coronel Cintia? Porque nós temos que colocar aqui, em pé de igualdade, que a nossa segurança pública é uma das melhores do País, mesmo na adversidade do contingente que tem hoje e de algumas problemáticas do ponto de vista estrutural. Então, não podemos trazer para a CPI uma narrativa de como a Secretaria de Segurança Pública e as forças de segurança foram pegadas de surpresa na Capital do País.

Por que eu digo isso? Depois do relatório protocolado pela senhora no dia 6, às 14h11min, pelo SEI, do PAI... A senhora disse que a Subsecretaria de Operações Integradas equivale a uma subsecretaria de inteligência. Contudo, a senhora planeja, não é quem executa, certo?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO MAX MACIEL – Quem executa?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Os órgãos.

DEPUTADO MAX MACIEL – Entre eles, o Departamento de Operações?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, quando eu falo "os órgãos", é a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o Detran, a Polícia Civil, o DF Legal, o SLU. Todos os órgãos que estão envolvidos nas matrizes de atividades são responsáveis por fazer esses planejamentos, os desdobramentos operacionais da execução.

DEPUTADO MAX MACIEL – A Subsecretaria de Inteligência fazia parte do GT. Depois que ela teve acesso a essas informações que já foram colocadas aqui, desde o dia 6, ela chegou a informar à sua subsecretaria, para que pudesse haver a reorganização do PAI? Ou essa ação é de forma discricionária ao ato que a inteligência passa e encaminha, por exemplo, para a Polícia Militar?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Dentro da Subsecretaria de Inteligência, tem um canal de inteligência e tem vários órgãos de vários setores que compõem o sistema de inteligência da Secretaria de Segurança Pública. Todas as informações geradas pela Subsecretaria de Segurança Pública são informadas aos órgãos federais e aos órgãos que compõem o canal técnico de inteligência. A Subsecretaria de Operações Integradas não compõe o canal de inteligência.

DEPUTADO MAX MACIEL – Não compõe.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Então, como a gente está falando de um planejamento de execução do qual a Subsecretaria de Operações Integradas não participa, normalmente, quando as forças de segurança tomam conhecimento de um relatório de inteligência com esse tipo de ameaça, as forças de segurança têm condições de reavaliar a

execução do seu planejamento.

DEPUTADO MAX MACIEL – Coronel CINTIA, de acordo com os relatórios e informações a que a gente tem acesso, a partir do dia 7, começou a chegar um volume de oficializações da inteligência de que estava vindo um número excessivo de pessoas para Brasília. Há uma estimativa de 3.900 pessoas a mais do que as que estavam acampadas. A própria PRF oficializa à secretaria, a partir do dia 6, que monitora todos esses veículos chegando.

Se essa informação havia chegado para a Subsecretaria de Inteligência, a senhora não acha que seria razoável reorganizar as tropas e as forças preventivamente – uma vez que são de responsabilidade da Polícia Militar a Praça dos Três Poderes e a Esplanada – para o efetivo que foi destacado outra hora, na reunião anterior, do dia 6?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – As forças de segurança têm condições de reorganizar seus efetivos a partir do momento em que a informação chega. O que precisa saber é se o relatório de inteligência e as informações de inteligência chegaram a todos os órgãos, para que isso fosse feito. Como eu disse, os efetivos estavam no terreno. Não foram suficientes. Mas também não foram suficientes os efetivos da Polícia Judicial do STF, do GSI e do Congresso Nacional. Então, tem que saber também se esses efetivos que estavam escalados no dia 8 eram, ou não, suficientes. E, se não eram suficientes, se era porque eles estavam no mesmo nível de formação de inteligência.

DEPUTADO MAX MACIEL – Sem dúvida nenhuma, isso deve ser perguntado. A questão é que eles têm competência da porta do órgão para dentro. Da porta do órgão para fora, eles não têm controle. Então, depois que estourou...

Coronel Cintia, eu vou dizer: eu nunca vi um ato sem autorização passar para a Praça dos Três Poderes.

Em 2013, eu estava na marcha. Trinta mil pessoas subiram a rampa do Congresso Nacional e não desceram para a Praça dos Três Poderes, porque a polícia foi mobilizada rapidamente e estava posicionada.

Estou dizendo que esse é um fato estranho porque é de uma atipicidade completa, que não pode acontecer na Capital do País e aconteceu. A minha tese está começando a levar em consideração que houve permissividades ou prevaricações – podem botar o nome que for – para que isso acontecesse.

Pela experiência que temos em negociação com a Polícia Militar, sabemos que existe uma sala de GT de crises instalada no Ciops.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO MAX MACIEL – Toda e qualquer manifestação é acompanhada por um grupo de trabalho da sala de GT de crises.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO MAX MACIEL – A pergunta que eu faço, mesmo a senhora não integrando a subsecretaria, é: existia esse GT de operação de crises no Ciops, na hora?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O gabinete de crises é sempre acionado pelo Secretário de Segurança Pública.

DEPUTADO MAX MACIEL – A senhora tem informação se ele foi acionado?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não tenho informação se foi acionado.

DEPUTADO MAX MACIEL – É comum o emprego de militares do curso de formação em atividades desse nível?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não posso afirmar.

DEPUTADO MAX MACIEL – Deputado Chico Vigilante, agradecendo e tentando reduzir o tempo, quero só dizer que o que aconteceu no dia 8 não foi algo atípico, pré-mobilizado da noite para o dia e do qual as forças não sabiam. Houve convivência, sim, de agentes públicos para que isso acontecesse. Não é possível aquilo a que assistimos, diante da formação dos que

estão aqui.

Nós não temos controle sobre a gerência e a gestão da secretaria, mas fica uma recomendação. É inadmissível que uma Subsecretaria de Operações Integradas, que faz o PAI, que é o que planeja a ação, não participe e não dialogue com o que a inteligência tenha tido de informação.

Esse é um apagão de todo o processo estratégico.

Acredito que está convocado o chefe do Departamento de Operações Especiais, no dia. Se não me engano, é o Sr. Paulo José Ferreira de Souza. Certo? (Pausa.)

Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Max Maciel.

Está com a palavra por quinze minutos o Deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, integrantes desta comissão. Boa tarde, Coronel Cintia.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Boa tarde.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado pelas suas respostas até agora.

Eu vou só fazer algumas perguntas porque, durante as respostas, às vezes, uma ou outra coisa fica perdida. Eu só quero ver se entendi corretamente.

A senhora afirmou que, no dia 6, o General Dutra informou que só havia trezentas pessoas acampadas?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Das quais aproximadamente 150 eram pessoas em situação de vulnerabilidade social que iam para lá porque havia comida de graça. Basicamente isso.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – *Ok*.

Há duas semanas ou na semana passada – eu já não me lembro –, levantei umas perguntas aqui. Eu falei assim: “Será que não seria o caso de investigarmos a existência de dois grupos? A existência de um grupo que estava acampado e não cometeu crimes e de outro grupo que chegou a Brasília e cometeu os crimes que estão sendo investigados”. Para alguns, isso é até estranho.

Agora a gente tem a informação de que havia 150 pessoas acampadas lá, os outros estavam em situação de vulnerabilidade. A senhora sabe quantas pessoas desceram a Esplanada dos Ministérios naquele dia, dia 8 de janeiro, coronel?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não sei precisar.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Aproximadamente.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Entre cinco, seis mil pessoas, creio eu.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – De cinco a seis mil pessoas, trezentas estavam acampadas. Cinco mil pessoas desceram. O que significa dizer que o restante dessas pessoas chegou ao Distrito Federal entre o dia 7 e o dia 8, porque, se no dia 6, a informação da ANTT era de que não havia chegado nada, entre o dia 7 e o dia 8 chegaram aproximadamente cinco mil pessoas ao Distrito Federal. De modo que, ao revés das afirmações irônicas: “Ah, o pessoal estava orando, o pessoal estava rezando”... É, estava rezando, sim. Estava orando, sim. Estava orando.

Aliás, causa-me estranheza que, no início desta sessão aqui, a existência de drogas naquele acampamento tenha sido suscitada com um tom de condenação: “Lá tinha droga, tráfico de droga, tinha que ter acabado”. E, agora, a existência de drogas é defendida aqui: “Ah não, a pessoa tem que poder portar”. É difícil, porque a gente tem que seguir uma linha de argumentação. Ou a gente é contra as drogas ou a gente é a favor delas. Eu sou contra,

mas não dá para a gente ficar mudando a narrativa e mudando os argumentos de acordo com o momento da discussão.

Nesse momento aqui, eu tenho que ser contra, sou contra; agora, eu tenho que ser a favor, sou a favor. Isso não dá. Não dá. Ou uma coisa ou outra. Ou eu sou contra sempre ou eu sou a favor sempre!

A senhora falou sobre pontos sensíveis.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – E foi indagada 573 vezes se havia ameaça, se havia ameaça, se havia ameaça. A determinação dos pontos sensíveis depende de existir alguma ameaça àquele ponto ou isso é uma prevenção que a polícia faz?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – É uma prevenção.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, independe. Pode não ter ameaça nenhuma, se a polícia achar que tem que prevenir naqueles locais, vai fazer a prevenção.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Inclusive, isso foi uma decisão tomada em reunião, em conjunto com vários órgãos, não só com a Polícia Militar.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Está bom. A senhora falou que fazia contato com o General Gonçalves Dias.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não, senhor, General Dutra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Durante o governo de transição?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Ah, sim, senhor.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Durante o governo de transição, a senhora falou que fazia contato com o General Gonçalves Dias, inclusive, para alinhar as condutas do dia 1º de janeiro, dia da posse do Presidente Lula. As condutas foram alinhadas e a posse correu bem.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor. Eu gostaria só de lembrar que não tem como confundir protocolo de ações integradas de manifestações inopinadas com eventos programados em que acontecem planejamentos com dois, três meses de antecedência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Mas o fato é que o General Gonçalves Dias, durante o governo de transição, mantinha contato com as forças de segurança do Distrito Federal.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, não era constante, não. Eu tive contato com ele uma vez presencial ou ele me ligou uma ou duas vezes para tirar algum tipo de dúvida do planejamento.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Ótimo.

Então, a gente tem alguns fatos aqui. Primeiro que o governo de transição funcionou muito bem para a posse do Presidente Lula no dia 1º e depois que deixou de ser governo de transição e passou a ser governo, não funcionou para os atos do dia 8. Aliás, o Deputado Joaquim Roriz Neto suscitou aqui o art. 142 da Constituição Federal, que diz que o Comandante, o Chefe – ele mencionou o art. 142, se eu não estou enganado – das Forças Armadas é o Presidente da República, que não mandou retirar de lá aquela manifestação.

Depois, a gente tem acesso a essas imagens tenebrosas sobre as quais o Presidente Lula – depois de dar uma entrevista no dia 18 de janeiro, dizendo que tinha acesso a essas imagens e que iria investigar tudo – decretou sigilo. Aí essas imagens vazam e a gente vê o General Gonçalves Dias quase se confraternizando com os vândalos que são chamados de terroristas aqui.

Os atos são atos de vandalismo, mas a qualificação deles é de terrorismo, e pouco importa o que diz a lei. Porque se eu acho que determinada coisa é terrorismo, é terrorismo e pronto. E a lei? Não, a lei não tem problema, ela não vale nada. Mas, e o Estado de Direito? Não, ele também não vale nada. Vale o que eu penso, que é neste momento da discussão.

A sensação que a gente tem é esta: que a gente tem que engolir tudo quanto é opinião naquele momento da discussão. “Ah, o PT é a favor da CPMI”, mas o Presidente Lula deu entrevista dizendo que era contra isso. “Mas, nesse momento da discussão, a gente é a favor”. E a gente fica aqui ouvindo e aturando isso!

Pois bem, a gente teve acesso às imagens, e o General Gonçalves Dias está lá passeando com os vândalos, os depredadores, os criminosos. O pessoal da equipe dele serviu água para esse pessoal e falou que era para evitar morte. Ora, como é que vai ter morte lá se não tinha uma arma, não tinha uma faca, não tinha nada?

A gente fica indagando se a linha de investigação que está sendo adotada aqui por nós está certa ou está errada. A gente indagou aqui o Coronel Naime, a Coronel Cintia, outros agentes policiais, e a sensação que tenho é que isso não vai para frente. Ouve, ouve, ouve... Em breve, vamos ouvir o Comandante Klepter. Mas que houve alguma coisa errada, houve.

A Praça dos Três Poderes está sob a jurisdição da Polícia Militar do Distrito Federal – o Deputado Max Maciel indagou, a Coronel Cintia respondeu –, mas e os prédios? Depois da invasão, e os prédios? Por que não se desmobilizou aquele acampamento? Por que não foi feita alguma coisa? Trezentas pessoas. Trezentas pessoas, dentre as quais, 150 em situação de vulnerabilidade social.

Por que se aguardou a chegada desses ônibus? Por que ficaram esperando os ônibus chegarem? Por que ficaram esperando chegar cinco mil pessoas aqui no Distrito Federal – sabidamente, elas vinham para descer a Esplanada dos Ministérios – se o restante das pessoas que estavam lá, muitas delas – eu vou repetir – orando, rezando, já tinham ido embora.

O Presidente Bolsonaro tinha ido embora para os Estados Unidos. A população que estava lá se manifestando já tinha se desmobilizado, mas ficaram aguardando chegar mais gente. Quem é que se beneficiou com isso? Quem se beneficiou com a invasão dos prédios dos Três Poderes da Nação no dia 8 de janeiro? Qual grupo político foi beneficiado? Qual grupo político quis impor sigilo sobre as câmeras para que não se soubesse o que aconteceu? Qual o grupo político não queria a CPMI?

As perguntas são retóricas, é claro, porque todo mundo sabe. É o mesmo grupo político que agora diz que é a favor. É o mesmo grupo político que, depois de vazaram as imagens, falou: “disponibiliza para todo mundo”. Porque depende do momento! A gente quer ou deixa de querer dependendo do momento político.

Então, eu vou reiterar aqui o que já foi dito pelo Deputado Pastor Daniel de Castro e por mim: Tem inocente preso e tem culpado que não está sendo sequer investigado. Tem gente que está na cadeia há meses e não merecia estar, que não apresenta perigo para a população. E tem gente que deveria estar sendo investigada e não está.

O Deputado Pastor Daniel de Castro falou aqui sobre o Estado de Direito. O Estado de Direito no Brasil está combalido. A Deputada Paula Belmonte, que me antecedeu, falou sobre essa proposição do projeto das *fake news*. A gente está diante de um momento em que há pessoas encarceradas indevidamente, sem contraditório, sem ampla defesa, sem o devido processo legal, sem nenhuma das prerrogativas constitucionais e sem nenhum dos seus direitos fundamentais sendo atendidos.

A gente tem, ao mesmo tempo – tramitando no Congresso Nacional –, um projeto que vai censurar a população e vai dizer o que pode e o que não pode ser dito. O Estado de Direito no Brasil está morrendo. Nós estamos caminhando, a passos largos, para nos tornarmos uma ditadura como é a China, como é a Coreia do Norte, como é a Venezuela. O Estado de Direito no Brasil está morrendo. Nós o estamos vendo morrer e não estamos fazendo nada, porque os discursos vão se alinhando de acordo com o momento. De acordo com o momento, a gente vai afundando a democracia brasileira, a gente vai afundando a população brasileira.

A Deputada Paula Belmonte falou assim: “Eu saio daqui, hoje, triste com a política”. Algumas vezes, eu saio daqui meio inconformado, Deputado Hermeto, com a política. Porque, muitas vezes, a sensação que eu tenho é que não se quer investigar. Existem opiniões formadas antes do início da investigação – e essas opiniões não vão mudar.

Isso é triste para a gente, Deputado. Isso é triste para a população do Distrito Federal. Isso é triste para quem nos colocou aqui. Isso é triste para a parcela da população que ainda tem uma confiança – ainda que seja pequenininha – nos políticos brasileiros. Infelizmente, a nossa classe não é levada a sério pela população. A verdade é que a maioria da população tem até um pouco de nojo da classe política.

A gente está tendo a oportunidade, aqui nesta CPI, de mudar um pouco isso, de investigar alguma coisa a sério, porque eu tenho certeza absoluta de que todos nós, sem nenhuma exceção, indignam-se com as cenas de depredação do patrimônio público, desses prédios que são tombados – não é isso, Deputado Max Maciel? Todos nós ficamos indignados com isso. E a gente tem a oportunidade de investigar.

Tenho absoluta certeza de que não há só um espectro político envolvido ali não. Se for investigar, vai ter que prender gente de um lado e de outro. Mas o certo é o certo. Se tiver que prender gente de um lado e de outro, prende gente de um lado e de outro, mas depois do devido processo legal, de individualizar a conduta e de saber quem fez o quê. Agentes públicos e cidadãos comuns. Quem fez o quê? Ou quem deixou de fazer, que devia ter feito? Que sejam punidos. Não interessa se é de Direita ou de Esquerda. Criminoso tem que ser punido. Não interessa de qual espectro político e ideológico. Criminoso tem que ser punido. Mas só o criminoso. O inocente não. O inocente não pode ser punido no lugar do criminoso. A gente não pode tolerar que alguém que estava lá nos Estados Unidos esteja preso até hoje.

Onde estava Anderson Torres no dia 8 de janeiro? Nos Estados Unidos. Onde ele está hoje? Na cadeia. Onde estava o General Gonçalves Dias no dia 8 de janeiro? Dentro do Palácio do Planalto – e a gente vê as imagens de onde ele está.

Como é que pode isso, gente? Não importa se um é de Direita ou se o outro é de Esquerda – não importa –, como é que nós podemos tolerar isso num Estado de Direito? Como é que essa indignação pode ser seletiva? Como pode um negócio desse?

Nós estamos diante de uma oportunidade, Presidente Deputado Chico Vigilante, que, talvez, seja ímpar, de aprofundar essa investigação – nós ainda temos meses de CPI – e de mudar a forma como a população nos enxerga, mudar a forma como o povo do Distrito Federal olha para nós, para que, de alguma forma, eles olhem para nós e falem assim: "Ali existe um mínimo de seriedade, esses caras estão investigando a sério, não está cada um defendendo o seu lado".

Eu encerro, Sr. Presidente, fazendo esse pedido a todos os membros desta comissão, na pessoa de V.Exa., que a está presidindo: que possamos nos debruçar sobre os documentos que foram apresentados – nós temos um calhamaço de documentos para analisar, há muita prova ali – e que utilizemos essas oitivas que estamos fazendo. Até peço desculpas, Coronel Cintia, por não ter mais perguntas. Mas que utilizemos essas oitivas para nos aprofundar na investigação e para chegar às respostas que a nossa população quer.

O Distrito Federal não merece permanecer envergonhado na opinião pública como se nós não soubéssemos oferecer segurança, como se nós não zelássemos pela nossa cidade, pelos nossos prédios.

Fica aqui o meu pedido a todos nós – e eu me incluo –, para que nos aprofundemos nessas investigações.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, meus pares.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra, por quinze minutos, ao Deputado Gabriel Magno, nosso comandante da Minoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns V.Exa., mais uma vez, pela condução muito importante desta CPI.

Quero cumprimentar a Coronel Cintia. Nós já estivemos juntos algumas vezes. A última, inclusive, para discutir o debate e ocupação do carnaval.

Quero reforçar, Coronel Cintia, o seu papel importante nesse processo, principalmente como testemunha, porque participou de vários eventos-chaves.

Quero fazer três perguntas, Coronel Cintia, mas, antes, quero fazer um registro bem breve.

O bolsonarismo, Sr. Presidente, age com um método: fale uma coisa e faça outra. Disseram aqui que o importante é investigar e se ater aos fatos, e quem falou isso não fez perguntas, fez discurso.

Coronel Cintia, a primeira pergunta. A senhora falou sobre um envelope que foi deixado na sua mesa na sexta-feira, no final do expediente. O que tinha? Qual era o documento que tinha nesse envelope? A senhora, depois, tomou conhecimento dele? Era o relatório do Jorge?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Na verdade, não foi deixado na minha mesa. A minha sala estava trancada, eu estava numa reunião externa. Foi deixado com um dos meus coordenadores, *ok*? A Marília falou que estava mandando um relatório para mim, mas, como eu e a Marília, a gente já estava se falando desde quinta-feira, ela me deixou muito tranquila. Ela já sabia que eu tinha feito o protocolo, ela me deixou muito tranquila com relação ao que ela havia me mandado, tipo – não exatamente com essas palavras – “não há novidades”, entendeu? Nada que estava no relatório era algo que eu já não tinha abrangido dentro do planejamento.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Só mais uma questão sobre esse tema: é comum esse protocolo, dentro da segurança pública, de entregar documentação em envelope? Ou a tramitação se dá como hoje acontece no GDF ou aqui na Câmara Legislativa, via SEI, ou tem alguns documentos? Essa prática é comum de deixar envelope?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Como eu sou antiga, eu posso até responder isso com muita tranquilidade. Antigamente, quando a gente não tinha tecnologia, toda a documentação de inteligência era timbrada, carimbada, reservada, tinha uma chancela de quem poderia receber. Então, antigamente, os documentos de inteligência tramitavam a todos os órgãos que faziam parte do canal de inteligência no modo antigo. Pegam tipo um *office boy*, leva lá, né, pega o recibado (*sic*) e volta. Atualmente existe um programa dentro da inteligência chamado Cronos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – É onde tramitam esses documentos.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – É onde é tramitada a documentação.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Deveria ser tramitada pelo Cronos.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Deveria ser tramitada, mas me parece que o Cronos, nesse dia, deu problema.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Falhou também.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Hã? Isso.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – É uma série de coincidências, não é, coronel...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – É.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Que antecedem o dia 8.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Isso.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Não tinha efetivo no dia, a arma usada por quem estava na rua, foi dito aqui por um depoente, não funcionava. E agora até o sistema saiu do ar.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Pois é.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas obrigado pela resposta. Tem responsabilidade de omissão, nesse caso, perante o primeiro CPR, de documentação? A senhora disse que não tem nada do documento que estava ali que alteraria...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – É. Bom...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas como não é um...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Vamos lá. O que tinha no relatório de inteligência não eram informações que mudariam nada o meu planejamento. Se houvesse alguma mudança de...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – De ação, aí poderia ter responsabilidade.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – ...alguma mudança que pudesse modificar o cenário que aconteceu no dia 8, seria de execução. E, quando eu falo de execução, é de efetivo. A Subsecretaria de Operações Integradas não trata de efetivo. Quando existe alguma situação nesse nível, são dois caminhos que se seguem: ou através da inteligência, através dos órgãos, ou através do Secretário de Segurança Pública, através do gabinete de crise, que fala direto com os dirigentes dos órgãos, que eu não participo desse nível estratégico.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Está bem. *Ok*. Vamos verificar depois, também, por que o sistema Cronos saiu do ar exatamente no dia 6.

A segunda questão, Coronel Cintia: a senhora afirmou aqui que participou de uma reunião no dia 6, pela manhã, com o então Secretário de Justiça Anderson Torres e o General Dutra.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Essa foi a última agenda do Anderson antes de viajar – pelo menos, pública – para os Estados Unidos. O que foi tratado nessa reunião?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, o que eu posso dizer é que essa foi a única vez que eu tive contato com o Secretário Anderson. O que foi tratado é que, na quinta-feira, no dia anterior, o General Dutra tinha feito contato comigo pedindo uma ligação, uma ponte, né, com o Secretário de Segurança Pública – ele precisava de um apoio do GDF –, relatando que tinha trezentos acampados no SMU e que ele não teria condições de resolver o problema sem a ajuda do GDF, uma vez que cento e cinquenta acampados eram oriundos de outro estado e não tinham condições financeiras de comprar passagem de volta, e os outros cento e cinquenta eram situação de vulnerabilidade social.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – E o Secretário Anderson participou da reunião, depois ele viajou.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Qual foi o encaminhamento que ele deu ao sair da reunião? De acordo com a senhora, foi pedido apoio e ajuda para poder conter.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, ele pediu... Essa reunião estava marcada para as 10h da manhã. Ele pediu para eu chegar cinco minutos antes, que ele queria que eu contextualizasse ele do que estava acontecendo. Eu expliquei para ele que era interesse do governador a saída do acampamento, que o General Dutra tinha procurado ajuda para acabar com os trezentos acampados que estavam lá. Só que, no dia anterior, eu já tinha solicitado que fizesse a convocação da Secretaria de Desenvolvimento Social, uma vez que quem tem esse tipo de fomento, de retorno para outro estado...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas ele não pediu reforço na segurança ou pediu mobilização?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Nada disso.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. Ele pediu... O CMP pediu apenas auxílio do GDF...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – E a orientação do Anderson ao sair da reunião... Nenhuma orientação nova de reforço e atenção para o dia 8?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Não. O que foi tratado apenas, nesta reunião de 10h da manhã, foi a questão dos trezentos...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – A questão da população em vulnerabilidade.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Entendeu? Que a Secretaria de Desenvolvimento Social se comprometeu em auxiliar.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok*. É importante a gente saber qual foi a última. Esta foi a última agenda oficial do Secretário de Segurança...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Comigo, que ele teve contato comigo, sim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – E na agenda também do Secretário de Segurança, que estava em exercício, porque as férias dele, de acordo com o que estava publicado, eram só a partir de segunda-feira. Então, ele ainda era o secretário titular antes de viajar... Coincidentemente. Mais uma das coincidências na véspera da tentativa de golpe.

A última questão, Coronel Cintia, eu perguntei para várias pessoas que vieram aqui e, para a senhora, acho que esta pergunta é mais que fundamental, porque é a senhora que assina os PAIs.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O que nos causou muita estranheza, de vários PAIs que apresentamos aqui, inclusive colocando aqui manifestação do congresso da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, marcha da maconha, parada LGBTQIA+, é que, em todos eles, tem no final um item que coloca nitidamente qual é o risco de impacto – nesses outros, sempre de grande impacto, de alto risco – e o que fazer caso haja prisões. Isso não acontece em três PAIs: o do dia 4 de novembro, que a senhora explicou que foi um pedido do próprio Exército, o que é curioso; o do dia 30 de novembro; mas, fundamentalmente, os dos dias 7, 8 e 9 de janeiro, dos atos, da tentativa golpista dos atos do dia 8. Por quê? A senhora aqui expressou que tinha dito que o dia 8 tinha máximo alerta. Por que ele não consta no PAI? Qual é o método? Por que mudou o método? Por que para alguns vale e para outros não vale?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Vamos lá. Quando eu falo nível máximo de alerta é que, quando eu fiz o protocolo, eu e a minha equipe fizemos o protocolo do final de semana do dia 8, nós levamos em consideração todos os cenários possíveis. Agora, se o senhor analisar – eu tenho até aqui em minhas mãos, eu posso até deixar com o senhor –, eu tenho nove protocolos de Direita com previsão de ameaça, com a mesma ameaça que consta nesses aí. Eu tenho dois protocolos do Presidente Lula com previsão de ameaça, só que ameaça ao contrário. Eu tenho protocolo de Esquerda sem previsão de ameaça e tenho o jogo do Flamengo e Palmeiras com previsão de ameaça. O que acontece? Quando nós tratamos de manifestações espontâneas inopinadas, não há tempo hábil de fazer uma análise de risco, uma análise de ameaça. Então, esses três protocolos que o senhor citou eram eventos que tinham sido protocolados de forma antecipada, e o que tem que deixar muito claro aqui, senhores, é que, quando a gente define o nível de ameaça, não é que a ameaça está naquele evento, nos participantes daquele evento. Está em volta, está no furto de veículos, está no furto de celulares... Outra coisa também: todos os protocolos, sem exceção, a Polícia Civil do DF sempre indica a delegacia para a condução de presos. Não significa que os presos são necessariamente daquele evento. Por quê?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Porque nesses não tinha essa indicação?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Alguns... Porque, às vezes, a Polícia Civil, quando não tem, normalmente fica para a delegacia da área, Deputado. O que acontece? Quando a Polícia Civil define a delegacia, significa que a Polícia Militar, quando for para campo, ela não precisa ficar batendo cabeça: qual é a delegacia a que eu levo? Porque, normalmente, o Dr. Paulo Henrique define sempre três lugares: ou a 1ª DP, ou a DPE ou a 5ª DP. O senhor sempre vai ver esses três tipos de delegacia. Então, é natural, é normal a maioria dos protocolos terem definido as delegacias.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – É importante, Coronel Cintia. Eu agradeço o esclarecimento. É porque nos causa muita estranheza – e não só a questão de o PAI estar presente ou não, mas a reação. Falo, inclusive, da segurança pública do Distrito Federal e também do próprio Ministério da Justiça no ano passado, comandado pelo Sr. Anderson Torres – essa fala recorrente de que era tudo tranquilo até a manhã do dia 8.

Várias vezes, já vieram aqui pessoas falando que não era tudo tranquilo, que o acampamento em frente ao QG era incubadora de terroristas, era incubadora criminosa. Isso foi provado várias vezes, e não se deu a atenção necessária para um ato que também foi chamado, que pedia intervenção militar, o que é crime, mas alguns tentam confundir, dizendo que são atos democráticos. Não, não são manifestações. Pedir intervenção militar é crime. Está na Constituição, está no ordenamento jurídico legal, porque não se pode, também, defender o Estado Democrático de Direito, a democracia, como alguns tentam fazer, só para um lado, e as forças de segurança terem deixado passar tão ao largo, de maneira tão despercebida, a ameaça nítida e notória que tinha o ato do dia 8, como teve o dia 12 de dezembro, como teve a bomba que foi descoberta pelas forças de segurança. Ainda bem, senão nós teríamos um desastre ainda maior e uma tragédia ainda maior por essa falta de cuidado ou uma permissividade muito grande com o ato do dia 8.

Eu agradeço as suas respostas e quero concluir, Presidente, dizendo que a CPI é muito importante. A gente sai daqui com algumas questões nítidas para a sociedade. A primeira – que não é da CPI – é uma tese de que as forças de segurança vêm sofrendo há algum tempo com processos de desvalorização, de efetivo pequeno. É uma questão que a CPI desvela, revela para a sociedade: como o Governo Ibaneis trata mal os servidores públicos. São os da segurança, são os da educação, são os da saúde, são os da assistência social. Como esse governo trata mal os seus servidores, que cuidam da cidade e do povo do Distrito Federal, mas isso é tema para outro debate, não da CPI.

A segunda questão que a CPI também nos revela e que é importante é a questão do sistema penal brasileiro. Que bom que a gente vai chegando ao consenso. Eu quero dar um número: de acordo com o CNJ, são mais de 850 mil presos, hoje, no Brasil, sem sentença e sem julgamento. Nós poderíamos soltar todos eles: 850 mil brasileiros e brasileiras que estão presos sem condenação.

Que bom que vários Parlamentares e vários partidos se unem nessa causa justa e democrática para a gente mudar a política de encarceramento em massa. A gente sabe quem são os principais alvos neste País: a população pobre da periferia e, principalmente, o povo preto deste País. Que bom que a CPI também revela uma unidade sobre esse tema.

O terceiro tema que a CPI nos revela que eu acho muito importante, a senhora disse aqui hoje: a segurança da Praça dos Três Poderes é responsabilidade do Distrito Federal, da Polícia Militar do Distrito Federal. Ato na Esplanada e na Praça dos Três Poderes não têm responsabilização das Casas federais. É uma tarefa do GDF.

Aí, fica a pergunta: quem autorizou que os golpistas descessem do QG até a sede dos três poderes? Quem deixou? Há vídeo, há imagem da marcha descendo – 5 mil pessoas mais ou menos, como a coronel acabou de colocar –, e a polícia acompanhando e deixaram entrar na praça. Essa é a questão central. Não é por que entraram nos prédios depois – porque a última invasão de prédios neste País aconteceu há mais de sessenta anos –, o problema é por que deixaram chegar até a praça.

Por fim, esta CPI revela que o roteiro do golpe começou a ser desenhado ainda antes do segundo turno e tinha como figuras-chave nesse desenho o ex-Presidente da República Bolsonaro e o Sr. Anderson Torres. Eu quero colocar duas questões e deixar aqui, Presidente. Por que o Ibaneis convidou o Anderson Torres para ser Secretário de Segurança Pública, sabendo que ele era o articulador e o pivô de uma tentativa de golpe de Estado nesta cidade? Digo que quem chama os golpistas e criminosos de terroristas não somos só nós, são ministros do Supremo. Eu leio aqui a frase do Alexandre de Moraes e do Sr. Barroso.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Gabriel Magno.

Coronel Cintia, eu fui passando a palavra para as pessoas, mas ficaram duas perguntas que não foram respondidas. Nenhum dos Deputados e Deputadas fizeram essas perguntas. Eu vou fazer essas duas perguntas agora, ao final, Deputado Hermeto.

Eu tenho aqui um depoimento, Coronel Cintia, da senhora prestado à Polícia Federal. Está aqui o depoimento. A senhora falou em seu depoimento à Polícia Federal o seguinte: "O

Comandante Cel. Fábio Augusto estava preocupado com o efetivo desde a manhã do dia 8 de janeiro e ligava para o DOP e o pessoal não respondia. E, quando respondia, dizia que a tropa estava chegando, só que não chegava nunca". Eu pergunto à senhora: houve sabotagem do DOP, da Polícia Militar do Distrito Federal no dia 8 de janeiro de 2023? A senhora acredita que o Coronel Naime ou o Tenente-Coronel Paulo José podem ter retardado a tropa por algum motivo que ainda não sabemos?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Bom, fato é que a tropa realmente demorou a chegar. Fato é que o Coronel Fábio solicitou por inúmeras vezes o reforço do efetivo à Polícia Militar no local. Eu acredito, particularmente, que a tropa não conseguiu chegar a tempo, porque ela estava de sobreaviso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – São aqueles que ficam em casa e se deslocam...

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Aqueles.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Foi dito aqui também em depoimento, não são todos, mas que há muito policial que diz: "Cara, eu estou em casa cuidando dos meus filhos e vem esse telefone tocar. Fica aí..."

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O próprio Deputado Hermeto em alguma oitiva fez esse tipo de comentário.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É verdade.

A segunda pergunta é: no depoimento do Coronel Naime e do Tenente-Coronel Paulo José na Polícia Federal – esse foi o depoimento deles na Polícia Federal –, é citado o nome do Tenente-Coronel Souza Júnior. A senhora sabe de quem se trata? Caso ele seja policial da Polícia Militar, a senhora sabe o cargo que ele ocupava no dia 8 de janeiro de 2023?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Em qual contexto?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero saber se a senhora sabe quem é ele.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Eu conheço o Tenente-Coronel Souza Júnior.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele foi candidato, não é?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Eu acredito que sim, nas últimas eleições.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Candidato pelo partido chamado DC.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – E, se eu não me engano, o Tenente-Coronel Souza Júnior – eu posso estar equivocada, senhores, é porque realmente estou há dois anos afastada da Polícia Militar, mas eu acredito que ele – assumia alguma função no DOP, mas que estava relacionada à ordem pública, às questões de ordem pública. Aí, eu não sei realmente dizer a função dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a senhora sabe que ele é policial e estava no DOP?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim, senhor. Aí eu não sei se a gente está falando da mesma pessoa. Eu conheço o...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, nós estamos falando da mesma pessoa.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Tá, então...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E, por último, a senhora acha que a Polícia Militar falhou no dia 8 de janeiro? O efetivo não foi suficiente? Quantos homens deveriam ter sido empregados no dia 8 de janeiro de 2023? Quem autorizou a tropa a ficar de sobreaviso? Isso foi um erro? Qual é a função do DOP da Polícia Militar do Distrito Federal? Quem seriam os responsáveis pela escala dos policiais para cumprir o PAI: o Comandante da CPR1, o Comandante do DOP, o Subcomandante da Polícia Militar ou o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Vamos lá. O Departamento de Operações da Polícia Militar é diretamente subordinado ao Subcomandante-Geral da Polícia Militar. Durante o relatório do interventor foi que nós tomamos conhecimento que manteve a tropa de sobreaviso. É isso que eu tenho conhecimento através de papéis, dos relatórios que passaram na Secretaria de Segurança Pública. Com relação à quantidade de efetivo que deveria estar empregado no terreno, eu só poderia responder, teria condições de responder essa questão ao senhor, Sr. Presidente, se eu estivesse ocupando o DOP naquele momento, porque, sem ter conhecimento das condições da tropa, qual era o efetivo disponível com as outras operações... Porque a gente não está falando apenas da Esplanada, a Polícia Militar cuida do policiamento da cidade inteira, do DF inteiro. Então, só quem tem condição de responder o efetivo necessário, o ideal para colocar naquele dia é quem estava no posto exercendo aquela função. E, como eu estou há dois anos afastada, eu hoje realmente não tenho condições de responder.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Hermeto para uma pergunta rápida, e o Relator tem esse direito.

DEPUTADO HERMETO – O Relator não tem limitação de tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Exatamente.

DEPUTADO HERMETO – Coronel Cintia, quanto a colocar de prontidão e colocar de sobreaviso. A senhora já foi oficial de dia, não é? Tirou serviço de oficial de dia?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Várias funções.

DEPUTADO HERMETO – É comum na Polícia Militar deixar de sobreaviso, quando não oferece tanto perigo ou tanto trabalho. A senhora mesmo, como oficial de dia, já deve ter ficado de sobreaviso em casa, em dia de serviço, no final de semana, certo?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Como oficial eu nunca fiquei de sobreaviso.

DEPUTADO HERMETO – Não. Mas eu conheço dezenas de oficiais que ficaram de sobreaviso em casa no dia em que estava de serviço. O policial fala: "Olha, você é o oficial de dia, está de sobreaviso; qualquer coisa que acontecer no quartel, acione o plano de chamada".

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – O plano de chamada. Sim, senhor.

DEPUTADO HERMETO – É comum ou não isso aí?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Deputado, o comum para mim, enquanto eu estive na Polícia Militar, é a prontidão.

DEPUTADO HERMETO – Não. Eu volto a perguntar, Coronel Cintia. Eu fiquei na Polícia Militar trinta anos, até mais tempo que a senhora. Eu cansei de ver, várias vezes, o oficial ficar de sobreaviso em casa e, se houvesse alguma ocorrência vultuosa, ele assumiria o serviço. Ele iria até o quartel, certo?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Deixa eu responder. Nas unidades pelas quais eu passei, nas quais eu comandejei, não era normal a minha tropa, o meu quartel colocar o efetivo de sobreaviso.

DEPUTADO HERMETO – Não, eu não estou falando do efetivo. Eu estou falando do oficial de dia ao quartel.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Eu nunca tirei serviço de oficial de dia em casa. Eu nunca tirei.

DEPUTADO HERMETO – Outra coisa, Coronel Cintia: tropa é uma coisa, eu estou falando oficial de dia.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Quanto à instrução ao subcomandante-geral ou a quem quer que seja, essa tropa tem de ficar de prontidão ou ficar de sobreaviso? Ela parte do departamento operacional que municia com informação o alto comando?

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Aí eu não sei. A única coisa que eu sei é que

no relatório, nas documentações que passaram pela Secretaria de Segurança Pública, a determinação do sobreaviso veio do subcomandante geral à época. Inclusive isso está no relatório que o próprio 1º CPR fez ao DOP.

DEPUTADO HERMETO – Mas o subcomandante-geral tem que ter a informação de alguém para tomar essa decisão. Ele não vai tomar aleatoriamente se a tropa vai ficar de prontidão ou de sobreaviso.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Aí eu não sei. Tem que ver com o alto comando da...

DEPUTADO HERMETO – Ele tem que ver com o Departamento Operacional ou com a Inteligência da própria Polícia Militar, que vai municiá-lo com informação. Ele tem que ter as informações.

SRA. CINTIA QUEIROZ DE CASTRO – Aí tem que ver com o Coronel Klepter quem foi que subsidiou.

DEPUTADO HERMETO – Então, é isto que nós vamos perguntar a ele: quem o subsidiou com informações para que ele deixasse a tropa de sobreaviso.

Eu insisto nesta pergunta porque isso é comum. Eu mesmo já tirei dezenas de serviços com o oficial de dia, em casa, de sobreaviso.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Hermeto.

Coronel Cintia, quero agradecer muito a presença de V.Exa. A senhora compareceu aqui, respondeu a todas as perguntas, não veio acompanhada de advogado. Creio que nós tratamos V.Sa. com a urbanidade com a qual as pessoas devem ser tratadas em uma CPI.

Portanto, muito obrigado pelo comparecimento da senhora.

Desculpa se não houve intervalo para o almoço, mas é porque a CPI funciona assim mesmo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerra a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h53min.)



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE MARINHO PINHEIRO DE ALMEIDA - Matr. 16864, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 02/05/2023, às 09:07, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 02/05/2023, às 12:05, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1147586** Código CRC: **31720484**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00008706/2023-96

1147586v15